

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (DESSO)

MARÍLIA MAGALHÃES LIMA

CORPO-TERRITÓRIO DOS DISTRITOS DE MARIANA - MG

MARIANA, MG
2024

MARÍLIA MAGALHÃES LIMA

CORPO-TERRITÓRIO NOS DISTRITOS DE MARIANA-MG

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área: Ciências Sociais Aplicadas

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Mota Mascarenhas Pataxó.

MARIANA, MG
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L732c Lima, Marília Magalhães.
Corpo-território dos distritos de Mariana - MG. [manuscrito] / Marília
Magalhães Lima. - 2025.
98 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Mota Mascarenhas.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Mariana (MG). 2. Corpo humano - Aspectos sociais - Mariana (MG).
3. Divisões territoriais e administrativas - Mariana (MG). 4. Movimentos
sociais - Mariana (MG). I. Mascarenhas, Raquel Mota. II. Universidade
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Marília Magalhães Lima

CORPO-TERRITÓRIO DOS DISTRITOS DE MARIANA-MG

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 07 de abril de 2025

Membros da banca

Dra. Raquel Mota Mascarenhas - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Bárbara Nascimento Flores - (Instituto Serrapilheira)
Assistente Social Suellem Cristiane dos Santos - (Grupo de Pesquisa Wayrakuna)

Dra. Raquel Mota Mascarenhas, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Mota Mascarenhas, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/04/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0902530** e o código CRC **9D82FFD9**.

AGRADECIMENTOS

Esse agradecimento não é fácil de fazer, penso nele desde que comecei meu processo na universidade e ainda antes dele, pois tenho tanto a agradecer a tantas formas de vida. Assim, agradeço primeiramente a todos que me apoiaram nessa temática tão preciosa pra mim e me deram um pouco de seus tempos para discutir ela.

Agradeço imensamente à família Magalhães, especialmente minha mãe, Lilian, por todo apoio na jornada universitária, por me dar a vida e o nome Magalhães que vem do homem branco. A família Lima, cada um deles, que me proporcionou o nome do cativo e o (re)conhecimento Borum-Kren. Ao nome Marília, mesmo que este não me contemple, me fez ir atrás de aprender sobre o mundo. A antiga eu, que se apaixonou por dicionários e palavras difíceis, pelo mundo e por si mesma.

Ademais, agradeço a minha pequena irritação cheia de carinho, meu irmão, Haniel. À Raquel, minha irmãzinha, que respirou por um dia neste plano, mas me deu motivos pra respirar uma vida inteira. Á lize, ferreira e dos campos, que forja um mundo mais bonito todos os dias, que com gentileza sem igual, me ensinou a ser eu. À Carolina, dos lobos e dos reis, com força sem igual que me ajudou a viver com a intensidade do companheirismo. Á Bryan, o Bernardes, que sua revolta mature frutos lindos como sua alma. Aos meus amigos que estiveram comigo e me deram lembranças inesquecíveis, os que hão de ficar e os que hão de trilhar outros caminhos.

A minha parenta, professora, orientadora e exemplo na vida, Raquel (Keko) Pataxó, que com esse nome lindo e alma ainda mais incrível colaborou para minha formação como pessoa e me ensinou sobre um mundo escondido dentro de mim. Sou o fruto, mas agradeço a você pelo amadurecer.

A todos os mentores que me guiaram e passaram por toda minha formação, desde criança até aqueles que ainda virão. Agradeço a todos aqueles que se dedicaram a estudar esse território amado por mim e que estão nas referências.

Por fim, agradeço a natureza que me formou. As árvores, as montanhas, a cachoeira brumada e a pedra branca cristalina. A estrada de terra e a água pura da nascente. Aos ancestrais e aos descendentes, que o mundo seja um lugar melhor cada dia. Meu amor pela vida vem de todos vocês e meu amor por vocês vai para toda vida.

Sou imensamente grato/grata/grate - em todos os pronomes e todas as vidas - a tudo e todos que me fizeram estar aqui, que caminharam comigo. A floresta que me retroalimentou e as pedras no caminho. Meu amor é imenso, assim como minha gratidão.

Mariana, das minas do ouro

*Não quero meu nome em uma lápide
muito menos em uma estátua
Mas o mundo ensina
que só assim se tem memória*

*Como assassinos imaculados
nos jardins da cidade
Nem se conhece a história
mas influência na realidade*

*Que lindo é o nome não citado
de um herói rejeitado
Que dor é construir memória
prum herói inaceitável*

*A rainha de todos
que deu por nós mais que nada
Destruiu nossa memória
e ainda é amada*

*O ouro que nos nomeia
que daqui foi retirado
Aquele que nos destruiu
hoje é canonizado*

Colonizado

Apagado

Assombrado

Pelo reconhecimento

(Amagalim - Marília Borum-Kren)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) retrata os principais processos históricos que marcam o Corpo-território de Mariana, MG; caracterizando a região e as vivências específicas dos povos residentes dos distritos. Nesta pesquisa exploratória e qualitativa são abordadas as principais discussões sobre a temática, compreendendo sua abrangência, dado a extensão territorial e a diversidade populacional dos distritos. Assim, apresenta a história colonial na formação do modo de produção capitalista em uma interconexão entre passado, presente e futuro dos povos - sendo eles, os remanescentes indígenas, os resistentes quilombos e o despossuído *povo da roça*. Neste sentido, permite (re)conhecer o corpo-território periférico da cidade patrimônio e suas lutas cotidianas em (re)existência perante a centralização do mundo Europeu, ocidental e capitalista.

Palavras-Chave: distritos de Mariana, MG; corpo-território; periferia.

ABSTRACT

This undergraduate thesis presents the main historical processes that shape the body-territory of Mariana, Minas Gerais, characterizing the region and the specific experiences of the local populations living in its districts. In this exploratory and qualitative research, the key discussions on the topic are addressed, taking into account its broad scope due to the territorial extent and population diversity of the districts. It explores how colonial history contributed to the formation of the capitalist mode of production, highlighting the interconnection between the past, present, and future of the people — including Indigenous descendants, quilombola communities, and the dispossessed rural population. In this sense, the study enables a (re)cognition of the peripheral body-territory of this heritage city and the daily struggles of its people for (re)existence in the face of a Eurocentric, Western, and capitalist world order.

Keywords: districts of Mariana, MG; body-territory; periphery.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*

ACIAM - *Associação Comercial de Mariana*

CRASS - *Centro de Referência de Assistência Social*

CREAS - *Centro de Referência Especializado de Assistência Social*

CRESS - *Conselhos Regionais de Serviço Social*

CFESS - *Conselho Federal de Serviço Social*

IPHAN - *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

LGBTQIAP+ - *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e mais*

NOB/RH/SUAS - *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.*

OAB - *Ordem dos Advogados do Brasil*

PIB - *Produto Interno Bruto*

PNAS - *Política Nacional de Assistência Social*

SEDESC - *Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania*

SPHAN - *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

SUAS - *Sistema Único de Assistência Social*

TCC - *Trabalho de Conclusão de Curso*

UFOP - *Universidade Federal de Ouro Preto*

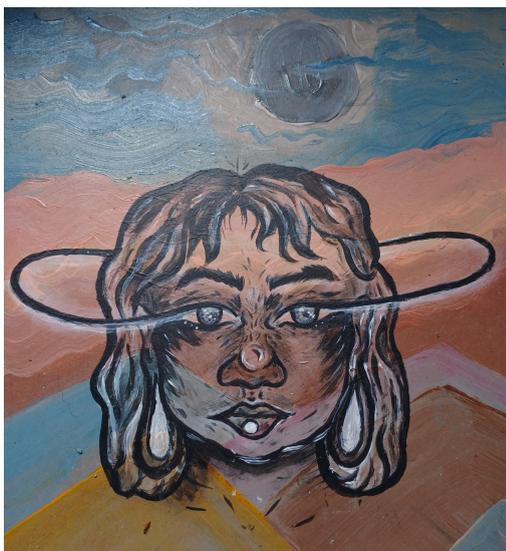
LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>“Rosto Borum em cosmogonia”</i> . Pintura original em acrílico.....	10
Figura 2 - <i>“A mãe que vigia a cidade das igrejas”</i> . Fotografia da autora, referente ao terminal rodoviário da cidade de Mariana, MG.....	21
Figura 3 - <i>“O rosto da nascente”</i> . Fotografia da autora, imagem do distrito de Cachoeira do Brumado em Mariana, MG.....	64
Figura 4 - <i>“o fruto conclusivo, o florescer continua”</i> . Fotografia autoral do distrito de Cachoeira do Brumado em Mariana, MG.....	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: DISPUTAS DO TERRITÓRIO.....	21
1.1 CAPITALISMO PERIFÉRICO: A CIDADE DE FORA PARA DENTRO.....	22
1.2 URBANO, AGRÁRIO E AMBIENTAL: A CIDADE PATRIMÔNIO.....	34
1.3 CULTURA E RELIGIOSIDADE: A CIDADE DOS BISPOS.....	47
1.4 ECONOMIA: A CIDADE DO MINEIRO E DO ARTESÃO.....	52
CAPÍTULO II: DISPUTAS DO CORPO.....	64
2.1 INDÍGENAS: O POVO REMANESCENTE.....	70
2.2 QUILOMBOLAS: O POVO RESISTENTE.....	75
2.3 O POVO DA ROÇA: POSSUIDOR DESPOSSUÍDO.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	92

INTRODUÇÃO



Tacruk Borum-Kren (Amagalim¹)

*Tendo a ser firme como rocha e resistente como fogo
Adaptável com árvore e inflexível, até o rio correr
Posso ser escuridão, como a noite, e cristalina, como a água
Voar como pássaros e cair como estrelas
Canto ao sagrado
Dai-me o nome de minha terra
Daquilo que permanece e que levo no peito como sangue
e me torno pedra.
Retorna e reconhece seu espírito
Reaprende que até nas pedras, a alma reexiste
Respira finalmente sabendo quem é
Realiza-se parte desta terra.*

“Rosto Borum em cosmogonia”. Pintura original em acrílico.

Olá, quero que a apresentação deste trabalho seja o mais leve possível, uma vez que a história já é complexa demais. Quero dar boas-vindas a quem aqui conseguiu chegar e agradecer pelo tempo que dedica nessa leitura.

É um amor imenso a apresentação deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois ele diz respeito não somente a mim, mas aos meus e a meu amado lar. Vou transcrever as conclusões relacionadas à pesquisa construída, da qual a temática se relaciona ao povo e ao território – como uma unidade – dos distritos de Mariana, MG. Objetivo demonstrar que a “cidade dos bispos”, participante do “quadrilátero ferrífero”, a “região dos inconfidentes”, é muito mais do que somente isso. Muito mais do que cidade, muito mais que sede; possui lindas águas claras; um lindo ribeirão; terra das cachoeiras; das passagens; cheia de boas vistas; guarda o sumo do ouro e o ouro infeccionado. Um lindo lugar de montanhas e rios doces, *o mundo de Uamií², nosso mundo Borum-Kren.*

Essas são as justificativas para o texto que você lê agora. Este é o lar que meu espírito ronda. A beleza desse território não é explorada pelos estudiosos que observam este local, pois, noto a tempos imemoriais a necessidade de estudos relacionados aos distritos do município, considerando a complexidade e importância de tais. Estes *fins-de-mundo*, são locais afastados da sede, com histórias, organizações sociais e econômicas diversas – além dos mil e um afetos. Apresentam uma diversidade de expressões da beleza de se viver, porém

¹ *Amagalim*, é um pseudônimo próprio, uma junção dos sobrenomes que formam a parte de mim *artesanal*. Neste sentido, cabe demarcar que *Tacruk Borum-Kren* é meu nome *ancestral*, assim como *Marília* é um nome *institucional*.

² Referente ao Rio das Velhas que, para o povo indígena, se traduz como “Avó” ou “rio das ancestrais”.

também, as tristezas provindas das tentativa de destruir esse *mundo de Uamií*, expressa nas refrações da “questão social”³.

Desde o tempo colonial, nos aflige a violência de tentar apagar a história local, que se perde cada dia mais, pois a compreensão das particularidades são tão pouco observadas por aqueles que estudam e/ou trabalham no território. Muito mais que sede, este município possui nove distritos em uma grande extensão territorial. Falemos deles!

Durante a observação no estágio supervisionado realizado na Vigilância Socioassistencial na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC) da Prefeitura Municipal de Mariana, foi possível confirmar o que já se sabia: que o conhecimento destas complexidades são pela gestão da Assistência Social - e até mesmo pela população residente - deficitário. Logo, considero de suma importância a pesquisa exploratória, que compõe a pesquisa aqui apresentada, em que viso a explanação de categorias e especificidades deste território, considerando o grande déficit informacional em relação a tais locais perpassados pelas particularidades próprias de cada região, suas vulnerabilidades e riscos sociais, além, evidentemente, de seus sujeitos, corpos-territórios que de fato formam o local. Desta observação surgiu um projeto de intervenção⁴ que colaborou imensamente para a elaboração deste trabalho.

Eu sou uma dessas pessoas dos distritos, carrego a terra argilosa das montanhas e nascentes. Nasci em uma das diversas cachoeiras do local, aquela brumada, onde vivi os mil amores possíveis em uma vida ainda tão curta. Acostumei-me a dizer e ouvir que aquele era um *fim-de-mundo*⁵, ou por vezes o local onde *Judas perdeu as botas*⁶, pela distância de tudo que era considerado importante nesta sociabilidade moderna capitalista - a cidade, a urbanização, aglomeração e desnaturalização.

Como conjunto, cada um desses micro lugares, são perpassados por um mesmo sistema político-econômico, dentro de um país de capital periférico inseridos em uma dinâmica de *centralidade do capital* - afinal, o que é uma Capital, se não o centro do mundo?

³ Para Iamamoto (2001, p.10), “a questão social [é] parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais”. Ou seja, é expressa no intermédio do antagonismo de classes no modo de produção capitalista.

⁴ Acessível na Biblioteca Municipal Benjamin Lemos, atualmente endereçado na Praça Juscelino Kubitschek, s/n, Centro, 35420-000, Mariana, MG.

⁵ Expressão popular que determina um lugar distante.

⁶ Expressão popular referente a um lugar desconhecido com referência à bíblia sagrada cristã.

Neste sistema estão ambições cada vez mais grandiosas, de dominação de outros planetas, às viagens no tempo, guerras interestelares e robôs conscientes. Enquanto isso, aqui, dentro deste *outro mundo, no mundo de Uaimií*, - que não pisou na lua e nem mesmo se importa com a colonização de Marte - existem pessoas, vivendo suas realidades próprias, escondidas e, ao mesmo tempo, expostas a esse *mundo do capital*.

Somos importantes, essa é uma realidade irrefutável. Cada existência, cada vida dentro dessas barreiras invisíveis entre os distritos, subdistritos e seus bairros, mesmo que o capitalismo tente nos convencer de que somos somente força de trabalho. Logo, é importante compreendermos que todos estes locais, apesar de estarmos separados por nomes e uma organização espacial sistêmica, estamos na *periferia* de um *centro* e possuímos vivências e particularidades que são importantes, principalmente para o *(re)conhecimento* da população local, sob o título de marianenses.

Estamos todos ligados por uma mesma árvore, seus ramos, raízes e folhas. Podemos escolher olhar para um galho específico, talvez para dois, para a fruta que produz, ou as folhas que caem, mas estamos enraizados em uma mesma árvore, pendurados em seus galhos. Contudo, juntos, todos juntos, formamos essa cidade, sua riqueza e sua pobreza - não excluiremos os corpos-território e suas subjetividades que formam esse local. Se estamos todos sob o domínio de um mesmo sistema, isso nos une ou nos separa? Temos tanto em comum, alegrias e tristezas, por que não comemorar e chorarmos todos juntos?

Dessa forma, a justificativa pessoal já se coloca evidente. A importância deste trabalho para mim, pessoa distrital que vê o capital se colocar como centralidade, me transformando em periferia, é o que situa minha relação como pesquisadora e com a temática que me proponho. Assim, durante a formação universitária, aprendendo sobre o sistema capitalista vigente e vivenciando cotidianamente suas barbáries, como pesquisadora e como moradora, a proposta de aprofundar somente em um distrito não foi sequer considerada, pois creio que todos fazem parte de uma totalidade específica e importante de se pesquisar, meu povo, meus parentes. O corpo-território⁷ foi priorizado, acreditando em suas particularidades regionais como unidade diante da totalidade sistêmica e pelo amor a toda extensão que se propõem.

A partir disso, a que se refere o *corpo-território*? Esta categoria aparece para situar a combinação do espaço e da vida que nele habita, como unidade indissociável. Neste sentido,

⁷ Corpo-território refere-se à totalidade dos locais, sua utilização se faz necessária uma vez que reforça a indissociação entre os corpos que compõem o espaço e o território que possibilita a vivência desses corpos. Neste sentido, Corpo-território reforça a existência dos corpos naturais dos territórios.

reforça a existência e a importância para a vida dos corpos naturais de cada território, tanto os animais, os humanos, quanto suas matas, rios e céus. Em confluência de existência, o corpo e o território são conexões ancestrais e infundáveis, demarcando a espiritualidade e o cuidado da terra que proporciona a vida aos seres.

Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito. (...) Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo. E quem tem colo tem cura (ANMIGA, 2019).

Para tanto, o estudo do território deve sempre estar centralizado na vivência dos corpos, Vitória Nogueira, em sua monografia, *Alimentação como constituinte do corpo-território Borum-Kren*, demonstra que a “indissociabilidade do corpo-território concretizam uma resistência à cosmogonia moderna” (Nogueira, 2023, p.75), uma contraposição ao ideal do território “pela lógica da propriedade privada” (Pankararu, 2023, p.67). Isso é, na era da modernidade estes são compreendidos como opostos - reforçando a dissociação que é expressão própria do individualismo burguês -, enquanto nas diversas cosmogonias indígenas, como na Borum-Kren, estes são complementares - uma vez que em corpo há território e em território me faço corpo.

Desta forma, o corpo-território aparece enquanto luta-categoria de uma abordagem teórico-metodológica indígena de compreensão da realidade. Amanda Bezerra Dos Santos Pankararu demonstra de forma inspiradora esta relação em sua dissertação de mestrado em Serviço Social, intitulada *A retomada das indígenas: reflorestando o lugar de mulher*, apresentando a cosmogonia em um espaço institucional, uma vez que “recuperar as narrativas indígenas e de seus manifestos políticos é endossar o chamado para um projeto de transformação” (Pankararu, 2023, p.76), demonstrando a importância destes espaços para a semeadura dos saberes dos povos.

Na caracterização do *corpoterritório*, demonstra a cosmovisão dos povos indígenas e sua relação com o *outro* “como fundamento da identidade do ‘eu’” (Pankararu, 2023, p.40). Este é um movimento de construção de cosmos para o além do eu, construído em coletividade pelas pessoas para com os elementos da terra - em suas diversas formas de vida. A visão por este caminho permite acessar o conhecimento ancestral de que “a terra na qual se pisa é também o espaço de trajetórias ancestrais, por isso honrá-los é compreender que somos

extensão dela”. Neste sentido, “é nesse equilíbrio de vivências passadas com experiências presentes” que os seres constroem suas vidas na interação com o outro de forma que “tais seres só existem individualmente porque existe um coletivo que os sustente” (Pankararu, 2023, p.69).

Entre as estradas de terra e os caminhos de pedras, me transformei em corpo-território e cultivei mil afetos nesta terra, tanto que em mim cresceram flores de curiosidade. De onde veio essa casa? Quem morava ali? Porque as estradas são de pedras? O que significa este nome ou aquele? Todos esses fatores me motivaram a compreender a história e o significado social da região que não somente a academia proporciona, mas também os meus que aqui vivem.

Durante as pesquisas realizadas, tanto para este trabalho, como para o projeto de estágio já citado, percebe-se que a pesquisa qualificada dos *distritos* como *corpo-território periférico*, com cotidianos, culturas e problemáticas similares, era necessária. Por experiência de vida, afirmo que as inconsistências informacionais promovidas prejudicam a população local, principalmente pela falta de *(re)conhecimento* desta população como parte do município. Assim, a história local parece estar sendo cada vez mais perdida e cooptada para os interesses dominantes e este fato deve ser combatido, *descaravizando*⁸ o pensamento *por essas bandas*⁹.

A partir disso, na graduação de Serviço Social, aprendi que este trabalho também faz parte de nosso Projeto Ético-Político e de nossas competências profissionais, conforme previsto na Lei 8.669/1993, que regulamenta a profissão de Assistentes Social. Somente compreendendo o corpo-território, suas potencialidades e limitações, podemos realizar uma atuação profissional de qualidade para com os sujeitos, periféricos e, portanto, vulneráveis aos diversos tipos de violência que os atinge.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), um de seus objetivos refere-se à compreensão das desigualdades socioterritoriais, a fim de proporcionar o enfrentamento de tais problemáticas e a garantia e a universalização dos direitos sociais. Logo, a partir desse objetivo como fundamental para uma ação profissional de qualidade, apresentar-se-á neste trabalho algumas categorias relacionadas ao município consideradas

⁸ ‘Descaravizar’ nos termos de Pataxó (2024) é um *instrumento teórico-político-afetivo*, que visa incentivar o reconhecimento de memórias ancestrais que passaram por uma tentativa de apagamento étnico observados no processo violento das caravelas.

⁹ Expressão popular que demarca um espaço de terra.

essenciais para a compreensão regional, considerando que, as refrações da questão social sob a hedge do capital se manifestam de formas diferentes em cada corpo e em cada território.

Assim, a primeira correlação se faz na compreensão do território, perpassada por certas categorias importantes diante da mundialização do capital que centraliza as relações de poder e periferiza vivências. Para tanto, a explanação das relações do capitalismo periférico demonstram grande importância, assim como a relação corpo-território nesta realidade. A partir de tal compreensão, é essencial que se explique certas relações regionais de acordo com tal realidade sistêmica. Assim, a questão urbana, agrária e ambiental foi considerada de suma importância regionalmente, dado que, a qualidade de vida na sede e seus bairros em relação aos distritos e subdistritos divergem e convergem, estão em constante ressonância e devem ser considerados e analisados a partir de suas especificidades. Parte-se da compreensão de que a vivência na sede de poder é diferente da vida nas periferias, um pressuposto de extrema necessidade para entender as relações históricas impostas ao município e, assim, subsidiar o trabalho com qualidade como assistente social.

Na apreensão de como se apresenta o território, a religiosidade local se mostra evidente e está na centralidade da história e cultura local. Além disso, outro ponto central a ser abordado é a economia, que se dá com enfoque na relação aurífera – mas que vai para muito além disso - interferindo na organização social, territorial, desigualdades impostas e barbáries cometidas.

Nesta relação, deve-se situar que, apesar da mineração, os corpos-território regionais estão para além dessa forma econômica. Os distritos possuem também relações agrícolas, artesanais e turísticas, que se mostram interligadas à extração de minério e forma de vida regional conectada intrinsecamente a isso, porém não se restringem a esta economia. Essas primeiras abordagens são consideradas importantes a serem demarcadas, mesmo que sumariamente, uma vez que demonstram uma realidade regional que, conseqüentemente, particulariza as refrações da questão social.

Durante o levantamento das pesquisas sobre Mariana¹⁰, estes foram os focos centrais da maior parte dos pesquisadores da região, e portanto, não podem ser desconsiderados. É assim que estamos marcados na narração oficial da história do país, mas com os distritos –

¹⁰ Amade (2006); Andrade (2010); Carvalho (2024); Costa (2022); Costa (2018); Ferreira (2022); Gonçalves e Ferreira (2020); Jacinto (2023); Maia (2017); Martins (2016); Martins (2023); Mendes (2012); Moroni Filho (2018); Neves (2022); Oliveira (1998); Oliveira (2022); Paula (2000); Rodrigues (2023); Rosa Filho (2022); Sales (2019); Silva (2023); Souza (2009); Vieira (2013); Vieira (2015); et all.

sua história e população – estão inseridos nessa realidade? É o que pretendo responder neste primeiro capítulo.

Ademais, a questão da memória e reconhecimento são essenciais aqui, uma vez que a história municipal é rica e perpassada por diversas formas de existência que, por vezes, são desconhecidas. Limitadas ao conhecimento colonizador produtor e reproduzidor de preconceitos fundados pela classe dominante que subjuga as classes subalternas na sociedade capitalista. Nesse contexto reafirma-se a argumentação a categorização da questão étnico-racial e como ela se apresenta, dado que nem sempre é de conhecimento populacional a presença de povos indígenas e comunidades tradicionais, como o povo cigano e quilombola. Neste rico território.

Ou seja, tais realidades são omitidas pela história e de difícil acesso – tanto que somente conheci as marginalizações no âmbito universitário. Quão triste é somente conhecer a própria história e a história do território possuindo acesso ao privilégio de estar em um espaço institucional?

Por tais motivos essa pesquisa tem por relevância social, a compreensão deste território para além de um centro histórico, ou seja, desenvolver cada vez mais o (re)conhecimento local. Logo, explicitar a realidade municipal e as especificidades dos distritos inseridos na lógica da marginalização do capitalismo mundializado é considerado de suma importância dado em minha vivência, tanto na universidade, quanto na vida pessoal. Assim como compartilhar esse conhecimento através deste trabalho de conclusão de curso.

Além disso, justifica-se a apresentação do tema sobre *Corpo-territórios periféricos*, que academicamente tem a finalidade de fomentar pesquisas sobre as especificidades distritais - que precisam ser consideradas ao se falar de assistência e proteção social em todos territórios que possuem determinações semelhantes, mas são negligenciado. Sendo assim, este trabalho não pretende abordar toda a complexidade da temática - uma vez que a amplitude do debate se faz evidente -, mas sim, elencar algumas aproximações dos corpos-territórios locais e dar direcionamento para futuros pesquisadores interessados nesta abordagem e se relacionem com tal vivência.

Portanto, na compreensão de que o assistente social tem como uma de suas principais atribuições a investigação para, posteriormente, agir de forma qualificada perante as expressões da questão social que se manifestam; faz-se relevante a pesquisa e investigação

que delimite a categorias que se relacionem com a realidade da população distrital. Ouvi certa vez que esta temática não tinha nada a ver com o Serviço Social e me surpreendi, pois me vi no local de população que não sabia da história do município, assim como me coloquei como estagiária vivenciando a abordagem de assistentes sociais que conheciam o território por outro viés. Estive lá e estou aqui, para mostrar que sim! Uma trabalhadora social, tem como função tecer conhecimento sobre o território para sua população, principalmente quando, infelizmente, o acesso a certas informações são impossibilitadas e há a marginalização dessa população. Reconstruir a história local é um dever e uma competência, se *(re)conhecendo* enquanto corpo-território e escrevendo suas próprias histórias e compartilhando conhecimentos, objetivando uma construção coletiva dos saberes.

A categoria profissional trabalha com a população e o deve fazer conjuntamente, não separadamente. Conhecer e se reconhecer como corpo-território deve ser abordado, dado sua vitalidade nos espaços. Se pretendemos abordar o direito social, deve-se conhecer aqueles sujeitos e quais direitos lhes são negados. Assim, esta pesquisa demonstra relevância para o campo do Serviço Social, tendo em vista que a categoria profissional, compromissada com a classe trabalhadora e objetivando a equidade social, projeta sua ética de forma política, a fim compreender a organização social vigente e suas possibilidades e impossibilidades. Objetivando construir uma sociedade que tenha com base certas categorias éticas.

Nossas lutas se fundamentam nos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social, que preconiza o reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora; a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito (CFESS-CRESS, 2011, p.4).

O Projeto ético-político baseia-se nestes valores e princípios do Código de Ética Profissional citados acima; nas atribuições e competências determinadas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993); na Resolução CFESS 493/06 e nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A partir disso, a ação deve ser baseada nos documentos acima citados e na NOB/RH/SUAS (aprovada em 2006). Com base na Lei de Regulamentação da Profissão, as competências e atribuições dos/as assistentes sociais na política de Assistência Social, exigem um profissional crítico com uma perspectiva de totalidade dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais vigentes; as particularidades do sistema

social, do capitalismo brasileiro e particularidades regionais; enfrentamento das expressões da questão social; dentre outros. Dessa forma, compreendo que o trabalho dessa categoria profissional também está presente na busca da emancipação dos sujeitos. Ou seja, dar voz às vivências das pessoas periferizadas, essa pesquisa é de extrema relevância não somente pessoal, mas social, acadêmica e está intrinsecamente de forma ética e política, conectada com a profissão que me insiro.

Assim, considerando as problemáticas que se desenvolvem neste contexto da vida dos sujeitos, do trabalho profissional e da desinformação histórica e social, considero importante abordar como problema de pesquisa: *Quais são os processos históricos que caracterizam o corpo-território dos distritos de Mariana, Minas Gerais?* Nesse sentido, para abarcar o tema e a problemática, o objetivo geral que se desdobra e norteia a pesquisa é: *compreender os principais processos históricos que marcam o corpo-território, a fim de caracterizar a região e o povo residente dos distritos.* Considerando a complexidade desses processos, é importante entender quem são e foram os sujeitos distritais, quais são suas histórias ancestrais e como afetam a contemporaneidade nas diversas instâncias da vida - sendo na cidade, na ruralidade, na hegemonia cultural presente nos espaços e na economia em movimento.

Sendo assim, esta pesquisa se dá de forma exploratória, visando a aproximação da temática, tornando-a mais explícita. Dessa forma, os objetivos específicos se formaram em torno da análise das histórias particulares e totalizantes que constituem os distritos de Mariana, que evidenciam suas realidades e as possibilidades de acesso e reconhecimento do território considerando as atribuições dos assistentes sociais nessas especificidades. A partir disso os objetivos específicos buscam: a) *elencar algumas das particularidades dos distritos enquanto expressão de território de capitalismo periférico* e b) *caracterizar os povos que formam o corpo desse território distrital.*

Metodologicamente, em consonância com o método crítico, materialista histórico-dialético marxista, realizou-se inicialmente uma pesquisa exploratória e qualitativa. Dado a especificidade do tema e a escassa abordagem deste, formulei um estado da arte que foi organizado em três partes, objetivando a compreensão dos eixos analíticos que os pesquisadores evidenciaram na região.

O primeiro movimento foi realizada em 06/02/2024, separados entre palavras chaves e grande área, teve como objetivo coletar artigos e monografias nos sites Google acadêmico e monografias UFOP, com as palavras chaves: “Distritos, Mariana, MG”; “Bandeirantes,

Mariana, MG”; “Cachoeira do Brumado, Mariana, MG”; “Camargos, Mariana, MG”; “Claudio Manoel, Mariana, MG”; “Furquim, Mariana, MG”; “Monsenhor Horta, Mariana, MG”; “Padre Viegas, Mariana, MG”; “Santa Rita Durão, Mariana, MG”; e “Passagem de Mariana”.

A segunda etapa consistiu na análise geral das produções encontradas e aqui sintetizado. A partir destes, fica evidente que, as principais pesquisas sobre o município se relacionam ao crime de rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billinton, ocorrida em 05 de novembro de 2015. Nestas, as principais grandes áreas são geografia; engenharias, principalmente química, geológica e de produção; química ambiental; biologia; áreas específicas da mineração; e afins. Assim, a maior parte dos trabalhos realizados são relacionados aos subdistritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo – localizados nos distritos de Santa Rita Durão e Monsenhor Horta, respectivamente – retratando o crime e suas consequências ambientais como enfoque principal.

Porém, há também análises sociais da gestão do “desastre” - como muitas vezes o crime da Vale é retratado nestas pesquisas de acordo com seus nomes ou resumos. Alguns retratam a urbanização local, outros a relação municipal com o patrimônio, além do turismo e era colonial. Estes se relacionam na grande área de história, turismo, geografia e afins.

Para além dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, para a análise da maior parte dos outros distritos não foram achados materiais passíveis de uma análise nem mesmo superficialmente. Tal fato deixa claro a falta de pesquisa local. Ou seja, tais fatos permitem a compreensão de que, academicamente, os pesquisadores priorizam certas relações alvo de pesquisas qualificadas ou quantitativas perante outras.

Dos distritos mais pesquisados é possível notar alguns fatos sobre cada região. Sistemáticamente as pesquisas relacionadas à Cachoeira do Brumado relacionam-se às paisagens naturais e as experiências do artesanato. Sobre o distrito de Furquim há pesquisas sobre o engenho, identidades quilombolas, comércio local e sobre a hierarquia social. Em Monsenhor Horta a relação com garimpo, a avaliação da água do Ribeirão do Carmo e da saúde – uma vez que o homem que dá o nome ao distrito tinha uma relação específica com a área e, para além disso, nomeia também o hospital cristão local. E por fim, sobre Passagem de Mariana relatam, principalmente, a mineração, as mudanças paisagísticas, os elementos químicos encontrados no local e a exposição da população a tais substâncias.

Por fim, na área de conhecimento do Serviço Social há principalmente monografias com o predomínio das categorizações da questão habitacional, questão urbana, agrária e ambiental, questão étnico-racial, análise do transporte público, a mineração e a relação municipal com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Nenhuma especificava algum distrito como enfoque ou um estudo sobre, aquele que mais se aproximava a temática aqui abordada, objetivava determinar a organização e imagem das assistentes sociais após o rompimento da barragem de fundão e a separação entre os atuais CRAS volante bairros e CRAS volante distritos.

Em suma, nota-se que as pesquisas locais são focadas nas relações sociais, na especificidade da urbanização, no turismo, patrimônio e história do distrito sede – cidade de Mariana em si. Dos distritos e subdistritos, o enfoque é a mineração e suas consequências, além de outras relações econômicas que estes produzem.

Na terceira e última etapa houve uma seleção das principais produções que possibilitaram a determinação de categorias que explicitasse as relações sociais no município como um todo, mas com enfoque nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de curso do serviço social, considerados como aqueles que possibilitaram uma maior relevância na pesquisa. Contudo, aqueles que trouxessem determinações importantes para a compreensão dos distritos também foram utilizados.

Assim, a análise do estado da arte possibilitou como orientação algumas delimitações para a explanação, como na questão territorial a questão urbana, agrária e ambiental, que está em consonância com a questão habitacional, a relação patrimonial do local e a era colonial. Após isso fica evidente que o município é perpassado pela questão étnico-racial, com enfoque principal nas vivências indígenas e quilombolas. E todas essas categorias estão interligadas pela formação sócio-histórica, baseada na mineração, religiosidade e urbanização.

Portanto, a realização da leitura dos mesmos, concomitantemente com a pesquisa bibliográfica¹¹, possibilitou o aprofundamento dos temas e sua explanação. Na consideração de como estes locais foram reconhecidos pelo mundo ocidental, suas principais características culturais, relações econômicas e afins, sendo importante para determinar as similaridades sócio-históricas de cada distrito para a assimilação das particularidades do corpo-território

¹¹ A pesquisa bibliográfica, nos termos de Gil (2002, p.44) “é desenvolvida com base em material já elaborado”, constituído principalmente de livros e artigos científicos; possibilitando “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2002, p.45).

distrital como um todo. Ou seja, meu objetivo com a sistematização da análise que apresento não pretende ser a explanação de cada distrito e, sim, suas similaridades, seus pontos em comum, formando uma totalidade.

A apresentação, sendo assim, se dá em todo o texto conversando, tanto com os artigos e monografias encontradas sobre as temáticas, quanto com outros autores; considerados essenciais para a compreensão aprofundada das categorias utilizadas. Sendo assim, o trabalho aqui apresentado se organiza da seguinte forma:

- A. O primeiro capítulo visa *elencar algumas das particularidades dos distritos enquanto expressão de território de capitalismo periférico*. Em que buscou-se explicitar o *corpo-território* observando as particularidades da formação social dos distritos do município de Mariana como parte de um capitalismo periférico. Para tanto, seus subtópicos se organizam a fim de demonstrar características desta relação considerando a questão urbana, agrária e ambiental e as relações com a igreja e com a economia local.
- B. O segundo capítulo visa *caracterizar os povos que formam o corpo desse território distrital*, a partir da centralidade da *questão étnico-racial* nos distritos do município mineiro, considerando a população residente. Estas determinações foram consideradas particularidades importantes para a compreensão desse corpo-território. Dessa forma, abordar-se-á, especificamente as comunidades indígenas, quilombolas e, por fim, o povo da roça¹².
- C. Por fim, as considerações finais.

Obrigada por ter ficado até aqui e boa leitura!

¹² Cabe destacar que, apesar de ter conhecimento sobre a existência de ciganos residentes nos distritos, não foi localizado fontes bibliográficas acerca dessa população; sendo necessário ainda pesquisas para sistematizar as particularidades desse povo tradicional.

CAPÍTULO I: DISPUTAS DO TERRITÓRIO

Mineiridade (Amagalim)

Sou mineiro

Mas de mineiro não tenho nada

Não pretendo explorar as minas que venho

Sou parte das minas gerais

Sou as pedras preciosas

Que residem o tropical paraíso que residuo

Sou parte da beleza brilhante das igrejas que não cultivo

Dos brilhos exportados nos países que não resido, mas sou residual

Sou parte das árvores que enraizam

As nativas, as importadas e as exportadas

Essa feiura e beleza

Me fazem parte de todo o mundo

Sou parte de plantações ancestrais

Meu sangue é colorido

Entre o azul e o vermelho

Lilás no céu de fim de tarde

Sou parte de um mundo distinto, extinto

Mas resistente e sobrevivente

Que mesmo que tentem apagar

Ainda brilha tão forte quanto as estrelas

sob a montanha



Figura 2 - “A mãe que vigia a cidade das igrejas”. Fotografia da autora, referente ao terminal rodoviário da cidade de Mariana, MG.

Entender o Brasil é mais do que entender o próprio território invadido pela Europa e dominado pela colonização. Por que, por aqui, se entrelaçam saberes ancestrais de vários povos, os próprios indígenas deste lugar eram diversos, com inúmeros saberes a compartilhar. Assim, com o aparecimento dos portugueses no “*mun*do novo”, estes proporcionaram outras vivências próprias de seu território nativo. A escravização trouxe outros povos diversos e, por fim, no processo de formação cultural é evidente a exaltação de povos embranquecidos. Saberes que foram priorizados e impelidos aos outros desde os tempos coloniais à realidade atual.

Por esse motivo, o Brasil é mais do que uma nação moderna, é preciso pensá-lo como Pindorama¹³, indo além da compreensão do país enquanto produto de um único povo que o construiu e o constitui. As dinâmicas que envolveram sua construção estão na base, no cerne, nas raízes mais profundas de mundos complexos. Estudar Brasil, é aceitar o desafio de estudar mundos inteiros, com povos diversos que o confirmam e o contestam como tal. Este processo, forma esse país que está sempre em conflito entre o que somos, o que quisermos que fossemos e o que queremos ser.

Não somos uma sociedade criada com calma e paciência, somos fruto do desespero pelo enriquecimento; somos uma nação única e singular entre as múltiplas histórias que nos constroem. Da colonização ao capitalismo, povos e territórios sofreram com uma tentativa de *(des)construção* civilizatória - isto porque não somos nós, o povo originário da terra, que apresentam a nação brasileira como projeto e, sim, essa nação é produto de violência do povo de outro território sobre nós. É simples, porém deveras complexo compreender o que somos – enquanto sociedade e indivíduos – nesse *mundo do capital*.

Diante deste cenário de difícil compreensão, com múltiplas histórias regionais e socioterritoriais, me atenho a meu mundo, meu *cantinho do sossego* – como diria minha mãe. Para chegar lá, deve-se adentrar no *mundo de Uaimií* vivida pelos *Borum-kren*, observando, em parte, como foi circunscrita à cidade de Mariana, dentro de Minas Gerais, num país que chamado Brasil, que se localiza na América Latina, que se relaciona com os outros quatro continentes. E lá está ele, dentro dessa *Abya Yala*¹⁴, em *Pindorama*, está *meu* distrito, *nossos* distritos, contido dentro desse *corpo-território Uaimií*.

Sendo assim, para aprofundar nos distritos, deve-se levar em consideração fatos importantes da constituição sócio-histórica de Mariana e de Minas Gerais, uma vez que estes são indissociáveis e apesar da sede ser somente uma parcela de todo o município e Estado, neste ocorreram fatos importantes.

Neste sentido, desenvolver-se-á neste capítulo quatro subtópicos para a compreensão da realidade dos povos. O primeiro, *Capitalismo Periférico: o mundo de fora para dentro*, refere-se à relação do país com a constituição do capitalismo, enquanto moderno patriarcado racista produtor de mercadorias, aqui chamado de *o mundo de fora*, que se insere dentro do

¹³ Palavra indígena de designação do corpo-território brasileiro, possuindo por significante a referência às palmeiras.

¹⁴ Referente a América, palavra da língua Kuna que tem por significância "terra madura" ou "terra de sangue vital" (Minõso, Correia, Munõoz, 2014, p.13 *apud* Pataxó, 2024, p.25).

município. Posteriormente, em *Urbano, Agrário e Ambiental: a cidade patrimônio*, compreender-se-á a formação territorial observando a questão urbana, agrária e ambiental, uma vez que se torna uma cidade tombada como patrimônio histórico e cultural. Após tal consideração, em *Cultura e Religiosidade: a cidade dos bispos*, situar-se-á a relação entre a cultura e a religiosidade que ergueu Mariana como a primeira sede do bispado em Minas Gerais. E, por fim, em *Economia: a cidade do mineiro e do artesão*, elencamos como acontece a economia deste território participante do quadrilátero ferrífero, caracterizando sua população como mineira ou artesã.

1.1 CAPITALISMO PERIFÉRICO: A CIDADE DE FORA PARA DENTRO

O que é um centro? Segundo definições de *Oxford Languages*, algo central é aquilo que se encontra no meio. A periferia, como seu antônimo, é aquela que se encontra à margem. Segundo o mesmo dicionário, é também o local afastado de um *centro urbano*, geralmente onde se localiza a “população de baixa renda”.

Assim, questiona-se: o que seria um centro de uma cidade? De um município? De um Estado? Ou de um mundo? Bom, vivendo em nossa realidade, sabemos que não é o meio. O centro de Mariana, sua sede, está longe de ser de fato central em suas próprias linhas geográficas - que se fazem imaginárias, ideais. Então como isso é determinado?

Afirmar que vivemos em um modo de produção capitalista, significa compreender que a essência de suas relações sociais é constituída em um ineditismo histórico de produção e reprodução, em que *centro* e *periferia* assumem um conteúdo específico ideológico que aparece também nas relações político-econômicas. Para elencar essa especificidade, deve-se voltar um pouco no tempo para compreender o que é o espaço-tempo da “modernidade”.

Enrique Dussel (2005), filósofo marxista argentino, no artigo *Europa, modernidade e Eurocentrismo*, nos conta uma história sobre o que denomina de *mito da modernidade*, situando o que conhecemos como Europa na centralidade da emergência do mundo moderno, para além de sua localização geográfica. A emergência deste mundo não se dá em linha reta com datas e palavras, pois em uma abordagem materialista histórica-dialética, compreende-se que ela acontece na realidade, em momentos e condições específicas da história da

humanidade que, de forma contraditória, se confirmam e se negam. O que compreendemos como *centro* atualmente, em tempos remotos foi a *periferia* e vice-versa. Para quem está na periferia, este é o centro, mas porque conceitualmente não é assim *que a banda toca*¹⁵?

Existe na “Modernidade” interpretações hegemônicas, principalmente acerca da concepção de Europa moderna. Essa “Modernidade” surge no século XV, enquanto espaço-tempo em que se inicia o capitalismo, implantando a concepção da existência social enquanto uma forma madura de evolução do ser humano e sua emancipação, no que Dussel (2005, p.28) afirma ser a implantação da ideia de “uma ‘saída’ da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano”.

Assim, o autor traça linhas para a compreensão da modernidade, apontando ser importante desenhar a *história moderna a partir da invenção da “centralidade da Europa Latina na História Mundial”* (Dussel, 2005, p.29). Não é novidade que as grandes potências mundiais estão associadas ao comércio desde tempos remotos, mas é preciso situar que, antes da *descoberta do Novo Mundo*, os países asiáticos, africanos e do oriente médio eram quem exerciam o papel central em seus respectivos territórios e, conseqüentemente, dominavam as relações econômicas.

O fato é que, antes a *história social* era específica de acordo com os padrões locais, porém, com a modernidade ela se torna geral, *transformada em padrão mundial*. Neste percurso, “a Revolução Industrial do século XVIII e da Ilustração, aprofundam e ampliam o horizonte cujo início está no século XV” (Dussel, 2005, p.29), ou seja, de início situando Espanha e Portugal como centro do mundo moderno capitalista e, nos processos seguintes, a Inglaterra aparece enquanto “potência hegemônica até 1945, [sob] o comando da Europa Moderna e da História Mundial (em especial desde o surgimento do Imperialismo, por volta de 1870)” (*idem, ibidem*).

A *exploração da Abya Yala*, aquela que se denomina América Latina, demonstra a grande influência na modificação dos fluxos mundiais e sua atual configuração. Ao expor a chamada acumulação primitiva, Karl Marx (2022), no *Capítulo 24 - A assim chamada Acumulação Primitiva* de sua obra *O capital*, demonstra que esse processo é constitutivo do capitalismo. Conforme ratifica Scheila Gonçalves (2028), em sua tese de doutorado intitulada *Mulheres dos Escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes*, a

¹⁵ Expressão popular que determina a direção do objeto.

formação da colônia “teria sido um dos fundamentos da acumulação primitiva europeia; nesse sentido, o conjunto de relações da colônia [são] parte da totalidade que constitui o processo de modernização” (Gonçalves, 2018, p.132). Desta forma, dado a acumulação - tanto material, quanto abstrata - que a exploração do território proporcionou, as potências mundiais se posicionam com vantagem comparativa em relação a outras culturas do continente.

Assim, afirma Dussel (2005, p.29) que “esta Europa Moderna, desde 1492, ‘centro’ da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua ‘periferia’”. Neste contexto, o autor demarca “a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemonizada pela Europa como ‘centro’” (Dussel, 2005, p.30), formulando a categorização de eurocentrismo que ergue a Modernidade. Ele reforça que este “mito da modernidade” deve ser rejeitado para ser superado.

A história dessa modernidade eurocêntrica inicia-se quando esta se coloca como superior aos espaço-tempo de outros povos em seus respectivos territórios. Por se considerar realmente civilizada, *heróica*, coloca-se com objetivo *moral* de desenvolver outras culturas consideradas “primitivas” e, se por desobediência esta outra cultura resistir a essa educação civilizatória, deve-se, inevitavelmente, exercer a violência para com estes, uma “guerra justa colonial”. Neste mito, “o outro”, considerado bárbaro, é o culpado por não aceitar sua destruição e, assim, a salvadora modernidade, se apresenta com sua inocência heroica e moral de os salvar de suas próprias realidades. Assim a violência se torna um sacrifício necessário, *ritualístico*, para o avanço civilizatório dos não civilizados, incluindo raças, etnias, gêneros e sexualidades (Dussel, 2005).

Não é necessário muito *lero lero*¹⁶, para ver as violências cometidas no processo considerado a *maturidade da humanidade*, ou melhor, a *maturidade do capitalismo*. Deve-se observar “o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as ‘vítimas’ da ‘Modernidade’) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria ‘Modernidade’)” (Dussel, 2005, p.30-31). É neste contexto de violência dos povos que nasce e se desenvolve o modo de produção capitalista na Europa, ou seja, nascente da história regional europeia que trava um processo de dominação de outros corpos-território não europeus - sendo este o processo que a determina e a conforma como o *centro mundial do desenvolvimento humano*. Assim, reafirma uma narrativa de centro histórico, considerando que:

¹⁶ Expressão popular que afirma a extensão da fala.

É a primeira vez em que se constitui uma verdadeira história universal. Com as navegações e a formação do mercado mundial, a Europa se torna o Centro a partir do qual se interligam a América (suas terras de além mar), a África (futura provedora de força de trabalho escrava) e a Ásia (fonte das tão disputadas especiarias) (Botelho, 2013, p.198-199).

As colônias se tornam um cenário de violência para com os povos originários, que por motivos econômicos - e ideológicos - passam por processos de escravização, genocídio e etnocídio. Os africanos, que são sequestrados de seus territórios originários e trazidos para a *Abya Yala* posteriormente, vivenciam nesse território as mesmas violências.

Essas vidas tornam-se, nas mãos destes seres *européus brancos iluminados* - a fim de extração das riquezas naturais destas terras - escravos sem alma. A natureza periférica, como um meio para obtenção de recursos destinados à acumulação de capital, é retirada e exportada para este *centro*, ou seja, os *outros, sub-humanos e natureza, corpos e territórios periféricos*, são *despossuídos* de sua autonomia e liberdade para serem reconstituídos enquanto mercadorias para “consolidação das identidades nacionais europeias (a formação do moderno Estado-Nação)”, conforme elucida Maurílio Botelho (2013, p.199) no artigo *Colonialidade e forma da Subjetividade Moderna: a Violência da Identificação Cultural na América Latina*.

O Iluminismo, portanto, tomado como ideologia universal ergue um estereótipo de ser humano bom, por um lado, e, por outro, os seres que não detêm tanta *humanidade*. Esse homem, especificamente de uma raça branca, se torna o centro do mundo conjuntamente com a Europa, isto é,

De forma não-velada, sua inclinação para a diferenciação é baseada em critérios que são recentes na história, específicos da modernidade: o furor desenfreado de assimilar a mulher à beleza natural, os índios à infância selvagem e os negros à inferioridade bárbara é um resultado da própria história de constituição da identidade europeia, para a qual a invenção da América teve um papel fundamental. Os elementos naturais e a própria humanidade tomada em estado natural ou de barbárie passa a ser sistematicamente enquadrada na filosofia kantiana, sendo rebaixados a objetos para o sujeito masculino e branco (Botelho, 2013, p.212).

Neste contexto, tudo aquilo que não é o centro - homem, branco, burguês - se torna por periferia - mulheres, não-brancos (indígenas, negros, amarelos, etc.), trabalhadores. Movimento exposto por Botelho (2013, p.213) como “relação contraditória entre universalismo-exclusão, pois (...) é a ampliação do domínio ocidental e constituição de um sistema que agora se tornava efetivamente mundial”. Portanto, com a exigência do capitalismo dominar o território global - econômica e ideologicamente - valor se impõe aos corpos-território e determina sua configuração intrinsecamente à raiz colonial. A inserção da *Abya Yala* no que se tornaria o sistema do mercado mundial baseado no modo de produção

capitalista é limitado, periférico, cujos os países latino-americanos se tornam dependentes dos seus *criadores* ocidentais; por isso “a classificação e diferenciação de grupos que passam a ser inferiorizados no cenário mundial, [estão] circunscritos à formas específicas de produzir” (Botelho, 2013, p. 220).

A não compreensão da essência deste fenômeno e a aspiração de fazer parte do modo de produção que se coloca como mais “desenvolvido”, faz com que as periferias não notem ou não se atentem aos limites impostos pelos centros mundiais. Considerando que este intento se coloca “não apenas numa impossibilidade lógica como também numa impossibilidade material. A universalização dos padrões de vida e de produção dos países industriais do Norte é absolutamente inviável, assim como, a esta altura, já deveria ser indesejável” (Gonçalves, 2018, p.117). O que Gonçalves (2018, p.116) afirma, nesse sentido, é que as periferias do Sul do mundo foram fonte para a constituição do centro do Norte, assim como arcaram com “os custos econômicos, sociais e ecológicos do crescimento constante (...), para o ambiente desses países e para suas populações” (Gonçalves, 2018, p.116).

Diante o exposto até aqui, espero ter evidenciado que o sistema econômico-social capitalista que se apresenta tem, ao longo dos anos, demonstrado sua barbárie constitutiva enquanto espaço-tempo moderno. Cujas características inatas são a extrema pobreza, que se agrava periodicamente nos países periféricos; o trabalho análogo à escravidão, que nunca findou; as condições de trabalho que exauram o trabalhador em seu cotidiano; a destruição da natureza, que proporciona as mudanças climáticas cada vez mais evidentes e que coloca em riscos as formas de vida do planeta; além de limitar a subjetividade humana que passa por um adoecimento mental, afinal, após presenciar tantos atos de violência, somos fragilizados.

Neste contexto, a violência como um recurso do Estado, não foi acatado silenciosamente pelos povos oprimidos. A periferia canta resistência nos movimentos sociais que se embrenham na história do território. Neste sentido, surge como forma mediadora, o Estado, intervindo nesses conflitos mantendo seu compromisso com o modo de produção e com o mercado mundial (Gonçalves, 2018).

Uma das particularidades do capitalismo periférico, se mostra na tentativa de reproduzir o padrão tecnológico industrial do centro do capitalismo. Este movimento é explicitado na projeção das elites no processo de formatação de sociabilidade e de produção em momentos de modernização. A exemplificar, Gonçalves (2018, p. 135) afirma que no “modo particular de implementação das mudanças que caracterizaram a modernização no Brasil foi entendido

como um conjunto de ‘revoluções pelo alto’ ou de ‘contrarrevolução permanente’”, que demonstram a aliança entre as burguesias nacional e internacional para a formatação de um padrão de sociedade em um sistema de classes opressor baseados em uma falsa democracia. Nestas categorizações de Fernandes (2010), Gonçalves (2018, p.135-136) afirma:

São estas caracterizações que vão definir a concepção de capitalismo dependente, entendido não apenas como atraso cronológico comparativamente aos países centrais, mas como um tipo específico de desenvolvimento que mantém sempre um subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis.

Neste sentido, compreende-se como o *mundo de fora*, aquele que não é nosso por origem; aquele que se insere dentro de nossas realidades específicas determinado as condições de vida. Este movimento é explicitado por diversos autores da tradição crítica brasileira, afinal, a concepção de que a relação entre *centro* e *periferia* se dá “fundamentalmente a partir da condição de inferioridade estabelecida de maneira hierárquica pelo capitalismo central à qual a burguesia brasileira não se propôs superar – que evidenciava no plano local a incompatibilidade das ideias como um problema ideológico (Gonçalves , 2018, p.136).

O fato é que essa relação de inferioridade é constitutiva do próprio *sistema mundo moderno capitalista* e, portanto, expressa uma condição intrínseca da *dominação dos corpos-territórios periféricos* desde sua fundação colonial nos marcos do século XV. Não obstante, as constantes e inerentes crises deste sistema afetam os países periféricos de forma a aprofundar sua dependência e condição marginal, ou seja, se a casa grande passa fome, a senzala se revolta ou morre.

Gonçalves (2018), ao discorrer sobre o assunto demonstra o desmonte e a desestruturalização do Estado brasileiro após a industrialização acelerada e a dominação do comércio interno, a partir da “crise do esgotamento do modelo econômico de substituição de importações nos anos de 1990”. Este movimento, aprofunda o país em “sua condição periférica, absolutamente dependente dos centros econômicos do mundo e com uma economia desnacionalizada marcada, portanto, pelos interesses das grandes corporações do capitalismo globalizado” (Gonçalves, 2018, p.139).

Desta forma, a argumentação nos direciona a pontos importantes para compreender a realidade que se impõem. O centro mundial, em todo seu poderio, demonstra sua influência em dismantelar nas mais diversas formas de ser e de viver presente nos territórios que passa a dominar, ideológica e economicamente indissociáveis. Isto é,

Por muito tempo foi possível sustentar o mito do crescimento ilimitado justamente pelas divisões coloniais do mundo: entre centros e periferias, homens e mulheres, áreas urbanas e áreas rurais, sociedades do Norte e sociedades “atrasadas” e “subdesenvolvidas” do Sul (Gonçalves, 2018, p.116).

Conversando com a autora, é possível perceber que na periferia da periferia do *mundo do capital* - que se reafirma central em todos os aspectos - não basta quereremos ser centrais, devemos lutar para nos afirmar enquanto tal. Na periferia da periferia do mundo, somos o centro, centralizados na construção de um mundo vivo, que condiz com quem de fato somos e queremos ser. É com essa perspectiva de localização de centro e periferia - diferentes quando observado de acordo com o mundo do capital e o mundo da vida - que seguiremos a observar a história de constituição de Mariana enquanto uma cidade que é centro e, também, periferia.

Na bibliografia pesquisada, a história é unânime em considerar que, Mariana se constitui dos primeiros acampamentos *bandeirantes*¹⁷ que datam de 1691, erguidos por pessoas vindas de Taubaté-SP – outra cidade, outro Estado. Desde os primórdios do que hoje se reconhece como Município, as pedras preciosas, os minerais, principalmente o ouro que regava os rios, proporcionou a formação de arraiais. Assim, nas margens do que foi inicialmente nomeado Ribeirão do Carmo¹⁸, inicia-se a mineração e o levante das primeiras cabanas, além da primeira Capela dedicada ao Menino Jesus - que posteriormente, se tornou para Nossa Senhora do Bom Sucesso e Nossa Senhora da Assunção - oficiando a primeira missa (Ferreira, 1959).

Tais fatos evidenciam a relação intrínseca entre a mineração e a religiosidade local, no processo violento de criação da Vila de Albuquerque, em 1711 - denominação que foi mudada para Vila de Ribeirão do Carmo, em 14 de abril de 1712, até se tornar cidade e ser renomeada por Mariana - o atual distrito-sede - em 23 de abril de 1745.

Com a dominação do território, inicia-se a povoação da região pelos *migrantes e imigrantes*¹⁹. *Colonizadores* que trazem consigo suas respectivas famílias, empregados, as pessoas aos quais escravizou e o desejo pela riqueza e reconhecimento. Sendo que, contemporâneo a criação do assentamento de Ribeirão do Carmo,

¹⁷ Estes bandeirantes paulistas, entre os séculos XVI e XVII exploravam os territórios obtendo por funções o *desbravamento* das terras em busca de metais considerados preciosos e, promovendo não somente a captura de escravizados fugitivos, mas a escravização de populações indígenas.

¹⁸ O dia do “descobrimento” era também o dia consagrado à festa da Santíssima Virgem de acordo com pelo calendário cristão (religiosidade da metrópole colonizadora).

¹⁹ Estes se locomoveram para as terras mineiras, principalmente, em busca de enriquecimento pelas ditas pedras preciosas. Alguns possuíam grande influência na colônia, possuindo o título de “senhores”, enquanto outros em sua simplicidade de vida, objetivavam o enriquecimento prometido pelas “novas terras”.

Outros povoadores vieram depois, e novos arraiais foram surgindo, tais como o de Camargos, fundado por Tomaz Lopes de Camargos e seus irmãos, que abandonaram suas lavras em Ouro Preto; Cachoeira do Brumado, por João Pedroso; São Sebastião, por Sebastião Fagundes Varela; Furquim, por Antônio Furquim e Bento Pires, que recebeu o nome do seu próprio fundador (Ferreira, 1959, p.50).

Neste movimento de explanação, iremos nos ater por um momento na citação a fim de possibilitar o acesso à diversidade do território e como este foi dominado. Assim, mantenha o foco nas datas de confirmação do arraial; no renomeamento do território e seu significado; nas igrejas e um pouco do que se confirmaram. Tais demarcações históricas demonstram, o que foi e o que é, a atual Mariana. Mas não se preocupe, espero que no fim esteja compreensível a ideia central.

Camargos, como demarca a citação, é um dos distritos mais antigos, instituído como arraial em 1711 - quinze anos após os primeiros acampamentos. Sua povoação se deu pelos irmãos que deram seu sobrenome ao distrito - Camargos. “No século XVIII, já possuía a Igreja de Nossa Senhora da Conceição”²⁰. Apesar da riqueza inicial que proporcionou, o distrito passa por um êxodo rural a partir da década de 1970, na busca por empregos nos centros urbanos (FERREIRA, 2022). Atualmente, não existem pesquisas sobre o contingente habitacional, porém o IBGE de 2010 demarca menos de 100 pessoas vivendo no local que possui 103,7km². Sua relevância histórica se faz evidente, porém a falta de pesquisas atuais demonstra um entrave, principalmente dado que em seu pequeno espaço territorial muitas mudanças aconteceram após 2010, este foi um espaço que foi atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billinton.

Cachoeira do Brumado surge como arraial em 1850 - mais de 100 anos após os primeiros acampamentos - fundado pelo bandeirante João Pedroso e João Lopes Pereira. Seu povoamento diferente de outras localidades se inicia aos arredores da cachoeira que o nomeia, porém, segundo a história *oficial*²¹, o local se torna um arraial a partir da primeira Capela do Distrito. Sua nomenclatura, diferente de outros locais - que inicialmente possuem o nome do fundador ou de uma santidade cristã - demarca um rio chamado Brumado que se torna a cachoeira que corre na região. Contudo, tal palavra tem por significado um local permeado por brumas - sinônimo de névoas - ou mesmo um local em que a lavra aurífera não traria lucros. Distinguido também por ter sido um local onde a mineração não foi o enfoque principal, mas sim o trabalho dos *tropeiros*²² e o comércio, principalmente de artesanatos

²⁰ Acesso em: <https://turismo.mariana.mg.gov.br/camargos>

²¹ Marcada historicamente como existente e participante do território em função social.

²² Estes, ao conduzir o gado a outras regiões brasileiras, levavam consigo mercadorias.

locais, mais evidentes. Atualmente, sua economia está entre o turismo, pela cachoeira que a nomeia, e os artesanatos da população.

São Sebastião é fundado pelo sertanista Sebastião Fagundes Varela, por volta de 1703, com a Capela de Santa Teresa D'ávila (Vasconcelos, 1999). Sendo um dos primeiros arraiais, em 1724 é construída a capela de São Sebastião. Sua denominação como Bandeirantes, acontece em 1923, em homenagem ao local de início da exploração dos sertões gerais. Este local, conhecido oralmente pela população como Ribeirão do Carmo, foi tornado distrito em em 1841.

Por fim, o distrito de *Furquim*, nomeado com o sobrenome de seu fundador, o *sertanista*²³ Antônio Furquim da Luz que, ao encontrar ouro no local, obteve sesmaria em 1711 e instituiu o arraial no século XVIII. Em 1706, já era Paróquia e por muito tempo foi um vasto território, influente e reconhecido pela riqueza local. Em 1740 foi promulgado como distrito e atualmente sua economia se baseia, como diversos outros, no artesanato e turismo.

Atualmente dez distritos, somado ao distrito-sede, constituem o município de Mariana: Camargos, Cachoeira de Brumado, Bandeirantes, Furquim, Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Padre Viegas, Cláudio Manuel, Passagem de Mariana e Águas Claras. Diante a essa diversidade histórica, alguns distritos foram reconhecidos pela riqueza, enquanto outros tiveram relevâncias por outros acontecimentos, como o comércio, a agricultura, as paisagens, a influência dos moradores e afins. Cabe notar a rapidez em que alguns se tornaram arraiais, enquanto outros passavam por processos mais lentos, sob o contexto histórico da brutal guerra contra a população indígena e negra africana, ainda que não seja esse um elemento central nas abordagens históricas bibliográficas.

O processo institucional em que são fundados esses distritos se se assemelham; estes tem por início a *concessão*²⁴ de uma extensão de terra aos bandeirantes e aos “senhores” influentes que, ao chegar com sua família e aqueles ao qual escravizou, constroem igrejas e capelas para adoração dos santos católicos, iniciando a exploração do ouro ou de outros seres que viam como recursos econômicos.

²³ Função semelhante aos Bandeirantes.

²⁴ A dominação do território pelo colono era seguida de recompensas. É possível notar esse movimento na partilha de terra pelos bandeirantes que construíram suas primeiras capelas, a cada um deles é destinado alguns hectares para a exploração.

Seus nomes confirmam esse percurso, com alguns distritos homenageando seus respectivos fundadores - como Camargos, Cláudio Manoel e Furquim; outros são nomeados de acordo com pessoas consideradas influentes na história local, como Monsenhor Horta e Padre Viegas; alguns receberam nomes de santos; e outros pelas determinações das características do espaço, como Boa vista (atualmente Cláudio Manoel), Santa Rita Durão que foi inicialmente chamada de “Inficionado” pela baixa qualidade do ouro, diferentemente de Sumidouro (atual Padre Viegas) que possuía o “sumo do ouro”, ademais, há Águas Claras, a própria Cachoeira do Brumado ou mesmo Passagem de Mariana (por ser a passagem para outros Estados). Por fim, outro nome curioso que demarca tal dominação, se dá no distrito de Bandeirantes,

É notável a homenagem aos desbravadores que chegaram ao território, exploraram e dominaram a população local, tanto como controverso. Ademais, marca-se como memória da terra, a presença dos povos indígenas em toda extensão territorial marianense - e mineira. A demora para a dominação em algumas regiões não é reconhecida como relevante para a história local, porém é possível conjecturar que a dificuldade se deu nos possíveis entraves com os indígenas locais, assim como a resistência de outros povos.

As homenagens aos dominadores - bandeirantes, tropeiros, sertanistas, padres e afins, que foram sujeitos do processo de civilização dos corpos-territórios - demonstram tanto a efetividade do processo colonial, bem como sua sobreposição à construção real do território pelos povos que o habitam. A homenagem aos assassinos que pisaram neste espaço e se foram sem contribuir positivamente com a vida, pode ser vista como uma demonstração do conflito originário, muitas vezes apagado da memória histórica local. Essa análise dos nomes, que pode parecer tão simples, é muito significativa para entender a contradição que permeia esse lindo território de paisagens notáveis com abundância de pedras preciosas que iluminavam os rios e montanhas locais.

O desbravamento de um local já povoado pelos indígenas e a renomeação territorial baseado em santos que estes não cultuavam, são exemplos de fatos históricos que não justificam a homenagem continuada - aos sertanistas que os mataram e padres que tentaram retirar destes seus saberes ancestrais. Este estranhamento se soma à exploração de pessoas negras escravizadas, tanto para a construção da urbanidade imponente e segregadora da sede, quanto para retirada das pedras nativas que, posteriormente, construíram a metrópole

colonizadora de Portugal - assim como amparou toda a construção do continente europeu moderno.

Entre dominação sobre dominação, nasce Minas Gerais, que se torna uma capitania do Brasil, enquanto uma colônia portuguesa. A atual Mariana, neste momento histórico, tem por nome Albuquerque, nomeada de acordo com o primeiro governador, o capitão-general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho (Ferreira, 1959). A riqueza local determina o centro de interesse da Coroa Portuguesa e assim o local, “pela Carta régia de 23 de abril de 1745, que a elevou à categoria de cidade, passou a denominar-se Mariana, em homenagem à rainha D. Maria Ana d'Austria” (Ferreira, 1959, p.50).

Mariana é considerada o município mais antigo de Minas Gerais, foi o berço da organização administrativa e judiciária do território, no momento em que o mesmo era povoado em suas várias regiões por portugueses e paulistas. Abrangia primitivamente vasta extensão (Ferreira, 1959, p.55-56).

Assim, nomeia-se o local de acordo com o nome de uma rainha estrangeira e cria-se linhas imaginárias para compreender a vasta extensão territorial - que foi modificada de várias formas ao longo dos anos. Nestas linhas, distritos se unificaram, se separaram, se emanciparam, foram colocados como subdistritos e afins. Ou seja, até o ano de 2015, mudanças drásticas e complexas aconteceram no território, sendo a última, no ano citado, quando Águas Claras é *elevada*²⁵ à posição de distritos e não sendo mais, a partir de tal data, um subdistrito de Cláudio Manoel. Porém, para compreender a complexidade da pesquisa, no site oficial²⁶ Águas Claras ainda está como subdistrito e não consta nos mapas oficiais como emancipado.

Importante rememorar que tais nomenclaturas como vila, cidade e afins se concretizam por motivos políticos, econômicos e sociais. Mariana como primeira cidade de Minas Gerais, se caracteriza por uma importância central de extração mineral no Ribeirão do Carmo, em âmbito global no processo de constituição do capitalismo - apesar de estar na periferia do capitalismo, no Brasil, América Latina, ou melhor *Abya Yala*. Essa centralidade também se constitui enquanto local, visto que é tornada sede²⁷ do poder com instituições governamentais, com repartições administrativas, com destaque para o bispado, desde 1745.

²⁵ Palavra utilizada pelos sites oficiais da prefeitura. Determinando o que se é elevado e o que se é rebaixado.

²⁶ Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/distritos/aguas-claras>

²⁷ De acordo com a concepção da palavra *Sé* no dicionário *Oxford Languages* é possível conjecturar que a palavra sede refere-se a construção de uma igreja da Sé em uma área central digna de receber o trono do Bispo.

Desta forma, a religião em Mariana se torna evidente, principalmente pelo apelido histórico, a *cidade dos bispos*. Essa relação com a religião proporcionou que a cidade fosse vista como um dos mais evoluídos “centros culturais do país” (Ferreira, 1959, p.56). O cristianismo era a religião oficial da metrópole portuguesa e, portanto, fundamental para a organização do Brasil nos moldes que se era requerida. Os povoadores dos arraiais criavam as igrejas, que para além do intuito de realizar a catequização dos indígenas, estabelecia as bases da organização católica a fim de influenciar a “na formação espiritual do povo mineiro” (Ferreira, 1959, p.56).

A história demonstra que Mariana se constitui como um território periférico de grande influência. Além das bases religiosas e culturais formadas, segundo João Antônio de Paula (2020, p.20), na obra *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, a organização estatal mineira foi uma inovação no país, algo que não existia. Suas nomenclaturas – cidade e sede do bispado - proporcionaram certas formas organizativas que beneficiam a organização econômico-política, sendo de suma importância para a colônia durante a corrida do ouro no que tange a manutenção do controle punitivo populacional.

Portanto, Mariana se torna cidade a fim de preservar “a dignidade episcopal” que exige certas determinações para manter o *status quo* da época (Paula, 2020). Assim, em sua obra *Minas Gerais - Visão de Conjunto e Perspectivas*, Paula (2000) expõe que Mariana gozava de todas as prerrogativas e privilégios que as cidades possuíam, quando comparadas às restrições que se impunham às “vilas” e “arraiais”, elemento que evidencia o tensionamento entre sede da cidade e seus distritos no bojo da contradição capitalista que caracteriza a questão urbana, agrária e ambiental no território.

1.2 URBANO, AGRÁRIO E AMBIENTAL: A CIDADE PATRIMÔNIO

Compreendendo o território como o local em que se produz e reproduz as relações sociais, busco observá-lo como local onde se materializa a questão urbana, agrária e ambiental. Nesta perspectiva, objetiva-se neste subtópico elencar o que particulariza um local urbano e agrário na realidade marianense, bem como sua interface com a questão ambiental no processo de afetamento da sociabilidade neste espaço.

A partir daqui, a pesquisa se volta para essas categorias e a utilização de autores que

discorrem sobre esta temática, a fim de trazer uma conversa entre as monografias organizadas pelo estado da arte que relatam a história local. Para isso, se faz orientada pela concepção de indissociabilidade entre questão urbana, agrária e ambiental. Como aponta o Grupo Temático de Pesquisa - Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social da ABEPSS (2015-2016, P.3), deve-se

tratar as ênfases de forma integrada, sem incorrer na armadilha da fragmentação e da perda do horizonte de totalidade. Porém, considerava-se compreender as particularidades de conformação de nossa sociedade e as suas manifestações materiais no campo e na cidade. Considerava-se, também, a questão das estratégias para a intervenção profissional, a qual, muitas vezes, acaba reforçando a separação em ênfases.

Dessa forma, o grupo explicita a relação intrínseca e dialética entre questão urbana, agrária e ambiental, uma vez inseridos no sistema capitalista com uma lógica de acumulação pautada na desigualdade.

Nos anos mais recentes, o processo de modernização conservadora, que teve impacto tanto na cidade como no campo, manteve e aprofundou a concentração de terras e de riquezas, engendrando formas de especulação fundiária e imobiliária nas cidades, aprofundando as desigualdades entre as classes sociais, tanto no campo quanto nas cidades, e intensificou o uso predatório da natureza (GTP, 2012, p.463).

O território em categoria, por si só, possui uma compreensão de propriedade no sentido sistêmico e por essa compreensão ideológica, os espaços se transformam - aos olhos enviesados - em meios para fins. É neste sentido que acontece a destruição massiva do meio ambiente e o retrato dos espaços agrário e urbano como produtor mercadológicos.

Além disso, gostaria de destacar que, nascida em distrito, anterior a minha inserção na universidade, pouco compreendia sobre o conceito de cidade, sendo difícil sua assimilação. Posteriormente, compreendendo aos poucos tais categorias, em uma das aulas sobre a temática, caracterizei meu lar como agrário. Conforme os autores Barros e Guimarães (2019, p.105) afirmam, “os espaços agrário e urbano [são] moldados essencialmente para potencializar a acumulação de capital, suas formatações articulam os diferentes momentos do modo capitalista de produzir”. Ou seja, o capital, em sua sede pela acumulação, organiza o espaço para sua reprodução dividindo-o em dois momentos, sendo o urbano voltado para uma forma de produção e o agrário para outra.

Para tanto, compreende-se que as regiões agrícolas são aquelas que, predominantemente, possuem algum tipo de atividade econômica voltada à agroindústria - agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura e afins - enquanto as regiões urbanas são aquelas com enfoque nas indústrias de manufaturas - produtos fabricados para uso imediato

e/ou utilização em outro processo de fabricação. Isso não significa que regiões agrícolas não possuam estruturas mais ou menos urbanas, ou o contrário não é real, mas a predominância da utilização do espaço é o que determina essa compreensão. Acerca disso, Santos (1993, p.67), , em sua obra *A urbanização brasileira*, expõe que: “A região urbana tem sua unidade devida sobretudo a inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território”.

Já a região agrícola, possui tanto características urbanas – quando necessário ou possível na fabricação e na venda de produtos – quanto rurais; e se mostra em “atividades diretamente ligadas à atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo grau de versos, dessas atividades” (Santos, idem, ibidem).

Ademais, a questão ambiental que se entrelaça à essa falsa dicotomia entre urbano e agrário, é aqui entendida como um processo sistêmico especificamente capitalista, que determina a relação com o espaço como um meio para a acumulação de capital - que por sua vez, necessita da apropriação e destruição dos corpos-territórios modificando de forma forçada os modos de ser e viver do seres (humanos e não-humanos). Neste sentido, Raquel Mota Mascarenhas Pataxó (2024, p.31), em sua tese de doutorado na área de Serviço Social intitulada *O CANTO DO ANTROPOCENO: questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente*, afirma que há uma “profunda inter-relação entre questão social e questão ambiental, que irá se delinear na especificidade do alastramento dos órbitos humanos e na alteração forçada dos modos de viver da população”.

Nesta perspectiva, a autora faz uma reconstrução do antropoceno “como palavra (conceito) e, também, como som (pássaro)” anunciando aos olhos e ouvidos “a questão ambiental como emergência do espaço tempo-presente – tanto por ser algo novo que emerge como consequência direta da constituição do capitalismo, quanto devido a sua característica inédita e profunda, decorrente do capitalismo constituído” (Pataxó, 2024, p.295). Em suma, a autora demonstra que a relação entre a “questão ambiental” e a “questão social” é intrinsecamente conectada, uma vez que ambas estão “no marco da lei geral de acumulação capitalista, viável devido à ruptura metabólica que possibilita o domínio do capital sobre a vida, tanto da natureza quanto da humanidade” (Pataxó, 2023, p.68).

A questão urbana, agrária e ambiental, portanto, constitui uma chave de análise para pensar o território distrital de Mariana. Pois, como veremos, no processo de ordenação capitalista do *mundo de Uaimií*, os arraiais que se tornaram vilas e posteriormente cidades, os

fizeram em razão da corrida do ouro, iniciando povoados, até se tornarem centros urbanos (mesclados com aspectos rurais, nos termos atuais da discussão). Os povoados menores, constituídos aos redores, posteriormente, se tornaram distritos e subdistritos ligados a essa formação histórica inicial.

Dessa forma, os distritos são perpassados pela diversidade populacional, sociocultural e econômica que, devido a forma sistêmica de produção e reprodução capitalista, são tangenciados por desigualdades, caracterizada pela concentração de renda por um lado e marginalização por outro - tal como colocado na questão urbana, agrária e ambiental que traz determinações ao município. Portanto, compreende-se que a mineração é o instrumento capitalista que molda esse território, logo, inexistente indissociabilidade entre local e global, ou seja, a dinâmica global sistêmica da constituição do capitalismo molda o local, determinando a forma em que a população irá (ou não) constituir formas de trabalho, saúde, cultura, identidade, etc.

Há séculos, desde a fundação do capitalismo em seu período da acumulação primitiva que envolve o processo de colonização do *mundo de Uaimií*, o trabalho tem sido instrumentalizado para ser a centralidade da sociabilidade no processo de transformação, ou melhor, destruição da natureza. Não obstante, a natureza enquanto o grande mundo da vida evidencia sua violação, expondo seus limites e reagindo à inerência do mundo do capital. Porém, a culpabilização deste sagrado (natureza) - que nos dá a vida, é uma infeliz ideologia - proposta objetivando desfocar a visão do real problema: a degradação como forma de alcançar a reprodução do capital. Nas palavras de Pataxó (2024, p.41): “a degradação dos corpos-territórios é produto do deus-capital, e, não, consequência da história humana ou de grandes eventos antropogênicos anteriores à modernidade”.

A observar a mineração como forma particular de degradação da natureza, no distrito de Passagem de Mariana, observamos que esse território possui “uma das mais longas trajetórias econômicas associadas à extração aurífera no Brasil”, em que “desde o século XVIII sua economia e formação sócio-cultural giraram em torno da atividade mineradora” (Souza, 2009, p.398). Isso demonstra a desmedida exploração da natureza pela economia extrativista, conforme descreve. Souza (2009, p.394) quando afirma que o local, “ocupa a segunda menor área em hectares e o quarto mais elevado índice de desmatamento. Note que Cachoeira do Brumado tem a mesma área e seu coeficiente de matas é três vezes maior que o de Passagem”. Ao expor os impactos ambientais regionais, o autor demonstra que desde o

século XVIII há uma modificação da configuração paisagística local, principalmente, pela influência da mina.

Hoje, os morros que circundam Passagem estão ausentes da cobertura vegetal primária. Alguns estão expostos às intempéries e outros cobertos com o reflorestamento de eucalipto. O desaparecimento de nascentes está diretamente relacionado à retirada da vegetação do cume dos montes e da mata ciliar. O fim das nascentes ou a redução de seu volume afeta a vazão dos rios e o abastecimento de água potável para os habitantes (Souza, 2009, p.395).

Dessa forma, não é a natureza que se revolta contra os corpos ela, simplesmente, em seu curso natural realiza o que os seres a direcionam em um ato de causalidade determinado pela racionalidade moderna capitalista. Nesse mesmo sentido, Mendes (2012) avalia a exposição aos *elementos-traço*²⁸, com ênfase ao arsênio na população de Passagem de Mariana, considerando que “atividade de exploração aurífera constitui uma importante fonte de elementos químicos, mesmo que atualmente muitas das atividades de extração de ouro estejam encerradas” (Mendes, 2012, p.3). Sua análise parte da observação das “captações de águas pela comunidade, de minas de ouro abandonadas, em sua maioria, isentas de fiscalização e monitoramento da qualidade de água” (Mendes, 2012, p.3). Apresentando o resultado de sua pesquisa ao confirmar que

As atividades de exploração histórica de ouro na área investigada contribuíram para a ocorrência da contaminação de arsênio, ferro e manganês nos mananciais hídricos. O processo de lixiviação do arsênio contido nos minerais sulfetados, como arsenopirita, disponibilizou esse elemento-traço para o ambiente. Através dos resultados obtidos verificou-se que os residentes de Passagem de Mariana estão expostos aos elementos arsênio, ferro e manganês através da água, visto que apresentaram concentrações superiores ao limite máximo permitido pela Portaria 518 do Ministério da Saúde. A concentração de arsênio ultrapassa 4,4 vezes a concentração máxima permitida pela legislação e o ferro, aproximadamente 7 vezes. O teor de manganês nas águas de minas abandonadas excede o valor máximo permitido num percentual de 12%. É importante salientar que a presença de ferro e manganês nessa região é de origem natural, pois há ocorrências frequentes de itabiritos da formação Cauê que são associadas aos minérios de ferro, além de ser umas das principais encaixantes das mineralizações aurífera presentes em todas as minas investigadas (Mendes, 2012, p.111)

Com isso, pretendo expor que as empresas mineradoras neste espaço não só colocaram, como colocam cotidianamente, a natureza e a população local em risco desde sempre - vide o crime de rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billinton, ocorrida em 05 de novembro de 2015, que destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues e afetou todo o município. Esses danos são permanentes, conforme anuncia Mendes (2012, p.3) ao demarcar que a “atividade de exploração aurífera constitui uma importante fonte de elementos

²⁸ Elementos químicos encontrados em pequenas quantidades, possuindo a capacidade de ser benéfico ou maléfico de acordo com a quantidade e exposição.

químicos, mesmo que atualmente muitas das atividades de extração de ouro estejam encerradas”.

Logo, a autora demarca a exploração minerária da área como uma determinante para tais contaminações, assim como afirma a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre a presença de tais elementos, uma vez que há a possibilidade de dano ao organismo dos indivíduos da região. Por isso, compreendo que a mineração demarca diversas problemáticas que devem ser cuidadosamente observadas e analisadas. Sendo urgente darmos continuidade a luta ancestral que refuta esse modelo econômico capitalista, que não trata o planeta com respeito e, conseqüentemente, violenta e destrói corpos-territórios em suas diversas formas de ser e viver.

Tendo visto alguns elementos da questão ambiental no que tange há um território minerado, é preciso pontuar que para pensar a constituição do urbano, Engels[CdM1] (apud BARROS; GUIMARÃES, 2019, p.106) determina o “entendimento da urbanização capitalista como instrumento particular de segregação social”. O autor, ao analisar a habitação da classe trabalhadora nas cidades, no fim do século XIX na Inglaterra, alude como a condição de moradia também reflete nos processos de exclusão e discriminação na sociedade. Sendo assim, a habitação – assim como outros elementos no capitalismo – é transformada em um *status* utilizado para hierarquizar as vidas. Locais de vulnerabilidade econômica vivenciados pela classe trabalhadora são colocados à margem da sociedade pelo Estado, sendo alvos de preconceito e descriminalização e por vezes criminalização – como se nota, principalmente nas favelas ou ocupações. Desse modo, compreendendo o Brasil como um país que passou por uma colonização, deve se entender que:

Colonizado, o Brasil passa a fazer parte dos novos mapas de representação do mundo, de forma diretamente ligada à visão europeia dos povos e terras. A partir daí, os mapas das terras brasileiras vão seguindo as mudanças das conjunturas de poder coloniais, imperiais e republicanas (Silva, 2022, p.227).

Logo, tem-se que a cidade foi construída a partir da visão europeia de urbanização que contém uma estrutura específica de hierarquia e poder. Esta constatação, permite apontar que a arquitetura da área central da sede de Mariana - enquanto município constitutivo e, portanto, permeado pela particularidade do urbano da formação social brasileira - muito se difere dos distritos, pois esses apresentam arquiteturas diversas. A homogeneidade arquitetônica própria da constituição do município é visível nas construções coloniais, tanto das casas, quanto das igrejas, ferrovias, estradas, e qualquer outro monumento, atrativo cultural construído conforme um poder hierárquico da metrópole sobre a colônia. Assim, a desigualdade até

mesmo entre os distritos fica visível nas paisagens das construções, nas possibilidades e impossibilidades da vida cotidiana.

Outro fator importante é que, a urbanização especificamente brasileira acontece de forma higienizada como premissa de controle sanitário e político, com a expulsão da população pauperizada dos centros para a periferia (Barros; Guimarães, 2019). Sendo que em Mariana a população periférica, pela especificidade da formação colonial, se caracteriza por maioria de pessoas não brancas, sejam nos bairros do distritos sedes, sejam dos distritos e subdistritos; sendo vítimas de condições precárias produzidas e reproduzidas pelo Estado - como êxodo rural e formação de periferias. Santos (1993, p.95) também explicita a cidade, nesses termos, como um local homogeneizado, pois, mesmo

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como o do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências.

Fica evidente, portanto, que estes locais são perpassados pela questão social e suas expressões. Mariana, não foge dessas características, tanto do meio urbano - sendo o distrito-sede, considerada um local urbanizado -, quanto do agrário, onde se pode notar os distritos que, denominados como rurais, aparecem com características urbanas. O fato é que, desde seus primórdios, há “a centralidade do fenômeno urbano como sintoma e determinante das grandes transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e psicológicas que vão marcar o ocidente moderno” (Paula, 2000, p.12). Este movimento coloca Minas Gerais, na era colonial, como palco de diversas revoluções culturais, urbanas, revoltas populacionais e afins, que marcam as categorias cidade e urbanização.

Considerando a definição do que é urbano e o que é agrário observamos delimitações importantes para a compreensão, tanto do que se compreende como “sede”, quanto como “distrito”. Tal questão afeta negativamente o acesso da população dos distritos ao que é considerado, dentro da sociabilidade moderna capitalista, como formas de suprir as necessidades sociais. A sede municipal, neste contexto, é considerada como local privilegiado para a reprodução social, onde está o centro comercial e, portanto, local que contém mais possibilidades de obter dinheiro - como mercadoria que intermedia diretamente a obtenção de recursos, bem como de acessar serviços públicos, em forma indireta de mediação para acesso a recursos através de políticas sociais.

Assim, para tal compreensão, deve-se inicialmente compreender a formação do município e de suas periferias. Segundo Ferreira (1959), o povoamento do território iniciou-se pela parte mais montanhosa e mesmo com a presença de rios e da nascente do rio Doce, o local não se fazia propício para a agricultura proposta pelos povoadores. Em princípios do século XVIII essa problemática abalou a mineração dado a necessidade de subsistência dos residentes, tal fato fez com que, na busca por terras férteis, ocorresse o alargamento do território. É inteligível que deve-se compreender que a atividade aurífera foi o principal movimento que proporcionou um atrativo aos migrantes e a rápida invasão colonial do território, assim como a organização urbana e diversificação econômica e social que se seguiu (Paula, 2020). Porém, dado a necessidade de subsistência populacional, a economia mineira não poderia ser somente aurífera, foi necessário, para tanto, incorporar “atividades agropecuárias, manufatureiras e de serviços” (Costa Filho, 1963; Zemella, 1990; Menezes, 2000 *apud* Paula, 2020 p.29). Dessa forma, existe neste espaço a divisão daquilo que é urbano e agrário muito aparente, sendo que, as primeiras organizações populacionais tipicamente urbanas surgem no contexto da mineração no período colonial. Condição que, como já exposto, exige que exista uma organização no espaço rural para suprir posteriormente as necessidades dos núcleos urbanos (Fonseca, 2015).

Após a falência da mineração do ouro, ou seja, o esgotamento desta atividade econômica, predominam a agricultura e a pecuária. Segundo Ferreira (1959), no século XVII, a atividade industrial permanecia – mesmo que residualmente – com o enfoque na extração do ouro por meio de companhias específicas, principalmente estrangeiras, além de pequenos garimpeiros que se alocavam aos arredores do Ribeirão do Carmo. Importante compreender a necessidade de formular sobre tal questão no território demarcado para o estudo, dado que, segundo Paula (2000, p.41), “o fenômeno tipicamente urbano marca precocemente a região onde a mineração será mais forte na capitania (Mariana)”.

Este fato se dá, segundo Sales (2019, p.45), uma vez que “com as constantes inundações do rio Ribeirão do Carmo, Dom João V enviou ordens ao governo da capitania, para elaborar um plano urbano que estabelecesse a cidade em regiões mais altas”. Fonseca (1998) afirma o valor estratégico desta ação, uma vez que Mariana se colocava como um centro religioso, e que deveria sustentar o nome da rainha que homenageava. Frente a isso, Fonseca (1998) expõe que a política urbana adotada foi agressiva devido seu objetivo central se relacionar ao controle populacional. Assim, Sales (2019, p.46) afirma que “através deste projeto urbanístico de demonstração de poder e controle da coroa portuguesa, que Mariana constituiu-se a

primeira cidade planejada do Brasil”.

Desta forma, compreende-se a centralidade da questão urbana no local e todas as questões que preconiza tal categoria, como a relação cíclica de centro-periferia predeterminado pela relação da urbanização no Brasil, proposto por Santos (1993). Esta tese, reforça a codependência desta relação: quanto mais uma cidade cresce, mais se formam periferias onde habitam os trabalhadores, que objetivam meios de sustentação econômica através da venda de sua força de trabalho no centro da cidade; que por sua vez é o local onde habitam pessoas enriquecidas que, por sua vez, objetivam morar em centros urbanos de qualidade e renome – um *status* que retorna como necessidade da burguesia.

Um fator que explicita a forma da desigualdade atual do município, na relação entre centro e periferia, é a preservação histórica, uma vez que sua arquitetura colonial é protegida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este movimento de preservação é fundamentado a partir da década de 1920, quando o Estado e a “igreja católica iniciaram os incentivos de valorização e preservação do patrimônio histórico através da criação de uma comissão” (Sales, 2019, p.56). Esta, teria como objetivo cuidar destes espaços e investigar possíveis denúncias (Barbosa et.al, 2012). O que não significava, portanto, que se tratava de um interesse comum à toda população que priorizava o “crescimento econômico local orientado pelos valores modernos, [e] não se sentia atraída pela preservação” (Barbosa et.al, 2012, p.193). Este conflito de perspectivas se deu uma vez que o início das discussões sobre a conservação de patrimônio ocorreu em um momento de

(...) surtos demográficos regionalmente experimentados, ligados às empresas de mineração que se instalaram em Mariana, e com o próprio desenvolvimento do conceito de memória social e de patrimônio histórico – em âmbito internacional – a preservação patrimonial passou a ser definitiva para Mariana e sua suposta oposição ao “progresso” representou um problema significativo para a sociedade local (Barbosa et.al, 2012, p.193).

Ressalta-se como já afirmado anteriormente que, tais empresas internacionais de mineração se alocam nos distritos mineradores e, apesar de parte da população não estar engajada na preservação, em 1938 ocorre o tombamento da cidade pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - atual IPHAN, sendo que “O conjunto foi declarado Monumento Nacional em 1945. Além do núcleo histórico, muitos imóveis são também tombados nos distritos e caminhos do município” (Cymbalista; Cardoso; Nakashima, 2019, p.4). A partir disso, criam-se leis que fiscalizam as ações urbanísticas, ajustando as casas que demonstram pobreza e as áreas em que as construções devem ser ou não

fiscalizadas e controladas. Barbosa (et.al, 2012, p.194-195) coloca a constituição da definição em que “O prefeito deve agir para que não ocorra construções inadequadas nas áreas nobres e centrais da cidade”. Dessa forma, tem-se a alocação da população pobre nas periferias da cidade, uma vez que nestes locais

(...) que possuem sítios urbanos tombados como patrimônio cultural é notável a imposição de barreiras materiais e simbólicas por processos de gestão e planejamento. A população de baixa renda moradora dos bairros da periferia, muitas vezes, não se sente pertencente ao “centro histórico”, o que é resultado das próprias políticas públicas excludentes e de atuações discriminatórias de parcelas da sociedade civil (Passos, 2018, p.4).

Ainda atualmente a relação de proteção pelo IPHAN nos territórios distritais é escassa considerando a extensão de todo município e em comparação com a sede. Alguns núcleos urbanos são protegidos, como Camargos, Padre Viegas, Santa Rita Durão, Monsenhor Horta e Furquim. Em outros uma das matrizes, das igrejas ou capelas, como em Camargos, Monsenhor Horta, Furquim e Padre Viegas. Já em Bandeirantes e em Monsenhor Horta há somente a proteção em relação a um sobrado e em Passagem a estação ferroviária.

Ou seja, Mariana enquanto cidade se associa a uma urbanização hierarquizada que revive os tempos coloniais e romantiza tal época, bem como é também um local que – ainda em moldes coloniais – promove a marginalização, proporcionando diferenças, principalmente estéticas (mas não somente), entre o centro e periferias. Essas diferenças são por vezes tão bruscas que dificultam, tanto entre os bairros da sede, quanto entre a sede e os distritos, a sensação de pertencimento da população periférica ao município. Uma afirmação ousada (porém não errônea), seria determinar que, sob um olhar externo haveria dificuldade de associar a totalidade do município como unidade. Este fato, sem dúvidas, é utilizado em favor do processo de dominação econômica, política e religiosa dos espaços, incentivando a desconexão com a constituição desses territórios.

Esse exemplo de preservação histórica, demarca a relação entre periferia e centro no município, uma vez que estes regulamentos determinam “os espaços centrais e ocupados pelas elites da cidade, em detrimento das [demais] regiões” (Cymbalista; Cardoso; Nakashima, 2006, p.5). Dessa forma, é evidente *para o que e para quem* a preservação histórica se destina, possuindo como objetivo demonstrar a beleza, a história e o reconhecimento a uma parcela específica da população e para outra, a manutenção de um sistema opressor colonial.

Este é um fato que elucida o caráter excludente da urbanização, enquanto processo constitutivo do sistema capitalista, sendo uma forma de organização do espaço que visa, entre

outros, gerir a pobreza – ou melhor, as populações que são atingidas pelo não acesso à riqueza socialmente produzida. Neste sentido, é possível afirmar que, a urbanização brasileira, dentre elas a marianense, tem por base o interesse das elites que tem por objetivo “a construção de uma nova imagem de cidade (...) que visavam afastar e esconder a pobreza do horizonte dos outros países e de seu próprio olhar” (Barros; Guimarães, 2019, p.107).

O então núcleo urbano central de Mariana a partir do século XIX – após a decadência do ciclo do ouro, ainda que o município mantenha destaque na capitania de Minas Gerais – passava por um “despovoamento gradativo da sede do município e a intensificação populacional das áreas rurais” (SALES, 2019, P.54). Assim, os distritos localizados ao redor da sede começaram a figurar como lucrativos – dadas as possibilidades econômicas voltadas, principalmente, a agropecuária – uma vez que a mineração não supria mais as expectativas comerciais. Nesse novo contexto econômico, portanto, as chamadas “freguesias de Furquim, São Caetano, Catas Altas, Antônio Pereira e o Povoado de remédios, (...) abrigavam enormes possibilidades de expansão econômica, [assim, se] tornaram alvos de mineradores e de outras pessoas interessadas em investir nas práticas agropecuária” (Magalhães, 2012, p.148).

Cabe destacar, também, que devido a exploração de minério de ouro na Mina da Passagem no século XVIII, houve um grande fluxo populacional que se deu imerso à ausência de planejamento urbano. O que decorre em uma expansão desamparada, constituindo ocupações nas encostas e nas margens e planícies de inundação do Ribeirão do Carmo (Tavares, 2006). Acerca disso,

(...) constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antônio (prainha), tem sua população formada, em sua maioria, por pessoas vindas da zona rural ou de outro municípios, 59 e 60% respectivamente. Nesses bairros, os números quanto à renda, violência e escolaridade, também não são favoráveis. (Junior, 2005. p.188 apud Maia, 2017, p.39).

Assim sendo, na década de 1975 a 1985 a população rural começa a se inserir nos bairros periféricos da cidade. A aproximação da população rural neste contexto se dá na busca por oportunidades de emprego, principalmente no setor de serviços. Dessa forma, passam a constituir a população de bairros periféricos, estando em condições degradadas de moradia e saneamento, bem como se inserindo em vínculos empregatícios com baixos salários.

Embora as condições de urbanidade no distrito sede não sejam o foco, é importante compreender as questões que a transpassam, pois tangenciam as condições de sociabilidade em se inserem a população dos demais distritos. A cidade, desde seus primórdios, é

perpassada pela precariedade habitacional, caracterizada por bairros inteiros que são produtos de ocupações populares e, portanto constituídas de moradias sem regularização fundiária, como colocada por Leticia Maia (2017) em sua monografia na área de Serviço Social, intitulada *A questão habitacional como mercadoria: um estudo sobre a ocupação Alto Rosário em Mariana (MG)*. O que situa a questão urbana em Mariana nos marcos da particularidade brasileira enquanto uma formação social tipicamente capitalista, em que as formas de sobrevivência da classe trabalhadora relativos a moradia, são marcados pela formação de favelas nas encostas dos morros, ocupações de terras inutilizadas e movimentação para áreas rurais/agrárias. Sendo a política social de habitação, constantemente direcionada por uma abordagem “higiénica” das classes subalternas, como afirmado por Gonçalves (2000 *apud* MAIA, 2017 p.33-34),

(...) a moradia que é reconhecida como um direito básico, historicamente foi uma questão problemática na realidade brasileira. Por não ter condições materiais de arcar com os custos para adquirir sua própria moradia ou pagar aluguel, muitas pessoas encontraram nas ocupações de terrenos públicos e privados a alternativa para o acesso a casa própria, embora em situações precárias, em áreas de difícil acesso e de risco.

Logo, a questão habitacional no Brasil abarca diversas problemáticas, vistas cotidianamente no município de Mariana. As constatações relativas à questão habitacional no município de Maria de Jesus Venâncio Silva (2019), em sua monografia na área de Serviço Social intitulada *Direito à moradia: reflexões sobre a política pública de habitação no município de Mariana-MG*, revelam a dificuldade de acesso à moradia por parte da população subalternizada socialmente. Em suas palavras, retratando as flutuações populacionais e a questão urbana e agrária na atualidade, expõe que “o atual valor do auxílio aluguel [é] o que os leva [a população local] a morar nas áreas mais afastadas da cidade, locais onde o valor dos aluguéis costuma ser mais baixo” (SILVA, 2019, p.47).

Este é um movimento que ocorre devido a grande especulação imobiliária que, apesar do município apresentar uma população considerada de médio porte e uma grande extensão territorial, compreende um local cada vez mais ocupado demograficamente, principalmente no distrito-sede, por trabalhadores da região e migrantes em busca de melhores condições de subsistência. Sendo assim, considerando a tese de Santos (1993), este é um movimento cíclico de crescimento e conseqüentemente de periferização constantes, o que reforça a argumentação relacionada à questão habitacional que se coloca municipalmente:

Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação

e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano (Santos, 1993, p.96).

Ou seja, a questão urbana e agrária não são polos distintos, pois estão aqui conectadas em torno da condição habitacional e de empregabilidade, na forma do acesso a bens e serviços e direito à terra e moradia. Acerca disso, Maria Helena Elpídio (2016, p.2013), em sua tese *Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo*, afirma que na política de habitação, o território é colocado como uma “necessidade básica fundamental e inalienável”, devido sua importância para o ser social. Afirma que, no capitalismo, a moradia é a mercadoria mais complexa, para tanto, a política de habitação do Brasil se faz de forma precária devido a sua construção sócio-histórica que conduz a desigualdade no país. Dessa forma, aponta os desafios dessa política pública ser garantida em sua totalidade, sendo portanto, tangenciada por negligências estatais que coloca em risco e vulnerabilidade a população em situações de ocupações em locais de risco climático e/ou geológico e sem regularidade fundiária.

Não obstante, vide a condição de moradia nos distritos - que são por vezes o refúgio dos desabrigados - a população residente e aqueles que chegam, muitas vezes se deparam com as dificuldades de construção da própria sobrevivência. Por isso, o cenário de *desastres* urbanos são fatores que devem obter mais atenção dado as complexidades do território que nos encontramos, porém os investimentos na prevenção destes eventos também passam por desmontes.

As consequências desses processos de ocupação e a ausência de uma política pública habitacional são atualmente pontos de discussão na área de risco geotécnico urbano. As áreas irregulares, onde se estabelecem populações de baixa renda, carecem de legislação urbanística quanto ao ordenamento físico territorial, por apresentarem elevada fragilidade construtiva em suas ocupações e concentram o maior número de registros de movimento gravitacionais de massas (Silva, 2023, p.21).

Contudo, mostra-se mais rentável aos “órgãos responsáveis pela segurança de encostas urbanas [concentrarem] seus esforços principalmente no período pós-desastre, com a maior parte dos investimentos em reconstrução e reabilitação” (Silva, 2023, p.21). Ou seja, evidencia-se que a negligência com a vida é o enfoque na morte.

A questão da moradia para Elpídio (2015) expressa as contradições do sistema, uma vez que é uma necessidade básica e ainda assim objeto de mercantilização expressivamente inacessível. Tal política, só pode ser entendida a partir de um debate associando diversas expressões da questão social que transpassam o território. Assim sendo, a autora possibilita compreender que o território não possui neutralidade, é formado por sujeitos perpassados por

ideologias e por gestões capitalistas. São locais históricos e dialéticos que compreendem expressões da questão social de todos os níveis – pela questão habitacional, questão urbana, agrária e ambiental, questão étnico-racial e afins. Demonstrando toda a desigualdade sistêmica na vida cotidiana dos seres sociais que fazem do território o que ele é.

Historicamente, nota-se neste território, um movimento cíclico de produções e reproduções de relações sociais que periferiza certa parcela populacional enquanto centraliza outra. A desigualdade se desenvolve no território desde as primeiras pedras brilhantes encontradas e das primeiras igrejas cristãs cultuadas. Desde o primeiro corpo indígena morto e do primeiro ser humano escravizado. Desde as primeiras casas erigidas e as primeiras flutuações populacionais sentidas. Desde a definição de quais pessoas seriam o centro e quais seriam a periferia.

1.3 CULTURA E RELIGIOSIDADE: A CIDADE DOS BISPOS

Mariana foi construída, como atualmente é, com o objetivo de exploração aurífera, porém na organização e no controle pela coroa, a utilização da religiosidade teve um grande destaque. A difusão do culto católico era assiduamente utilizada pelos povoadores, por ser a religião oficial da metrópole e necessária para a dominação dos corpos indígenas e, posteriormente, negros. Como afirmado por Ferreira (1969) a metrópole utilizou a religiosidade como uma ferramenta organizativa no território, em que a “cidade dos Bispos”, formou cada um de seus arraiais a partir de capelas e igrejas. Segundo o autor, “foi tão grande o empenho com que, desde aquela época, se procurou estabelecer em Minas as bases da organização católica, e tão grande influência que deveria ter na formação espiritual do povo mineiro” (Ferreira, 1969, p.56).

As igrejas, não obstante, são um dos principais pontos turísticos do município. Muitas ainda promovem missas com frequência, os sinos ainda tocam, as pessoas ainda sentam em seus adros para *papear e jogar conversa fora*²⁹, ainda cultuam os santos, fazem procissões típicas e possuem Sociedades Musicais associadas a religiosidade católica. Estas ainda são um meio cultural, amado por certas pessoas, principalmente as residentes dos locais centrais que vivem com fervor suas tradições.

²⁹ Expressão popular que se refere a conversas sobre amenidades.

Independentemente do viés que se olha – amado ou enojando por aqueles que reconhecem suas histórias de construção pela mão de obra escravizada e por cima de corpos indígenas e negros – elas ainda fazem parte da história local e possuem raízes profundas. Essa fundamental influência religiosa formou tanto o centro histórico urbano – com todas as casas coloniais, as ruas construídas em pedras e igrejas majestosas e controversas por todos os cantos – quanto os atuais distritos, ambos protegidos pelo IPHAN e demais órgãos governamentais. A organização urbana padronizada evidencia que estes foram formados centralizados em uma igreja ou capela inicial; porém, diferentemente da sede, os distritos não possuem tanta atenção de investimentos para preservação destes espaços. Muitos prédios e casas antigas com relevância para a população distrital residente foram abandonados e/ou não possuem manutenção. Nesse sentido, a falta de manutenção adequada, possibilitou que muitas igrejas majestosas fossem, ao longo dos anos, deterioradas ou destruídas.

Elio Moroni Filho (2018) realizou uma pesquisa sobre as capelas setentistas em *notas para o estudo de capelas do ciclo do ouro em Minas Gerais*, demarcando a impossibilidade de determinação das igrejas regionais somente pelas identificações disponíveis oficialmente pelo IPHAN e pela prefeitura municipal, uma vez que, identificou outras capelas em sua pesquisa exploratória que tais instituições não abordam a presença. Em um dos exemplos está, já em ruínas no distrito de Bandeirantes, a igreja consagrada à Nossa Senhora do Rosário. Segundo ele:

No que diz respeito à arquitetura religiosa setecentista de pequeno porte, o acervo arquitetônico de Mariana e de seus Distritos é constituído de capelas que remontam ao período inicial da exploração do ouro, localizadas, sobretudo, nos Distritos de Mariana pouco visitados pelos turistas e pouco conhecidas dos pesquisadores que se dedicam ao estudo do patrimônio arquitetônico religioso das Minas setecentistas (Moroni Filho, 2018, p.6)

É um pouco da história que se esvai. A igreja é aqui compreendida como um local de adoração para os fieis cristãos, mas também as marcas da dominação de povos cativos. Muitos santos eram cultuados principalmente por pessoas racializadas, a exemplo, a própria Nossa Senhora do Rosário (protetora dos cativos), São Benedito, Santa Efigênia e etc. Considerando que a cultura local é marcada por um forte senso católico, erguido pelos colonizadores e que se estende até a contemporaneidade, cabe destacar também as incidências da espiritualidade indígena e negra, com histórias, tradições e cultos. Os Santos Pretos, em particular, foram perdidos na região, assim como a não preservação de algumas de suas igrejas demonstra a negligência com certas vivências no território. Em uma população

tradicional como Mariana e, portanto, permeada de preconceitos, como o racismo religioso, essa não é uma surpresa.

Ainda assim, a população busca cultivar as tradições marginalizadas, o que é possível visualizar na devoção aos santos católicos, pois, de forma muito basilar, em todos eles se encontram em festas dedicadas a tais santidades, principalmente aos padroeiros e padroeiras de cada região. Seus festejos são importantes para as localidades, especialmente por serem, por vezes, as únicas festas e comemorações comunitárias. Muitos comemoram o mês de Maria, promovendo coroações; festas de Corpus Christi; há também a Folia de Reis local (nos subdistritos: Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Cuiabá, Goiabeiras, Pedras) tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais IEPHA em 2017; e o Congado (no subdistrito Barroca). Além de outros festejos que não tem raízes religiosas ou se relacionam parcialmente com a religiosidade - como a cavalgada, as festas juninas, o carnaval e afins. Ao reconhecer os pontos culturais, as festas tradicionais e as determinações de cada localidade, observamos a grande influência religiosa sobre todo o território. A religiosidade aparece no interior da cultura formada, inclusive determinando o hábito de “doação” de terra pelas pessoas enriquecidas para a criação de igrejas, visto como votos de bondade . Acerca disso Viana (2022) afirma que:

Na sociedade mineira dos períodos colonial e imperial, era prática comum oferecer aos santos objetos em agradecimento a determinados benefícios alcançados, uma vez que a vivência religiosa nas Minas era marcada essencialmente pela crença no milagre e pelas devoções (Campos, 2006, p. 32-33 *apud* Viana, 2022, p.83).

A cultura local, portanto, tem grande influência da religião católica. São locais que até a atualidade perpetuam festejos e costumes seculares, suas respectivas igrejas cristãs marcam a presença do povo que ali viveu e vive, sendo pontos de encontro e muitas vezes um dos poucos atrativos locais. O espaço de interação está, neste sentido, muito conectado aos pontos centrais que são, em todos os distritos, em torno das igrejas católicas e suas possíveis comemorações, como Silva (2022, p.242) dispõe: “por serem também locais centrais na disposição urbana do Distrito, se tornam ponto de encontro, referência essencial no processo de relacionamento entre os moradores”. Em acordo, Ferreira (2022 p.192) observa aspectos especificamente de Camargos, descrevendo como este processo é típico dos distritos locais em que “essas festas se tornaram oportunidades de encontros, trocas de saberes e divertimentos para a população do local, que se alegra em partilhar essas tradições com os visitantes. Esse processo se torna dinâmico, impulsionado pelo senso de continuidade e

identidade”. Em síntese, Silva (2022) evidencia a dedicação à manutenção da tradição religiosa:

(...) Quem faz a festa é o povo, a igreja católica celebra as atividades espirituais com o apoio da paróquia, párcos, sacerdotes convidados e ministros da eucaristia, mas a organização maior é do povo. É esse povo que enfeita igrejas, andores, ruas, casas e sacadas para a solenidade e passagem do sagrado. E onde o povo atua, o folclore logo se manifesta, seja na preparação da comilança para atender padres e convidados, seja na confecção dos enfeites, no andar das procissões, nos cantos, danças, levantamento de mastro e até no "beber o santo". E dessa forma o folclore se mantém vivo e atuante na cultura do povo mineiro e marianense (Neves, 2013, p. 2 *apud* Silva, 2022, p.123).

Toda a argumentação construída até aqui, tem como objetivo demonstrar que a formatação atual da cultura local está diretamente interligada à religião cristã. Outro exemplo da permeabilidade da religião na cultura local pode ser vista na saúde e assistência aos necessitados, em que

No Brasil Colônia, as Santas Casas de Misericórdia representavam um importante modelo de assistência, ainda que em Minas Gerais as Santas Casas só tenham conseguido estabelecer-se a partir do século XVIII (Vieira, 2015, p.154).

Para compreender a grande influência ideológica de tal questão é possível colocar a importância do Monsenhor Horta, este se colocava como curandeiro pelas orações, bênçãos, disposição de água benta e até mesmo por exorcismos (Vieira, 2013). E, apesar da evidente discriminação e criminalização das medicinas tradicionais a aceitação das práticas medicinais acadêmicas findaram por ganhar espaço, pois, medicina e a Igreja Católica, juntas, criavam mecanismos de controlar o corpo, de discipliná-lo, criando novas normas e regras” (Vieira, 2013, p.1). A utilização desta figura foi escolhida aqui não somente para compreender a influência da igreja católica no processo de cura, ou pelo Hospital Monsenhor Horta ainda na atualidade ser um dos únicos pontos de acesso ao hospital na região, mas principalmente para compreender que seu nome exerce influência mesmo com o desconhecimento de sua figura, dado um dos distritos regionais possuir seu nome como uma homenagem.

Ademais, não somente a saúde e assistência esteve na dominação pela igreja, mas também a educação que é conduzida desde a colonização por ordens de padres, como os jesuítas. Em que, mesmo com a expulsão dos jesuítas na segunda metade do século XVIII, dado a autonomia da Companhia de Jesus, ocorreu o inevitável: “mesmo após a expulsão dos jesuítas, seus ideais e padrões educacionais já estavam impregnados na sociedade e se evidenciaram na conduta do ensino posteriormente” (Gomes Neta, 2016, p.45). Isto é,

Sobre instituição escolar e ensino de primeiras letras, configurado com tempo e espaço definidos efetivamente formal, a cidade de Mariana se destaca como pioneira, mais uma vez, principalmente com a fundação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em 1750, pelo primeiro bispo Dom Frei Manuel da Cruz, que, ao assumir a primeira diocese da Capitania, tratou logo de providenciar a abertura da instituição de ensino (Gomes Neta, 2016, p.47).

Este seminário era dedicado não somente aos futuros padres, mas também para ingressos da população mineira que pudessem arcar com os custos dos estudos, enquanto a educação de outras crianças se restringia ao seio familiar ou mesmo escolas isoladas.

Assim, o Seminário sempre esteve sob a direção de religiosos da Igreja Católica e seguiu, não sem problemas e conflitos, exercendo função ímpar na sociedade marianense e também nas redondezas, uma vez que as famílias abastadas não mais precisariam mandar seus filhos para outras Capitânicas como o Rio de Janeiro, além da possibilidade de a Igreja formar e educar os cidadãos de acordo com os dogmas católicos, de se formar o clero e também a elite intelectual mineira (Gomes Neta, 2016, p.48).

Mesmo após a laicização do Estado, a religião cristã esteve de forma estrutural nestes espaços mesmo em seus estágios de desenvolvimento (Gomes Neta, 2016). “A relação entre cultura escolar e religiosidade, (...) vem originariamente da fundação da cidade e da influência social que os religiosos exerciam, antes mesmo da construção desses espaços educacionais formais” (Gomes Neta, 2016, p. 49-50).

Silva (2009) ao relatar a presença dos ingleses no distrito de Passagem traz elementos importantes para compreender o protestantismo que ao longo dos anos ganha força e demonstra grande influência nas regiões brasileiras. “Foram os ingleses que alteraram a face uniforme do catolicismo no espaço urbano e universo cultural da localidade, enquanto religião publicamente aceita e praticada como a oficial do Estado até a República” (Silva, 2009, p. 347).

Depois da chegada dos ingleses a Mariana as autoridades religiosas passaram a se preocupar com a disseminação de “Bíblias falsas” entre suas ovelhas. Esta forma sutil de propagação do protestantismo foi relatada ao Papa pelo bispo marianense no Relatório Decenal de 5 de janeiro de 1866 (Silva, 2009, p. 337).

Por fim, ao demonstrar a grande influência religiosa na constituição da cultural local, evidencia-se a dominação pela igreja, principalmente a católica, no território marianense, revelando o processo, muitas vezes violento, de imposição articulada entre educação e religiosidade na formação da sociedade capitalista moderna ocidental. Um processo que se deu pela unidade entre poder estatal e poder católico, no marco do período colonial e imperial no Brasil, até que a laicização formal do Estado tenha sido prevista na Constituição da

República dos Estado Unidos do Brasil em 1891, ou seja, separando institucionalmente a Igreja Católica e o Estado.

Entretanto, trata-se de uma formalidade residual, uma vez que, mesmo sem a existência de uma religião oficial adotada pelo Estado, a discriminação de religiões não cristãs permanece na contemporaneidade, quando se observa os preconceitos compartilhados culturalmente na sociabilidade capitalista, evidenciando sua constituição desde sua era colonial. O fato é que, a Igreja Católica, continua sendo uma instituição de grande poderio econômico e político na cidade de Mariana, sendo partícipe dos processos contemporâneos, inclusive no cenário do crime de rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billinton, que destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues, subdistrito do distrito marianense de Santa Rita Durão.

Acerca disso, Wesley Wallace Rodrigues (2023), em sua monografia na área de Serviço Social intitulada “*Guerra de posição*” na mineração extrativista: uma análise das matérias do jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana-MG sobre o tema no período 2015-2022, aborda a relação entre esta instituição e a mineração a partir do jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana-MG no período 2015-2022. Este afirma que, apesar da responsabilização das empresas pelo crime cometido, este é muitas vezes ainda retratado pela arquidiocese como um *desastre* ou uma *tragédia*. Além disso, o autor destaca também que no contexto pós-crime pode-se observar a presença constante da Igreja Católica, como forma de reafirmar sua presença - e poderio - como religião.

Entre as formas de abordagem e as propostas de intervenção verificamos a presença e organização de eventos e atividades religiosos envolvendo a comunidade atingida, entre os quais: Missa no terreno onde será construído o assentamento do novo Bento Rodrigues, Romaria das águas e da terra das dioceses da Bacia do rio Doce, mensagem evangelizadora do episcopado do Arcebispo Dom Geraldo em apoio aos atingidos, criação, no âmbito da CNBB, de grupo de trabalho voltado para refletir os impactos da mineração no território nacional (Rodrigues, 2023, p.28).

Sua tese possibilita tecer uma crítica à Igreja Católica que, há séculos convive, e a tempos remotos, incentivava a mineração, porém somente após o crime, anuncia apoio aos movimentos sociais que se desdobram em enfrentamento à mineração. Sendo que, em contradição, em edições posteriores e mais recentes de suas publicações no *jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana-MG*, retornam ao tom conciliatório em relação à temática da atividade mineradora no município (Rodrigues, 2023).

Assim, fica evidente o sucesso da metrópole colonial portuguesa, enquanto primeiro centro da constituição do capitalismo como ordem mundial juntamente com a Espanha (Dussel, 2005), ao instaurar a religiosidade como ponto central na formação cultural do território marianense. Este fato pode ser evidenciado ao se colocar em certos pontos do distrito-sede, onde, sem se deslocar, pode-se avistar e contar três, quatro, cinco igrejas ao longe; para os residentes, por vezes, este é só um fato ocasional, passando despercebido. Chegando aos distritos, no monte mais alto, ali está uma capela, uma igreja, uma matriz, comum para os que se acostumaram, mas que demonstram o poder da “*cidade dos bispos*”.

1.4 ECONOMIA: A CIDADE DO MINEIRO E DO ARTESÃO

A partir das considerações acerca da formação da atual extensão territorial e da cultura formada por base da religião católica, outro ponto importante que destaca o município são as formas econômicas produzidas e reproduzidas regionalmente. Neste sentido, tem se o entendimento de que as cidades mineiras nascem – oficialmente como tais – a partir do descobrimento das pedras preciosas, alocação dos migrantes, expropriação da terra e a construção da religiosidade local para o início do trabalho extrativo e agropecuário.

Paula (2020), tem contribuições importantes para se compreender o Estado de Minas Gerais que, segundo ele, se caracteriza por todas suas diversidades - produtiva, estruturação social, organização governamental, padrão de propriedade e de desigualdade social, enquanto marcas perpetuadas desde o período em que era uma capitania da era colonial. Além dessas características, a produção e o consumo de “bens simbólicos” - arte e cultura - marcam o território, assim como as revoltas e conflitos do povo livre e escravizado (Paula , 2020).

Assim deve-se compreender que a formação do Estado mineiro, e conseqüentemente da cidade de Mariana, é que, este local sendo o espaço da primeira capital, se dá com um claro objetivo: a dominação desse território. Ou seja, a organização *governamental*³⁰ acontece a fim de possibilitar uma melhor dominação sobre o corpo-território originário, sendo o território e a população subsumida aos princípios da mineração como único fim. Isto é, todo o mundo da vida, o *mundo de Uaimií* passa a ser alvo de destruição para que se obtenha uma instauração do *mundo do Capital*, em que se estabelece a riqueza (produção de ouro como dinheiro),

³⁰ Governamental aqui compreendido como: aquele que governa; que possui o poder de sancionar leis, decretos, e demais burocracias de domínio.

concomitante e indissociavelmente, à produção de pobreza (privação de meios para reprodução da vida).

Assim, a desigualdade social é fundada no meu mundo ancestral, aparecendo como cerne desta nova sociabilidade. As relações de propriedade, produtividade e estrutura social são, portanto, deveras importantes para compreender as ‘revoluções’ artísticas e revoltas do povo, inclusive o meu povo, que se via presos em correntes - materiais ou imaginárias.

O que busco expor, portanto, é que as minas gerais são inventadas, pois, fundadas a partir da extração aurífera - que é, dessa forma, a principal economia marianense em sua fundação - forma a riqueza e, ao mesmo tempo, o empobrecimento desse território. Esta forma econômica, traz precariedades considerando a poluição que promove, a superexploração da força de trabalho que coloca a classe subalterna em trabalhos perigosos e, após a queda da barragem de Fundão, demonstra como esta forma econômica afeta negativamente a população residente. Como evidência Pataxó (2023, p.66) “o monstro não é o crime de ruptura de barragens de rejeito mineral e, sim, o próprio padrão de minerar, que, em suma, se constitui a partir das necessidades do capital em escala mundial”.

Em Mariana mantêm-se – como se tem em todo território dominado pelo sistema capitalista - uma organização espacial que visa a melhor apropriação da terra “para diminuir as barreiras ainda existentes para a máxima obtenção dos superlucros” (Elpídio, 2016, p.46). Como vimos, neste espaço, é a possibilidade de extração de ouro, enquanto riqueza, que promoveu a criação dos diversos arraiais e, como já afirmado, processos de migração para essas localidades em busca do trabalho.

Neste sentido, a mineração ordenou corpo e território, mas somente de extração mineral não poderia sobreviver a vida - necessária somente para a reprodução do valor - por isso, há também outras atividades econômicas – em que certos locais predominam a mineração e em outros a agricultura, artesanato, turismo, e afins. Portanto, compreender a formação dos distritos requer observar as relações sociais que são reproduzidas em relação direta das atividades econômicas, cuja predominância no município é a mineração. Ou seja,

Lembrar que a mineração em *Minas* deu-se em território de *matos* gerais tem sentido estratégico, nesse nosso tempo, ao remeter à dramática constatação de que, historicamente, os processos produtivos que têm sido adotados têm sido destrutivos tanto sobre as *minas*, quanto sobre os *matos*, devastados para atender a interesses particularistas, imediatistas, ao lucro, à ganância incontrolável de que resultam impactos e consequências, que já dominam sob a forma do aquecimento global, da

crise hídrica, da perda de biodiversidade, de tragédias socioambientais como as de Mariana e Brumadinho (Paula, 2020, p.50, *itálico nosso*).

É impossível falar de Mariana sem situar a mineração, que já foi colocada em traços gerais durante a argumentação dos itens anteriores. Há aqui a intenção de apresentar suas principais problemáticas de forma sintética, contestando uma das principais nomenclaturas atribuídas ao município como integrante do “quadrilátero ferrífero”, este compreendido como “uma área muito rica em recursos minerais, portador de jazidas de ouro, ferro e manganês” (Mendes, 2012, p.3).

A extração de minério de ferro pode ser observada no *Plano Diretor Urbano e Ambiental de Mariana*³¹, determinando como polo minerário Santa Rita Durão, com a extração de minério de ferro - assim como uma região que possui o turismo cultural religioso e a silvicultura (que se atém à ciência do reflorestamento para o mercado). Essa centralidade da mineração explica o poder político e econômico que detém as empresas mineradoras, mesmo que cotidianamente coloquem a natureza e a população local em risco, vide o crime de rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billinton, ocorrida no dia 05 de novembro de 2015, que destruiu Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, e que afetou todo o município. Essa aparente contradição, revela a essência de uma dependência econômica do município, ou seja, a sociabilidade local é dependente da mineração enquanto, uma condição que produto da dominação capitalista do território desde o período colonial, como evidenciado por Pataxó (2023).

Diante esse percurso histórico, não ao acaso Mariana é “responsável por 60% de toda a produção nacional de minério de ferro. Em 2012, foi a 4ª cidade no país em arrecadação de royalties pela extração de minério, conforme estudo da Universidade Federal de Ouro Preto”, conforme explicitado no *Diagnóstico Socioterritorial de Mariana*³², construído em 2020 (Mariana, 2020, p.7). A dependência se expressa tanto em relação ao orçamento público, quanto ao processo de assalariamento da população, visto que “em comparação com outros municípios do Estado, Mariana detém uma posição econômica de destaque, sendo que o seu Produto Interno Bruto (PIB) é o maior da microrregião de Ouro Preto e o 10º maior entre os 853 municípios do estado mineiro)” (*idem, ibidem*). Este mesmo documento confirma a dependência empregatícia quando determina que “em Mariana também está situada a empresa

³¹Este determina o planejamento e as estratégias em direção ao ‘desenvolvimento’ dos Municípios. Este apresenta os mapas do território, assim como demarca a economia predominante de cada espaço.

³²O diagnóstico socioterritorial é um documento que visa a compreensão do território e das demandas específicas da população, subsidiando a política de assistência social.

mineradora Vale, uma das principais empregadoras, junto com a Samarco (Fundação Renova, após o rompimento)” (*idem, ibidem*).

Nesse contexto, ao observarmos os dados mais recentes de distribuição de renda, segundo o índice Gini³³, em 2019, Mariana apresentava o marco de 0,51. Considerando que este índice determina que quanto mais perto do número 1,0, mais desigualdades e mais acumulação de riqueza por parte de poucas pessoas, o marco alcançado permite a explanação de uma desigualdade notável na distribuição de renda no município. Ou seja, apesar das grandes quantias de riqueza capitalista produzida pela classe trabalhadora atuando na mineração, estas se apropriam de uma parcela diminuta - seja diretamente através de seu assalariamento ou indiretamente através de políticas públicas .

Além disso, importante lembrar que o processo de trabalho na mineração sempre foi um afazer perigoso, sendo que, desde seus primórdios a exploração este era um afazer restrito a força de trabalho dos corpos indígenas e negros, escravizados até o total esgotamento físico e mental, permitindo que as classes dominantes não compartilhassem dos impactos próprios dos perigos desse tipo de trabalho. Atualmente esta realidade se mantém, ao mesmo tempo que se amplia, -uma vez que os impactos da mineração atingem majoritariamente o corpo negro, indígena e pobre - mas também se alastra por todo o território atingindo todos aqueles que ali se encontram, como se pode ver na extensão das consequências dos crimes de mineração e seu impacto social e ambiental nas Bacias do Rio Doce e na Bacia do Rio Paraopeba, consequências do crime ocorrido em Mariana e em Brumadinho, respectivamente.

Estes são aspectos, como demonstra Pataxó (2024, p.296) que a questão ambiental é uma emergência do espaço-tempo presente que destrói vidas em uma “relação entre seres humanos e não-humanos própria da fundação e estruturação do espaço-tempo moderno, [e] estabelece o imperativo da compreensão dos seres sob o *status* de recurso instaurando a degrad-ação desses”. Na descrição da autora:

Habitar um território atingido pelo atual modelo de mineração é observar a olho nu o ruminar de um monstro que se conforma como uma máquina de moer vidas. A natureza e as/os trabalhadoras/es entram pelas comportas das fábricas, que funcionam vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, e, tornados recursos naturais e força de trabalho, têm sua vitalidade tomada, a fim de constituir a intentada mercadoria: a commodity minério de ferro. A partir daí, os rejeitos naturais e as/os atingidas/os serão depositados como vizinhos do monstro, mas longe daqueles que usufruirão de grande parte da riqueza produzida por ele, os poucos acionistas majoritários, capitalistas donos dos meios de produção que constituem as

³³ O índice de Gini ou coeficiente de Gini, é um indicador que visa determinar a desigualdade na distribuição de renda, variando entre zero e um, ou zero a cem. Quanto mais próximo do número zero, menor a desigualdade.

empresas minerárias. E, quando não mais puderem ser represados, rejeitos e atingidas/os sairão matizando os territórios, os primeiros, com a lama, e os segundos com a luta (Pataxó, 2023, p.57).

Aqui é importante retomar o conceito de “questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente” que demonstra a destruição massiva da vida nos espaços onde a mineração se coloca como uma expropriação dos seres como riquezas e coloca em risco a vida habitante, um perigo que está em consonância com a acumulação do capital (Pataxó, 2024). Neste sentido, este modo de produção “se trata de um crime contra a vida humana, bem como contra a natureza” (Cipriano; Pataxó, 2020, p.190), sendo “um acontecimento totalmente evitável, mas que é consequente ao funcionamento do atual modelo de mineração (*idem, ibidem*). Isto é

A compreensão de crime, também, é literal, visto que a ruptura da barragem e toda a destruição humana e ambiental que acarreta é, em suma, o resultado do descumprimento à insuficiente legislação estatal por parte das mineradoras – apoiadas pelo Estado e sua política intencionalmente inapta de regulamentação e fiscalização da extração mineral, bem como a corrupção e negligência do setor empresarial (Cipriano; Pataxó, 2020, p.190-191)

Por isso é necessário demarcar o crime de rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billinton, que destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues, do distrito marianense de Santa Rita Durão, uma vez que atingiu o fluxo das vidas que aqui habitam. Não se deve de nenhuma forma abordar este tema sem considerar sua sensibilidade, pessoas perderam suas vidas, o local em que moravam e cultivavam, seus animais de convívio, seu cotidiano, suas lembranças. Relembrar-se-á sempre que a subjetividade humana reside em seus modos de viver, suas tradições, ou seja, mais do que a perda material e os assassinatos de corpos vivos, este crime levou embora, também, a saúde mental dos seres. Por isso, aqui denuncio que foram nossas casas invadidas por lama, ruas que carregavam afetos e lembranças especiais, cotidianos amados e pessoas queridas. A mineração suja nossos rios, destrói nossas montanhas, corta nossas árvores, machuca a subjetividade e os corpos-territórios. Em Camargos, um dos distritos atingidos pelo crime, é notável que possua:

Semelhança de muitas outras comunidades ribeirinhas no Brasil, o rio constituía-se em lugar de encontros, brincadeiras e celebrações. Mas em Camargos essa prática foi alterada após o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015. O rio que atravessa o povoado foi inundado pela lama (Ferreira, 2022, p.188).

Claudio Manoel, também é atingido diretamente pelo crime de ruptura de barragem de rejeitos de mineração que ocorreu em 2015 no subdistrito de Bento Rodrigues, modificando as condições de vida no local. Este “crime ambiental acabou contaminando o solo, as águas e inviabilizou a possibilidade de permanência de alguns moradores em suas

casas. Cláudio Manoel se origina na mineração durante o século XVIII e enfrenta suas consequências ainda no século XXI” (SILVA, 2022, p.226-227).

As consequências parecem intermináveis. Este evento histórico, soterrou o subdistrito de Santa Rita Durão, Bento Rodrigues, e os subdistritos de Monsenhor Horta, Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima. Prado (2022, p.227) afirma que “festas religiosas, movimentos culturais, agricultura familiar, convívio comunitário e diversos outros aspectos do cotidiano das pessoas sofreram alterações ou mesmo deixaram de existir”. Dessa forma,

Em um primeiro contato com essas comunidades, é possível vislumbrar um forte contraste: pessoas esforçando-se por levar suas vidas “normalmente” entre caminhões e máquinas ocupando estradas vicinais; tentando reconstruir algo que, infelizmente, não voltará a ser o que era. Em meio aos casarios coloniais e povoados marcados pelo sinal seco da lama, vivem pessoas que lutam por seus direitos frente a uma das maiores mineradoras do mundo. A palavra resistir nunca fez tanto sentido no coração de cada morador e a esperança de tempos melhores se arrasta enquanto decisões judiciais tardam anos para saírem do papel (Prado, 2022, p.227-228).

Muitas pessoas retiradas de sua terra originária foram realocadas em outros distritos, ou mesmo na sede, com a promessa da reconstrução de seus respectivos subdistritos, porém, intento ambicioso que desconsidera a subjetividade humana e a realidade da destruição. Prado (2022), novamente faz considerações importantes e sensíveis sobre tal fato:

A destruição de Paracatu de Baixo mobilizou fortes sensibilidades de desenraizamento social, pois várias relações intersubjetivas e culturais ali estabelecidas dificilmente poderão ser retomadas em um outro local, onde serão realocadas as famílias desalojadas. O primeiro estranhamento é provocado pela dimensão geográfica, com a particularidade das vivências estabelecidas com certas paisagens, com seus relevos e rios. Há também uma perda de referências ligadas à passagem temporal e à memória, pois muitas experiências comunitárias ocorreram no espaço destruído, as quais geraram laços sociais, culturais e políticos. A interrupção abrupta dessa construção temporal gera nas pessoas atingidas um sentimento de vazio de sentidos. Dessa maneira, para a maior parte das famílias tal realocação não tem significado, pois não reconstituirá “o seu local” (Prado, 2022, p.292-293).

A história desta terra explorada inicia-se em 1907 com a extração de platina, já na década de 1970, o ferro começa a ser o foco, assim

A Samarco Mineração começa a retirar esse minério dos Complexos do Germano e da Alegria, construindo para tanto as barragens de Fundão, Germano e Santarém. Não foi opção para os moradores de Bento viver embaixo de uma barragem, não lhes deram alternativa (Ramos; Ferreira, 2022, p.399-400).

No cenário destrutivo da mineração, “quanto mais aumentava a exploração mineral, mais suja a água chegava às torneiras, mais chuvas de poeira recaíam sobre as casas”

(Ramos; Ferreira, 2022, p.400). E como um ato profético de um antigo padre, após a queda das 15 palmeiras da região, Bento Rodrigues foi destruído (Ramos; Ferreira, 2022).

Pouco tempo após o rompimento da Barragem, foi formado o grupo “Loucos pelo Bento”, composto por famílias de moradores que se reúnem cotidianamente em Bento para cuidar das casas que se mantiveram em pé, para manter suas festas, religiosidades e costumes. Esses encontros periódicos viabilizam a celebração das suas raízes, constituem uma maneira de honrar os antepassados e conferir envergadura aos descendentes, para que prossigam seu caminhar, amparados em sua própria história comunitária (Ramos; Ferreira, 2022, p.402).

Justifica-se as diversas citações longas dada suas sensibilidades para com o corpo-território, a fim de dar voz às vivências que os autores tiveram contato com os espaços e com os seres durante suas escritas sobre os distritos. Portanto, para além das consequências institucionais, para iniciar este assunto considerou-se o cuidado necessário com as vidas que são perpassadas pelos crimes. Além disso, todos os corpos-territórios dos distritos - assim como na sede - possuem contato com as perdas, sejam elas diretas ou indiretas.

A economia do município passou por modificações de forma que, muitos moradores continuaram a defender as empresas que praticaram o crime, dado a já sinalizada dependência. Enquanto as instituições governamentais defendem as empresas e uma parcela da população, inconformada, pedia justiça; por outro lado, o movimento nomeado “Somos Todos Samarco”, organizado pela Associação Comercial de Mariana (ACIAM) e por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), defenderam a mineração predatória promovida pela empresa, bradando “Fica Samarco” (Silva, 2023). Não demorou para que a população regional começasse a crer na fantasiosa crise que aconteceria se a empresa fosse devidamente responsabilizada.

O movimento destacava que concordava que a empresa deveria pagar pelo prejuízo causado, mas que não deveria parar as suas atividades, pois geraria um prejuízo muito grande para a comunidade. O movimento ganhou força na cidade devido às especulações geradas das demissões em massa, prejuízos financeiros, impactando diretamente na subsistência das famílias que viviam da renda da mineração (Silva, 2023, p.59)

O movimento “Fica Samarco” expõe um processo que não é novo, mas que atualiza o ideal de dependência da mineração enquanto instrumento de sobrevivência, logo, compensando a violência com que se desenvolve. O que pode ser observado desde o ciclo do ouro, como expõe Rafael de Freitas e Souza (2009), em sua dissertação na área de História Social intitulada *Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Mariana*, na qual observa o trabalhador minerário no distrito de

Passagem de Mariana e retrata as barbáries ocorridas nestes espaços. Cabe aqui a seguinte citação:

Numa das entrevistas com ex-mineiros da Mina da Passagem, um deles, ao explicar a razão de tantos acidentes, afirmou: “O ouro gosta de sangue”. Esta frase resgata a crença de longuíssima duração presente nas tradições de regiões mineiras de diversas partes do mundo. É como se o ouro, transmutado numa entidade vingadora, exigisse sacrifícios humanos para aplacar sua ira diante daqueles que arrancam seus loiros fios (Souza, 2009, P.294).

Tal relato demonstra a inversão de responsabilização. Aqui, o ouro é *totem* que exige a perda da força vital (sangue), enquanto aqueles que operam tal sacrifício, impondo essa condição bárbara aos trabalhadores, permanecem inimputáveis. Pode-se aqui retornar às constatações de Dussel (2005) e a *ritualística* da era moderna de *sacrifício* demonstradas fatidicamente até a atualidade. Atualmente, o distrito de Passagem de Mariana é disposto no *Plano Diretor Urbano e Ambiental de Mariana* como um pólo ecoturístico, de turismo de aventura e arqueológico, sendo a mina de Passagem objeto de visitaçãoturística e de atividades de pesquisa - em uma forma de insensibilidade às vidas perdidas neste espaço sacrificial para obtenção de riqueza. Além disso, o distrito é considerado um centro comercial e de serviço, dispondo de maior oferta de transporte público, ônibus, sendo o distrito mais próximo da sede.

Apesar de tudo, compreende-se que não somente de mineração vivem os marianenses. Este é um território marcado por atividades turísticas, de serviços e, também, de produções artesanais, importantes para a população não somente como meio de subsistência, mas como forma cultural com conteúdo tradicional de cunho afetivo e geracional. Os pólos artesanais são demarcados no Plano Diretor como Cachoeira do Brumado e Mainart. Estes possuem como formas econômicas além do artesanato, a agricultura - principalmente de café e banana -, turismo gastronômico, silvicultura e extração de pedra sabão e gnaisse.

Cachoeira do Brumado, como exemplo deste movimento artesanal no município, produz esculturas em madeira e em pedra-sabão - esta que é muito utilizada para a confecção de painéis - além dos famosos tapetes em sisal da região desde o século XVIII. Inicialmente a prática dos tapetes se dava pela *pita*, porém dado suas características tóxicas, inicia-se a utilização de *sisal* muitas vezes provindos de outros Estados³⁴ (Oliveira, 2022). Apesar dessa diversidade artesanal, essa atividade tem sido reduzida ao longo do tempo, conforme

³⁴ A pita era retirada no território e seu manuseamento era feito pelas próprias tecedeiras ao limpar o material nos rios. Porém, dado que o material possui um teor tóxico, a grande produção não era possível, trocando assim pela matéria do sisal que é preparado industrialmente (Oliveira, 2022).

demonstra Eduardo Portanova Barros (2013), em seu artigo intitulado *O artesanato em Cachoeira do Brumado sob o enfoque de políticas culturais e do “trajeto antropológico” em Durand*, ao notar empiricamente no distrito:

É cada vez menor o número de artesãos em Cachoeira do Brumado, segundo a presidente da associação dos artesãos, Cleusa Ulhôa. Há trinta anos, disse ela, o artesanato era forte, mas não agora. Um dos problemas, na opinião dela, é a falta de incentivo político, que se reflete na pouca visibilidade das atividades desenvolvidas no distrito. A artesã comentou que Ouro Preto, a cidade vizinha, se interessa mais por Cachoeira do Brumado do que o município de Mariana (Barros, 2013, p.5).

Sua pesquisa demonstra a fragilidade do trabalho artesanal dado a falta de incentivos políticos para sua manutenção. Este processo faz com que a associação perca força entre a própria comunidade, que tem passado a não se interessar tanto quanto antes pela produção de artesanato e, conseqüente, por um compromisso com a entidade. Dessa forma, uma parte de artesãs/ãos tem comercializado de forma individual os seus produtos, uma vez que a associação não tem conseguido financiamento para gerir espaços próprios de comercialização dessa produção.

Além disso, é importante demarcar a importância do artesanato, tanto como meio cultural, quanto como forma de subsistência. Em minha infância, as mulheres se colocavam em espaços coletivos para tecer seus tapetes e, enquanto os homens passavam o tempo *torneando* as panelas de pedra-sabão, as crianças brincavam entre si, em uma criação coletiva em momentos de trocas de conhecimento e fortalecimento enquanto comunidade.

Neste sentido, outra pontuação essencial é a relação da industrialização com os afazeres artesanais. A Industrialização conseqüente da inserção no modo de produção capitalista, faz com que os produtos artesanais sejam constituídos como mercadorias, com exigências de produção cada vez mais rápidas, em maior quantidade e, conseqüentemente, mais baratas. Dessa forma, os produtos artesanais que são feitos com paciência e cuidado perderam seu valor de troca ao decorrer dos anos, assim como o interesse comercial por estes produtos vão decaindo.

Ademais, Amanda Eleutério Rodrigues Oliveira (2022), em sua monografia na área de Arquitetura e Urbanismo intitulada *Lugar de memória: Cachoeira do Brumado, os artesãos e o artesanato* demarca também a diminuição do turismo após o crime de rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billinton, ocorrida em 05 de novembro de 2015, que dificultou a comercialização de artesanatos. Um movimento que faz com que menos pessoas se engajem, enfraquecendo a comunidade culturalmente e

impulsionando seu empobrecimento, pois as novas gerações dessas regiões se afastam destes afazeres e buscam no centro das cidades, principalmente na área de mineração e de serviços, outros meios empregatícios, sendo perpassados pelos baixos salários e dificuldades de locomoção.

Mesmo frente a tamanhos obstáculos, a autora reafirma a importância desta cultura que é preservada, apesar da falta de incentivo, principalmente pelos mais velhos da região.

O trabalho com a pedra sabão ainda é muito presente na comunidade, existem muitos artesãos que sustentam suas famílias apenas com este ofício, além das que utilizam do artesanato como complementação. Os tapetes de sisal também são confeccionados, mas correspondem a uma parcela menor de artesãos e renda (Oliveira 2022, p.11).

Ademais, segundo o *Plano Diretor Urbano e Ambiental de Mariana*, outras formas econômicas podem ser associadas aos distritos. Como Águas Claras que se dedica à pecuária leiteira, a horticultura, ao turismo rural de base ecológica, a agroindústria de queijo e, apresenta potencial agroecológico; Monsenhor Horta e Furquim aparecem como pólos agrícolas e histórico-culturais, cujas formas econômicas baseiam-se na horticultura, agroindústria, turismo histórico-cultural de base agroecológica com este potencial agroecológico e o artesanato. Furquim, apresenta importância histórica entre o ouro e o comércio; Padre Viegas (antigo Sumidouro) teve grande importância na história regional que, no decorrer dos séculos, foi perdendo muito de sua riqueza material, se tornando como os outros distritos produtor de outras formas econômicas para além do ouro e comércio. O fato é que, pouco se pesquisa sobre as potencialidades e destrutividades socioambientais dessas atividades econômicas para além da mineração; sendo necessário que para uma compreensão aprofundada da região, ocorra a aproximação com a comunidade, a fim de evidenciar as particularidades das expressões da questão social.

Monsenhor Horta se destaca também pelo garimpo tradicional, que ocorre a mais de 300 anos, sendo a principal atividade de subsistência da população local. A exemplo da baixa escolaridade e faixa etária majoritária de jovens que atuam no garimpo no distrito de Monsenhor Horta, conforme demonstrado por Amade e de Lima em 2009. A importância desta atividade econômica se mostra no cotidiano da população, uma vez que “aproximadamente, 85% dos garimpeiros são responsáveis pela renda familiar e corresponde a 26% da população do distrito de Monsenhor Horta” (Amade; de Lima, 2009, p.240), porém é necessário a demarcação da “utilização predatória e não sustentável, do ponto de vista técnico e econômico da reserva mineral” (*idem, ibidem*, p.241). Os autores ressaltam os

impactos ambientais e os riscos à segurança e à saúde dos garimpeiros que naquele momento passavam por um um programa de gestão ambiental, a fim de objetivar mudanças para minimização dos impactos ambientais da atividade. Este é um dos únicos artigos que relatam a vivência dos garimpeiros da região, sendo que não encontrei notícias posteriores, seja ao crime da Samarco/Vale/Vale/BHP Billiton em 2015, ou mesmo a crise pandêmica do covid-19.

Em síntese, vimos que a extensão territorial dos distritos é algo muito esquecido nas pesquisas. Porém, é necessário recordá-la nas análises, para que se possa provocar intervenções públicas frente ao cenário atual em que os distritos são preteridos pela gestão pública municipal que, com frequência, prioriza o distrito sede. Frente a isso, entre suas diversas formas econômicas, suas ricas histórias e culturas, os distritos se apoiam principalmente no turismo para a subsistência de sua população, como forma de venda de produtos artesanais e agrícola e serviços, demandando do poder público municipal maiores incentivos e possibilidades de renda para além da locomoção para o trabalho nos centros urbanos.

Diante o exposto até aqui, espero ter evidenciando que conhecer o território distrital é algo fundamental para conhecer Mariana, que não é constituída apenas pelo distrito sede, o centro, mas também por suas periferias, os distritos. Portanto, demonstra-se que as pesquisas sobre este território, suas possibilidades econômicas e a importância destas na cultura local, são instrumentos para o enfrentamento à dependência da mineração - que proporciona diversas problemáticas para a população que se encontra em riscos e vulnerabilidades, na sede e nos distritos, vivenciando cotidianamente as consequências da exploração de seus minerais, seus rios, suas árvores e suas terras.

Mariana em suas lindas paisagens está permeada dos diversos artesanatos que evidenciam a existência de uma cultura própria, que é remetida a era colonial, mas não se restringe a ela. Mesmo imersa na manutenção do programa econômico capitalista de extração mineral e exportação das belezas naturais que promove o apagamento de modos de ser e viver particularizados por uma questão étnico-racial. Ainda que atingida pela destruição programada da natureza, com os seres levados pela lama da mineração, os corpos dos distritos (re)existem, sobre os quais abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: DISPUTAS DO CORPO

Sem nome, sou natureza cortada (*Amagalim*)

*Sou filha dos nativos da terra
Em mim carrego o nome do colono e do cativo
Em minha pele carrego a cor dos opressores
E em meu sangue, dos oprimidos*

*A luta dos meus não foi por dominação
Foi por sobrevivência
Serei eternamente grata aos que lutaram
Pela minha existência*

*Choro lágrimas de tristeza
Mas também de ódio
Aqueles que destroem a natureza
Hoje vivem do ócio*

*Mas não súbubo ao que fizeram
Busco o reconhecimento
Daqueles esquecidos
Pelo enriquecimento*

*Roubaram verdade
Roubaram tradição
Isso tudo por pedras
Que formaram outra nação*

*Nas ruas de pedra eu ando
Lembrando da estrada de terra
Vendo a casa do colono
Que destruiu essa serra*

*Olho pro rio e vejo
Imaginário
As ditas pedras preciosas
Reluzentes no cenário*

*Precioso é a vida
Precioso é a natureza
Como podem simples pedras
Destruírem vidas inteiras*

*Vejo pássaros
Livres
De um lado a outro
Reflorestando*

*Festejando
Vejo pessoas
Cantando
Retomando*

*Reconhecimento
Ancestrais, remanescentes
Reconstrução de uma história dolorosa
Reafirmação de uma vida resistente*

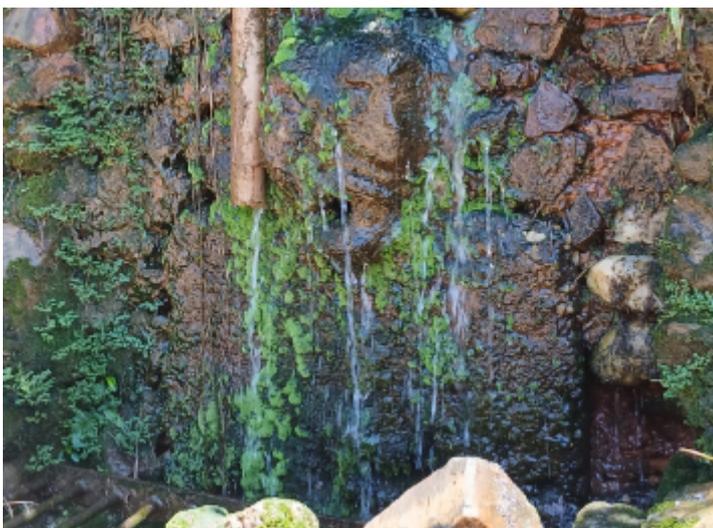


Figura 3 - “O rosto da nascente”. Fotografia da autora, imagem do distrito de Cachoeira do Brumado em Mariana, MG.

Os corpos nesta discussão são essenciais. Não existe território sem corpos e isso não diz respeito somente a sociedade humana, mas as florestas nativas, os animais nativos, os elementais, a vida nativa. Neste ponto, porém, o foco central é da vida humana e suas disputas pelo território que os dá meios para (sobre)viver, compreendendo que se encontram

indissociáveis dos aspectos territoriais antes abordados, portanto, tangenciadas pelas demais formas de vida com as quais constituem o território. Neste sentido, o território distrital está repleto de modos de ser e viver que, como já afirmado anteriormente, são localizadas em uma perspectiva de periferização no bojo do domínio capitalista do território, principalmente quando se trata de seres que são racializados, portanto, tangenciados pela questão étnico-racial.

O que se pode evicenciar quando se observa a composição da população marianense no século XIX, quando foi contabilizada a “presença maciça de negros e pardos, ambos integrando 81% do contingente populacional” (Magalhães, 2012, p.149). Posteriormente, o *Diagnóstico Socioterritorial* (Mariana, 2020) dispõe que em 2020, o território possuía um percentual de 66,8 de pessoas negras e 33,2 pessoas brancas, entre os jovens 67,7 se consideram negros. Nesse mesmo documento, a racialização é característica da população pobre e beneficiária do Programa Bolsa Família, em que a maioria se autodeclara parda.

Deve-se explicitar, assim, a relação do pardo na sociedade brasileira, como explicita Raquel Mota Mascarenhas Pataxó (2024, p.2), no artigo *Muka-mukaú na luta por descaravelizar a cidade e a aldeia* (que compõe os Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), demonstrando que em 2022

a maior parte da população brasileira, cerca de 92,1 milhões (45,3%) se declara como parda. Categoria onde muitos de nós, indígenas, fomos guardadas – e/ou nos guardamos – do integracionismo e da tutela do estado nacional desde cinco séculos, por única possibilidade, por medo, por vergonha, por proteção, por sobrevivência, por resistência.

Neste artigo, a autora apresenta a luta-categoria *descaravelização*, enquanto um *instrumento teórico-político-afetivo* cunhado coletivamente no bojo da *Wayrakuna - Movimento Plurinacional de Indígenas Mulheres*, expondo que uma *luta por descaravelizar* é necessária a fim de proporcionar a “ampliação do (re)conhecimento da memória ancestral por parentes que se autodeclaram como pardas” (Pataxó, 2024, p.2). Dessa forma, demonstra como a categorização do “pardo” vai muito para além da pele negra mais clara - dado a miscigenação do país, como comumente é compreendido - mas sim, como um apagamento da raça indígena e de suas mais diversas etnias, que são também racializados para o branco. Ou seja,

Descaravelizar é enfrentar o processo de caravelização buscando desmoronar a pilha de violências que permanecem aprisionando corpos e mentes indígenas sob o projeto de civilização moderna. (...) Descaravelizar é, portanto, retomar as raízes, a identidade, a história de quem veio antes e de onde viemos, para que saibamos

aonde queremos chegar (Pataxó, 2024, p.3).

Há alguns anos o IBGE não relata as autodeclarações do município em suas pesquisas, sendo o último em 2010, que relata mais de 25 mil pessoas nas áreas rurais e urbanas que se autodeclararam pardas³⁵. Já em 2022 como aponta o Censo do IBGE “Minas Gerais tem o maior número de municípios (404) onde os que se declararam pardos superam 50% da população residente”³⁶.

Este é um ponto fundamental na discussão do território no município, portanto, deve-se (re)conhecer este espaço que, antes de toda história contada pelos colonizadores, foi a morada de diversos povos indígenas que foram violentamente vitimados no processo de fundação do capitalismo, desde o período de colonização brasileira, incluindo o ciclo econômico da mineração em Minas Gerais. Assim, nos termos de Pataxó (2024, p.7)

Mesmo destituídas da liberdade e forçadas a sobreviver pelo trabalho, remunerado ou não por dinheiro, seguimos sendo sujeitos coletivos, indígenas enraizadas no solo da história, mesmo que aprisionadas pelo pardismo: a violência de negar acesso e/ou afirmação do lugar ancestral.

Estes resistiram e resistem, da era colonial até ao contemporâneo capitalismo, tecendo meios para sua sobrevivência. As políticas de genocídio e etnocídio aplicadas contra essa população em Minas Gerais foram devastadoras, constituída por violências como a “guerra justa”, a catequese e a escravidão legitimadas pelos governantes. O que, infelizmente, decorre na dificuldade de compreender a questão indígena no território, devido ao processo de apagamento cultural que é direcionado aos indígenas até na atualidade. Apesar das tentativas de extermínio, o povo nativo de *Uaimií*, pelo *Coletivo Borum-Kren vivos e fortes*, vem (re)contruindo suas histórias ancestrais.

Além das *guerras pela morte*³⁷ dos indígenas neste espaço, deve-se reforçar o enorme contingente de pessoas negras africanas que foram escravizadas no estado nos séculos XVIII e XIX. Os povos negros que aqui chegaram, viveram de forma marginalizada mesmo após a abolição legal da escravatura em 1888 com a promulgação da Lei Áurea. Não obstante, é

³⁵acesso em: <https://infosanbas.org.br/municipio/mariana-mg/>

³⁶acesso em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20pardos%20eram%20a,em%2058%2C3%25%20dos%20munic%C3%ADpios&text=Minas%20Gerais%20tem%20o%20maior,e%20da%20Para%C3%ADba%20\(202\).](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20pardos%20eram%20a,em%2058%2C3%25%20dos%20munic%C3%ADpios&text=Minas%20Gerais%20tem%20o%20maior,e%20da%20Para%C3%ADba%20(202).)

³⁷ Desde a invasão ao espaço que seria nomeado “Minas Gerais”, e ainda antes, a guerra contra os indígenas dessa região foram tentativas massivas de destruição, legitimadas e reproduzidas pelos diversos regimentos que se tornaram o Estado burguês.

destacável a resistência em Minas Gerais, como a região com maior número de quilombos entre os séculos citados (Paula, 2000).

Importante compreender, a partir disso, não somente a criação das comunidades contrárias ao sistema (com os movimentos dos quilombos e as resistências indígenas), mas explicar que o movimento da Lei Áurea no país não impossibilitou movimentos corruptos. Os colonos mantiveram pessoas cativas mesmo após a dita independência da colônia, mantendo uma estrutura escravista e oligárquica. Dessa forma, uma marca histórica corruptiva as próprias leis estabelecidas para a manutenção da escravização de povos indígenas e afrodescendentes - que constituíam a maior parcela do corpo-território.

Neste sentido, a fim de explicar a questão etnico-racial de forma materialista, conduzirei o leitor a um caminho pelo tempo. Relembre-mos-nos da primeira constituição de 1891 e o código civil de 1916 como marcos de consolidação do Estado burguês no Brasil. Um Estado Burguês pode ser lido de duas formas: na primeira, compreendemos enquanto construção do modo de produção capitalista; em um segundo, imaginamos a criação dos burgos. Estes burgos são criações Europeias de organização do espaço que a séculos transforma grandes terras em propriedade. Assim, o modo de produção é determinado pela quantidade de propriedades que - no caso brasileiro - “um grande senhor” possui. Dessa forma, até aquele momento, os corpos, não somente territórios, pertenciam a ele. O capitalismo no Brasil, surge como uma exigência mundial de padronização do modo de produção e, assim como o fim da escravatura, os “grandes senhores” acataram as exigências, mas não sem atender seus interesses.

Florestan Fernandes (2020) traz contribuições para entender esse processo, ao categorizar o aparecimento do Estado Brasileiro, com um o sistema surge “pelo alto”. Ou seja, em sua concepção a *revolução burguesa* não se faz, veridicamente *revolucionária*, ao manter e reproduzir a estrutura do passado colonial de poder. Sendo assim, pode-se compreender que o país mantém conexão com os antigos valores do sistema colonial - nas formas de dominação para com os corpos e com os territórios. Em suma, os povos que haviam sido classificados em uma hierarquia social mais baixa (Moura, 2014) e, portanto, inferiores indignos de direitos - os nativos da terra, os escravizados e seus descendentes (reforçados pela miscigenação que aprofunda a hierarquia) - sem terra e passando por um movimento de desprezo nos espaços sociais, não se tornaram “trabalhadores livres” - como o Estado burguês insistia em reafirmar - mas sim “vagabundos”, “pobres”, “miseráveis” para o sistema social, na conformação de um exército industrial de reserva.

Nesta perspectiva, historicamente, a organização do *colonialismo escravista* forma o *Estado Capitalista* contemporâneo que, reverberando as formas de produzir e reproduzir as relações sociais coloniais, produz e reproduz os antigos mecanismos de opressão para com as pessoas de raça ou etnia não brancas (Fernandes, 2020) - constatado na legitimação do Estado acerca da expropriação da terra e da marginalização das culturas negras e indígenas, nos parâmetros da discussão. Assim, após a abolição da escravidão de indígenas e negros, ocorre a generalização da empregabilidade da população nos moldes mão-de-obra livre e assalariada, antes presente no Brasil mas não aplicadas a indígenas e negros, uma vez que estes não possuíam humanidade, vistos de fato como recursos, como o ouro.

Deve-se ter em vista a não reparação histórica para com nenhum dos povos racializados pós período colonial. O povo escravizado, assim como alguns dos resistentes quilombolas e indígenas remanescentes, seguiram em suas vivências e para os locais marginalizados da região em busca de subsistência no novo modo de produção. Neste sentido, relativo a hierarquia social aplicada, estes se depararam com diversas situações de violência nos espaços institucionais, assim como uma pobreza pré-programada do sistema econômico nascente que não os ofereceu espaços de vivência.

A empregabilidade da população racializada é uma problemática a ser citada. Esta é perpassada por preconceitos institucionais, uma vez que o Estado, em suas políticas de imigração de trabalhadores “livres”, coloca essa população em situações ainda mais abissais de pobreza. Assim sendo, grande parte desta demografia precisou vender sua força de trabalho aos empregos que os brancos se recusaram a fazer, por exemplo, na mineração. Ou seja, “muitos passaram toda sua vida inseridos em situação de escravização na extração de minérios e não conseguiram se inserir em novas funções, além disso a própria sociedade não tinha um plano para o período imediato pós-abolição” (Jacinto, 2023, p.28).

Estes movimentos de construção da sociabilidade brasileira, formatam a questão étnico-racial que aparece de forma estrutural. As autoras, Albuquerque e Carvalho (2019), afirmam seguindo principalmente as teses de Florestan Fernandes (2020), que o sistema escravista e senhorial construídos na colonização são os alicerces das desigualdades sociais - tanto de raça, classe e gênero que são perpetuadas no capitalismo - uma vez que o *projeto de nação* é uma *criação das elites brasileiras*. Esta burguesia no comando do Estado, objetiva reproduzir a dependência econômica do país para com os países imperialistas e, para o controle social, utiliza de valores conservadores provindos da era colonial escravista.

Sendo assim Minas Gerais, em sua grandeza territorial, foi a maior “capitania e província escravista do Brasil também abrigou a maior quantidade de quilombos, vários e

decisivos embates entre a insurgência, em variadas motivações, e a ordem constituída” (Paula, 2020 p.20). Este movimento quilombola se dá principalmente dado uma enorme demografia de pessoas livres e escravizadas no movimento de povoação do território na corrida do ouro. Em suas ancestralidades tomadas, o povo negro resistiu para que sua cultura continuasse a existir, uma vez que foram despossuídos de sua terra e de sua humanidade.

Dessa forma a questão etnico-racial aparece intrinsecamente conectada com a questão social do país, complementares e funcionais ao modo de produção capitalista, que na dominação do corpo-território - tanto daqueles nativos, quanto dos sequestrados de outra nação - exigiu a inserção da população racializada em sociabilidades marginais.

Esta é uma marca em nossa história que perpetua até a atualidade, com uma grande parcela de pessoas que se autodeclaram negras e pardas, compreendo o pardismo como uma

Governança moderna de corpos-territórios, (...) exercida por corporações que instituíram e utilizam os mecanismos dos Estados Nacionais para exercer sua dominação sobre os seres e seus modos de viver. O poder caravélico não é uma abstração e, sim, uma manifestação contínua, que se materializa majoritariamente por homens brancos focados na destruição dos seres para obtenção de dinheiro através do gerenciamento da corporação estatal-empresarial-militar (Pataxó, 2024, p.5)

Compreendendo tais fatores, em Mariana, a desigualdade de classe se faz tão presente, quanto a questão etnico-racial . Sendo assim, aqui, estes corpos que constituem indissociadamente o território tem relevância com protagonismo, como centro e não como periferia, guardiãs de uma memória ancestral. Os indígenas, o povo remanescente; os quilombolas, o povo resistente; e o povo da roça, que em sua forma de classe, muitas vezes, despossuído é. Todo esse *povo*, “uma vez destituídas de seus corpos-territórios dominados pelos caravélicos, passa-se a tutela e dependência da rede econômica-assistencial do Estado e do mercado como mediadores da aquisição de suprimentos habitacionais, medicinais, alimentares, etc (Pataxó, 2024, p.5).

2.1 INDÍGENAS: O POVO REMANESCENTE

Nos parâmetros da discussão importante reforçar a presença do Rio Doce que, foi não somente o local que iniciou a povoação dos migrantes no território, mas é também, para os povos nativos deste território, sagrado. Este carrega consigo lembranças afetivas, nomes de familiares e grande importância cultural e ancestral. Este é o espaço em que residiam e resistiam diversos povos indígenas na sobrevivência contra a colonização.

Desde a entrada aos sertões gerais, os indígenas demonstraram grande resistência, seus corpos preparados para a caça, foram adaptados à guerra. Após as diversas insurgências, em 13 de maio de 1808 d.C., Dom João VI, inicia uma “guerra justa”, aos renomeados pelos ocidentais, Botocudos. A justiça, se dizia desta forma pela mítica hostilidade do povo, que em verdade só queriam existir em plenitude em suas culturas em seus espaços sagrados.

Neste sentido a “guerra justa” aparece a fim de destruir seus corpos e suas culturas. Ao fim do século XIX, após as diversas barbáries cometidas, há um “apaziguamento”, ou seja, não há mais incentivo dos governantes para a destruição destes corpos em vida. Porém, conforme “a legislação (...), os impediu de utilizarem suas próprias línguas nos aldeamentos e incentivava matrimônios entre europeus e indígenas – o que, anos mais tarde, levaria muitas pessoas a não se considerarem mais indígenas” (Ramos, 2024, *s/p*).

Como destaca Ramos (2024) e Martins (2023), a legislação que vigorava no período colonial sobre os povos indígenas, no período ao qual Gomes Freire presidiu Minas Gerais ainda com o *status* de capitania, expressava a grande preocupação em promover o avanço da exploração e combater a resistência indígena. Gomes Freire, nome reconhecido em Mariana, aparece em rua, praça e escola. Este homem que possui uma estátua com seu rosto em uma praça que leva seu nome, é detentor de uma história assassina na antiga capitania.

Logo, é inegável a represália contra tais povos que se dispersaram pelas barreiras ocidentais criadas, assim como a exaltação das figuras opressivas. Este fato fica evidente quando a presença do povo Borum-Kren se dá tanto nas linhas que demarcam o município de Mariana, quanto em seus arredores - atualmente, tendo por principal local de resistência, os distritos de Ouro Preto. A fuga para a resistência é um fato inegável de suas histórias.

Em relação às resistências indígenas, deve-se situar as afirmações construídas por Jacinto (2023) em sua monografia para o Serviço Social sobre o território conformado na atualidade como quadrilátero ferrífero. Esta relata que, no fim do processo colonial, “as populações indígenas haviam em grande parte migrado para novos territórios, devido às séries de dificuldades perante a violência” (Jacinto, 2023, p.28). Já Neves (2022, p.15) demonstra que, o apagamento das etnias indígenas pode ser conectado com a “mineração e o agronegócio como vetores de um mesmo movimento de formação do espaço”. Compreendendo a importância do espaço para o modo de produção capitalista e a necessidade de acumulação constante de capitalização de recursos naturais. Assim, “com a ocupação das terras indígenas para a constituição da mineração, a única forma de sobrevivência foi rumar em busca de novos territórios buscando conservar sua cultura” (Jacinto, 2023, p.41). Se refugiando nas florestas, muitos findaram por ser escravizados, obrigados ao matrimônio para o embranquecimento e revivendo suas culturas *nas moitas*³⁸.

Neste senso, o massacre dos indígenas e a invasão de suas terras tradicionalmente ocupadas, se deu em favor da exploração do que o colonizador considerava como riquezas naturais. Jacinto (2023, p.12) afirma que, para a compreensão do território – denominado por nós indígenas originário como *Uaimií* que se entende como nossa avó – deve-se “resgatar que este teve sua construção iniciada há cerca de bilhões de anos, se originando das crostas continentais, sendo ocupado a tempos imemoráveis por povos indígenas, como o [povo] BORUM-KREN”. Quadrilátero Ferrífero, portanto, é uma denominação inadequada, sendo recente sua criação na década de 1950, que considera os depósitos de minério de ferro da área em que atualmente se inserem cidades como Caeté, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Mariana, Ouro Preto, Rio Piracicaba, Sabará e Santa Bárbara. Estes que integram o território originário do povo BORUM-KREN, que abarca localidades situadas nas Serras do Capanema, Batatal, Itacolomi, Caraça e Ouro Branco, bem como nos Vales do alto rio das Velhas, alto rio Paraopeba e alto rio Doce (BAETA; MOREIRA, 2022 *apud* JACINTO, 2023, p.12).

Outro resgate importante a ser feito para a compreensão do espaço, é que, para os povos indígenas, o território é sagrado e não pode ser determinado a partir das barreiras construídas pelos migrantes. Logo, a existência de Distritos, Municípios, Estados e Países, nesta explanação não deve ser considerado um fator para o povo, estas delimitações se restringem à formalização ocidental pelos cartórios, ordenando o corpo-território que, em fato, são livres de burocracias inventadas por europeus.

³⁸ Expressão mineira que se refere a estar escondido. Outra expressão que se associa a esta é: *debaixo dos panos*.

Este povo Borum-Kren, essa *gente-cabeça*³⁹, como nômade, povoou todo um território, se fazendo presente no encontro de três grandes rios da região, situado no alto do rio Doce, alto rio das Velhas e alto do rio Paraopeba. Sendo alvo de grande violência, temos em nossas histórias ancestrais, a presença constante de uma figura feminina raptada - aquelas “pegas pelo laço” dos raptadores e “prendidas a dente de cachorro” dos sequestradores - destinadas ao comércio eram alvo até mesmo de uma tabela monetária. Como objetos, essas mulheres foram inibidas de suas individualidades e de seus pares, se transformando em mães e avós no sistema patriarcal de construção familiar.

Apesar desta história, relatórios e pesquisas muitas vezes anunciam a inexistência de indígenas na região. Este é retrato violento de apagamento que condiz com a própria abordagem nacional acerca de povos indígenas, conforme explicita Sérgley de Matos Neves Borum-Kren, em sua monografia na área de Arquitetura e Urbanismo, intitulada *Ouro Preto, além do centro histórico : indígenas, mineração e movimentos sociais. Território em disputa*, visto que “a maioria absoluta dos povos identificados estão na mata atlântica e com indicação de extinção no século XIX” (Neves, 2022, p.87). Conforme ele expõe, diversos povos indígenas foram rebatizados possuindo seus nomes determinados pelos colonizadores - muitos desses a fim de estereotipar os seres - e, assim, registrados em documentos oficiais da metrópole no intuito de massificar a destruição de suas *coletividades*⁴⁰. Neste sentido, muitos nomes foram criados durante a história para um mesmo povo, o que torna difícil a pesquisa relacionada aos povos do território, como para nós, os Borum-Kren (Neves, 2022).

Dessa forma, a retomada da identidade étnica singular Borum-Kren se coloca em movimento, se constituindo em contraposição ao racismo que se apresenta em diversas formas na atualidade: na criminalização da cultura legitimada pelos governos vigentes, que operacionalizou um apagamento das existências pelos registros burocratizados e no silenciamento das pessoas; nos preconceitos por esteriotipação dos corpos que um dia nomeados pelos ocidentais como hostis “botocudos”; ou mesmo no racismo ambiental, aparente no desmatamento do jenipapo - sagrado para nós - e plantação massiva de árvores não nativas, que destroem nosso bioma.

³⁹ Significância de Borum-Kren na língua portuguesa.

⁴⁰ Em contraposição ao ideal de individualidade.

Neste processo de ocupação da terra pelos brancos, os refúgios para sobrevivência estavam nas matas, entre as florestas, que, neste território, possui diversas nascentes. O ataque constante - que matava os homens e raptava as mulheres - como uma política de governo, fez com que essa população fosse inserida de forma violenta na sociabilidade e fosse alocada principalmente nas periferias das urbanidades. Nestes territórios menos habitados e com maior vegetação, os indígenas silenciados pelas legislações governamentais, não puderam reproduzir suas culturas em plenitude, se tornando muitas vezes, - sem reconhecimento de ancestralidade e história - simplesmente, o povo da roça.

Assim, na atualidade, muitas famílias com histórias similares se alocam nos distritos dos municípios, sendo menos urbanizados. Neste vasto território, “grande parte dos territórios indígenas estão concentrados em áreas periféricas ou de grande isolamento, ficando à mercê de redução da área real, se levarmos em conta o período pré-colonial” (JACINTO, 2023, p.41).

Conforme expresso pelo cacique Danilo BORUM-KREN, seu povo habita os territórios que integraram as cidades de Ouro Preto e suas proximidades, como Mariana e Itabirito, desde períodos anteriores à ocupação das tropas portuguesas nesses locais. Ele destaca que o acesso ao território ainda é um desafio e luta para que as tradições se mantenham vivas, como a realização de caminhadas pelas matas, uma forma de se conectar com suas raízes ancestrais. Segundo Danilo, essas caminhadas são uma forma de resistência e preservação, pois por meio delas estabelece a conexão com os antepassados e se aproxima da luta pela defesa do meio ambiente. Ele destaca que uma vez inseridos nesses territórios podem contribuir para a preservação da flora e das redes fluviais, sendo estas essenciais para a manutenção de seu modo de vida. Elucida que seu povo recebeu diversas denominações durante o ciclo do ouro, contudo para os membros mais antigos da comunidade o que persistia era a lembrança da denominação por Botocudos, mas cuja autodenominação étnica corresponde a Borum-Kren (JACINTO, 2023, p.45-46).

Assim, fica evidente que, nas redondezas do atual território *Uaimí*, em Minas Gerais, os antes vulgarmente chamados de Botocudos foram alvo dos genocídios e opressões coloniais para o domínio da terra. Tal fato fez com que o povo fosse considerado extinto por muitos anos. Porém, ainda existem e resistem, se autodenominando Borum-Kren, a fim de conservar os diversos povos da região que sobreviveram e cultivaram suas memórias ancestrais. Sendo assim, “aos poucos, eles foram se constituindo como um coletivo que atua no fortalecimento de sua identidade e na busca de outros descendentes exilados de sua terra ancestral” (Ramos, 2024, *s/p*).

O cacique Danilo Borum-Kren, liderança do movimento, em entrevista para Ramos (2024, *s/p*) demonstra sua força ancestral em retomada, este filho das fortes montanhas de ferro, branda: “Nós somos Borum-Kren, povo indígena do Alto Rio das Velhas e Alto Rio Doce. Esse nome é da nossa autodeterminação. Nós nunca saímos desta terra. Minha família mora no mesmo terreno há mais de 150 anos. O rio das Velhas é um rio sagrado para nós”.

Outra questão importante a ser reforçada no movimento de reconhecimento do povo é o embranquecimento promovido como uma política governamental. Este movimento fez com que muitas famílias, apesar de compreenderem suas ancestralidades, não se reconheçam como indígenas até a atualidade, se afastando do sagrado. Frases como: “minha avó era indígena, eu não”, são muito comuns, demonstrando a marca do preconceito e do desconhecimento que, de forma sistemática, demonstram um planejamento de apagamento étnico-cultural vigente por séculos.

Dado a dispersão dos povos para a sobrevivência, muito se perdeu e a retomada na atualidade se faz um desafio. Mas deve-se ter em memória que, não somente em Mariana, esses povos ainda *(re)existem*; apesar da tentativa de extinção, estes povos vivem e sobrevivem em suas culturas ancestrais, mesmo sem *(re)conhecimento* disso.

Nas palavras de nosso cacique, “a gente luta contra o apagamento da nossa cultura e do nosso povo. Foram 210 anos de violência e, hoje, as pessoas não sabem mais o que é ser indígena, não se reconhecem fruto dessa ancestralidade, dessa cultura que é muito rica e viva” (Coelho, 2023, *s/p*).

Os povos nativos que mantiveram-se em luta no momento histórico autodeclarado pelos governantes “guerra justa” não foram extintos, mesmo que nos livros de histórias criados pelos brancos existam afirmações semelhantes. Para o colono, era justo roubar as terras e as vivências dos povos que aqui habitavam, era justo os matar e os fazer de exemplo, assim como na calada da noite, escravizar seus corpos, ou no raiar do dia, os catequizar em suas próprias culturas impostas. Mas se esquecem as academias, que *a ancestralidade é viva*.

Em minha ancestralidade, orelhas foram cortadas e colocadas em colares para demonstrar o poderio branco sobre a terra e sobre os corpos. Em nossa ancestralidade, as terras foram expropriadas para a exploração daquilo que nomeiam riqueza. Nós, ancestralmente, pertencemos a esta terra, somos parte, não dominadores que acreditam ser possuidores daquilo que nenhum humano possui, a sagrada natureza. Este é um território ancestral e sagrado, mais do que genético, mais do que corpóreo, material e imaterial. A ancestralidade é uma cultura inestimável e imortal, se apresenta nos saberes que os pais ensinam aos filhos que se tornam avós, que ensinam aos netos. O que a comunidade constroi e o que ela perpetua. A memória imemorial: as tradições ancestrais; a sabedoria da terra que é perpassada nos detalhes; o DNA; e tudo aquilo que o humano se esforça através das ciências para explicar. Considerado sobrenatural, em realidade é o natural desnaturalizado pelos ocidentais; vivo e resistente, a ancestralidade se perpetua.

2.2 QUILOMBOLAS: O POVO RESISTENTE

Neste caminho, as canções da periferia, em seus cantos de resistência, ouviu-se o batuque. Nos sertões, os povos negros, africanos e afrodescendentes em suas resistências ao sistema, já formavam quilombos - como o quilombo de Ambosia em Araxá-MG.

No território de Mariana também se formaram diversos pontos de resistência do povo negro, tecendo lutas contra o escravismo e constituindo comunidades situadas na reafirmação de suas culturas originárias. No entanto, somente uma comunidade é atualmente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares: a Vila Santa Efigênia e adjacências (Engenho Queimado, Embaúbas e Castro). Porém, Jacinto (2023, p.53), sinaliza a existência de outros locais que ainda não possuem tal reconhecimento, como as comunidades de “Barroca, Pombal, Campinas, um grupo de pessoas em uma rua de Furquim”.

Os quilombos se constituíram a partir da luta e resistência das pessoas colocadas em situação de escravização na era colonial, como forma de sobrevivência e reprodução cultural da tradição e ancestralidade. Reconstruindo suas próprias culturas em locais mais afastados, a fim de perpetuar, produzir e reproduzir suas vidas de acordo com os costumes de suas respectivas terras natais, reafirmando sua tradição cultural no território brasileiro. A existência desse corpo-território é, muitas vezes, desconhecido pela população residente e o preconceito ainda é algo comum para com essas comunidades. Sendo assim, cabe destacar que cada quilombo é único em sua especificidade étnica, ou seja, sua história e cultura são diferentes, logo, a homogeneização destes é um erro que dificulta o reconhecimento, corroborando com a violência da história colonial. Deve-se destacar que:

Ao se tratar da história do Brasil, os movimentos quilombolas sempre estiveram presentes, ainda que fortemente silenciados e desarticulados, desde mitos sobre Palmares e Zumbi até mesmo a criminalização do movimento quilombola (Martins, 2023, p.45).

Observar a existência de quilombos em Mariana é um desafio, pois, infelizmente, o município possui uma organização confusa e o próprio ato de pesquisar sobre os distritos se faz um trabalho complexo. Entretanto, é possível compreender que a *Associação Vila Santa Efigênia e adjacências*, não se restringe a própria Vila Santa Efigênia - que se localiza no distrito de Furquim - esta, em fato, possui as “adjacências”, sendo elas, Engenho Queimado, Embaúbas e Castro. Porém, cabe demarcar que estas sublocalidades não estão inseridas na complexa organização municipal como distritos ou subdistritos, exceto Engenho Queimado que é considerado um subdistrito de Cachoeira do Brumado - próximo a Furquim, mas não parte dele, dividindo essa comunidade. Este movimento dificulta a pesquisa sobre a associação e sua organização, uma vez que o município não demarca suas existências em uma “história oficial”, sendo possível compreender essas realidades, principalmente ou unicamente, por fontes orais ou através de movimentações das lideranças.

O fato é que, a determinação dos distritos e subdistritos acontece, em grande parte, como um facilitador da formulação de conhecimento e reconstrução histórica, porém, em muitos casos, as documentações não compreendem os territórios e não fazem jus às histórias do povo. Ademais, outro desafio que se impõe é o abandono do território. Dias (2022) demonstra que durante um intenso êxodo rural, algumas famílias das áreas quilombolas se afastaram da terra, em direção à sede urbanizada. “Contudo, ainda existe um grupo comunitário que busca vivificar práticas identitárias afro da localidade, como danças, cantigas, hábitos alimentares, medicina alternativa, entre outros” (Dias, 2022, p.265).

Nesta perspectiva, Carvalho (2019) reafirma a dificuldade dos jovens do território de se identificarem enquanto quilombolas, apesar do orgulho de suas ancestralidades. Para ele:

Isto se deve, dentre outros, ao fato de que antes de 2010 não existia esta ligação consciente entre o conceito de quilombola e as comunidades em foco. Ou seja, até cerca de uns seis ou sete anos - por volta de 2010 -, os moradores do quilombo não se reconheciam ou não se enxergavam como quilombolas (Carvalho, 2019, p.44).

Ou seja, é possível notar os avanços tanto da luta dos quilombos pela auto afirmação, quanto o sucesso da repressão no território. Na juventude que se forma é notável o desconhecimento do significado social de sua comunidade, isto aparece enquanto um resultado da repressão e marginalização que as comunidades passaram durante os períodos históricos.

Assim como a figura de Gomes Freire se mostra agressiva para com os indígenas, também o faz para o povo negro. Segundo Vittor Policarpo Souza Martins (2023, p.61), em sua exímia monografia para a graduação de história, *os batuques do silêncio: patrimônio e educação quilombola no município de Mariana (Minas Gerais): uma análise transecular*, relata que “constatado pela arqueologia recente foi a descoberta de cachimbos e búzios encontrados no subterrâneo da praça Gomes Freire, região central de Mariana”, que se relacionam às vivências étnico-raciais. A adoração às figuras coloniais mostra assim seu direcionamento de apagamento de uma história e a opressão para com os povos. Além disso

Em 1746, possivelmente, os quilombos do Campo Grande foram destruídos com uma coalizão militar organizada pelo então governador Gomes Freire de Andrade, que enviou às câmaras de Vila Rica, Mariana, São João del Rey e Sabará um documento de ofício pedindo a contribuição de tropas para destruir o quilombo (Martins, 2023, p.50).

O pelourinho localizado na centralidade da praça Minas Gerais, também conhecida como duas igrejas, demonstram o mesmo poderio colonial sobre os corpos-território deste espaço. Martins (2023, p.16) demonstra tal

emblema da municipalidade, símbolo de poder do Estado e lugar de punições públicas no passado (sobretudo à quilombolas, que tinha suas cabeças cortadas e expostas por lá), tem em seu arranjo o brasão da Coroa portuguesa, uma balança, que simboliza a justiça, um globo representando as conquistas marítimas, uma espada, que significa a condenação, e uma pequena cruz, representando a religião católica. Logo abaixo, possui as argolas simbolizando onde o negro supostamente infrator seria acorrentado e punido. É comum a cena de turistas, geralmente brancos, insensíveis à história, tirando fotos sorrindo enquanto simulam o castigo. Outro ponto curioso é o fato de ser uma construção datada do período da ditadura, no ano de 1981 (Souza, Gualande, 2018, p.9). O original, que se assemelha ao atual, foi construído em 1750 e demolido no final do século XIX, durante o período abolicionista (Resende, 2023). No acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), há um documento interessante que expõe as normas para a construção do Pelourinho.

A insensibilidade à história dos seres se colocam de diversas formas. A reprodução de símbolos de tortura colocados em espaços públicos importantes culturalmente, demonstram o direcionamento da cidade patrimônio e a exclusão de pessoas e vivências nos espaços. A falta de registros que dificultam o conhecimento dessa população, a falta de pesquisas e reconhecimento burocrático pelo Municípios, Estados e União. Os quilombos podem ser reconhecidos de várias formas para além dessas afirmações burocratizadas e até mesmo para além do reconhecimento da população. Em seus costumes, tradições, artesanatos, religiosidade, culinária e afins, demonstram a pluralidade da cultura que se reproduz pelos povos negros (Martins, 2023). Ou seja, a relação entre o aquilombamento e o Município de Mariana é complexo:

Se a primaz de Minas completou recentemente 327 anos a datar de sua fundação, podemos afirmar que são, pelo menos, 327 anos de quilombos em Mariana. Ademais, os arquivos constituem como um espelho quebrado da contradição social, sendo também espaços de memória e locais de disputa de narrativas. A memória quilombola presente nesses arquivos é constantemente silenciada e vista através da visão do colonizador (Martins, 2023, p.63).

Martins em sua preciosa escrita, demonstra a riqueza dos quilombos e as tentativas e as conquistas dos colonizadores de destituição dessas formações, assim como a ainda atual marginalização destes povos. Este utiliza da fala de uma grande mulher da região, Aida Anacleto, liderança em movimentos negros na cidade

Em seu tempo como vereadora, ela chegou a conclusão que há no município, pelo menos, quarenta comunidades tradicionais, sendo apenas quatro são reconhecidas e certificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Palmares (Martins, 2023, p.73).

O autor afirma que, apesar da história destes povos ser evidente, o Estado “possui o menor percentual de comunidades tituladas em detrimento das comunidades não certificadas” (Martins, 2023, p.82). Este fator, de acordo com este, está ligado à mineração da região que degrada os territórios indígenas e quilombolas e, a economia sendo o foco sistêmico do modo de produção, identificar e certificar suas existências não seria produtivo. Apesar disso, este demarca que “há outros territórios na região que estão em processo de certificação, como são os casos de Margaridas, Cuiabá e da Barrocas” (Martins, 2023, p.91).

A história dessas pessoas é sem dúvidas de extrema importância serem contadas, mas como vivem e o que de fato contam sobre si mesmos? No podcast *Papo de Malungo*⁴¹, essas pessoas relatam vivências e compartilham saberes, falando sobre a relação com o território e o pertencimento, a necessidade de se afastarem da terra e a volta para este local de representação subjetiva. Reforçam a reafirmação de existência e valorização de uma luta ancestral pelos descendentes. Este lugar de herança, muitas vezes é apropriada e privatizada pela propriedade privadas por instituições, tirando das pessoas: as florestas; os rios; as nascentes; as cachoeiras que passam por contaminações, assim como a possibilidade de acesso à plantas, à pesca, à água potável e demais meios de subsistência. Ademais, este movimento também possibilita obras e empreendimentos dentro do território sem o consentimento da população, descaracterizando o espaço.

A Vila Santa Efigênia e adjacências é um aquilombamento, especificamente rural, e compreendendo a questão urbana, agrária e ambiental, deve-se reiterar a importância do investimento em estrutura nas comunidades, a fim de evitar o êxodo - que separa famílias, retira as pessoas do local de pertencimento e possibilita relações desiguais e de preconceito nos espaços urbanos. Neste *podcast*, a discussão sobre a questão de gênero também é um foco, dado a relação matriarcal da comunidade, em contraposição ao formato patriarcal da sociabilidade capitalista. Pautas que não podem ser dissociadas sem que percam efetividade. Logo, a discussão entre o acesso a creches, escolas que permitam que essas mulheres se coloquem nos espaço com segurança - não somente nas lideranças da comunidade, mas nos espaços educativos e de lazer - se fazem importantes.

Outra pauta importante se faz na presença da formação da educação escolar quilombola na região, desde 2017. Esta é uma categoria jurídica do sistema educacional que visa um aprofundamento na história e cultura africana e afrobrasileira, a fim de possibilitar um ensino mais inclusivo e de fato efetivo para as comunidades em suas especificidades. Porém, os interlocutores relatam a falta de conexão das lideranças da comunidade na criação da escola, assim, denunciam a falta de profissionais que estejam conectados em vivência com o tema - visando uma promoção efetiva desta educação.

41

acesso em:
<https://open.spotify.com/show/0q2W5KIIgjG4oT7nkReGIM?si=913c30b1c3844a75&nd=1&dlsi=5547d49feab0472e>

Portanto, é necessário reafirmar a existência destas comunidades no território e estar ciente das demandas para a construção de políticas efetivas, construída por e para tais. Os quilombos possuem suas práticas espirituais e tradicionais frutos de uma ancestralidade sobrevivente e, em suas culturas específicas, constituem este corpo-território. Não se deve tratar essas histórias com pesar, deve-se ouvir as estórias e se inspirar nestes povos em suas resistências, compreendendo e abrindo espaço para o desenvolvimento de tais em busca da emancipação para a perpetuação de sua cultura.

2.3 O POVO DA ROÇA: POSSUIDOR DESPOSSUÍDO

O corpo deste território é marcado pela presença do imigrante que, determinando o formato da vida, modifica o curso de sua história. Neste sentido, extração do ouro inicialmente traz uma *cambada de gente pra essas terras*⁴². Onde no início *era tudo mato*⁴³ começa a se tornar cidade.

Com a cidade, vem a fome. Não dá pra comer ouro e, em busca dessa *precisa pedra preciosa*, a migração e imigração trouxe mais humanos do que a terra podia alimentar. Assim, inicia-se um movimento de formação da economia agropecuária, com este, aparece os “senhores”, que, pelas mãos do escravismo, prosperaram; os comerciantes, que conseguiram grande espaço no comércio de produtos que iam de alimentos, a bebidas alcoólicas ou mesmo pessoas; e por fim, alguns pobres migrantes, “homens livres”, que ao tentar se tornarem ricos pelo ouro, precisaram se enveredar pelo caminho do trabalho na mineração ou no plantio.

⁴² Expressão popular que marca a inserção das pessoas da terra.

⁴³ Expressão que marca o início.

O escravismo é um tema complexo e inesgotável. Porém, aqui há a necessidade de demarcar a forma hierárquica que a colônia possuía. Haviam os reis, haviam as rainhas, de camponeses quase não se sabia, mas escravos? Somente negros e indígenas! Tínhamos de *aos montes*⁴⁴ e, em suas condições de humanidade, revoltavam-se com frequência. Assim sendo, reis e rainhas “contratam” certos mestiços⁴⁵, brancos pobres, ou qualquer um que queira vigiar e torturar, matar e extinguir culturas daqueles que foram despossuídos do caráter de humanidade. Trabalho que, por vezes, envolvia capturar e destruir seus modos de ser e viver sob grandes recompensas.

Este processo se deu institucionalmente, formando e transformando a estrutura da sociedade. Com a queda do ouro no fim do século XVIII, depois de quase um século, houve uma descentralização do poder de Mariana. Esta passa a ter cada vez menos relevância no cenário econômico; aqueles que acumularam as riquezas territoriais se dispersaram. Por algum tempo, alguns distritos possuíam grande influência comercial, principalmente a partir das mudanças da forma econômica predominante. Até que, no início do século XVIII, a mina localizada no distrito de Passagem de Mariana se torna o principal foco das empresas internacionais inglesas - esta será desativada somente em 1954. No início do século XX, marca o ciclo do minério de ferro, modificando novamente as dinâmicas societárias e extração minerária.

Nestas encruzilhadas econômicas, há diversas marcas políticas. A abolição sem reparação, as etnias perseguidas e apagadas, a estratificação e hierarquização social constituída. Formando o território distrital principalmente pelos descendentes dos “senhores”, dos bandeirantes, dos homens do mato, dos coronéis, dos tropeiros, conjuntamente com escravizados e com indígenas sobreviventes. As comunidades se formam entre o oprimido e o opressor - aqueles nunca chegaram ao topo da pirâmide social e os que eram excluídos desta pirâmide. Os indígenas, os quilombolas, os negros e os pobres que nunca possuíam a ascensão prometida pelo capitalismo, são frequentemente as comunidades que aqui formam o povo da roça. Independentemente da etnia, raça, sexualidade e gênero, o povo da roça, será sempre o povo da roça.

⁴⁴ Referente a grandes quantidades.

⁴⁵ Mestiços, aqui compreendidos, como aquelas pessoas que passaram por um movimento de miscigenação incentivada pelos governantes que promovia a captura de mulheres negras ou indígenas para o branqueamento das raças e subjugação das etnias.

E aqui não estou falando sobre aquela pessoa que você conhece e tem um sítio que de tempos em tempos vai passar as férias lá no interior não. Estou falando do dito *pé sujo*⁴⁶ que precisa balançar a poeira para entrar em estabelecimentos; que vive tão distante do que é considerado centro, que perdeu o significado da palavra em sua própria cabeça; que sabe o nome das *prantas*⁴⁷ muito diferente do que chamam por aí na ciência.

Aqui, no interior, *acaba que é tudo família*⁴⁸. Os sangues frequentemente se entrelaçam, as vivências se conectam em raízes, criando comunidade. Espiritual e metaforicamente, formam uma árvore, com raízes profundamente conectadas em galhos que se dispersam por todo esse território e floresce. Conectando vivências neste território, temos o povo originário da terra, que como já afirmado sofre e sofreu um apagamento histórico e seus galhos ainda frutificam, assim como as vivências quilombolas que se fazem presentes desde o momento em que a população negra, africana e afrodescendente, foi colocada nestas terras. Para além disso, a presença dos povos ciganos também é marcante, estes apesar do conhecimento escasso sobre suas realidades, estes:

Se fixaram no distrito de Monsenhor Horta onde havia dormentes e trilhos da antiga Estação Ferroviária. A ocupação iniciou-se no final do século XX e hoje conta com cerca de vinte famílias distribuídas entre abrigos de lona e casas construídas de alvenaria. Vários abandonaram a vida nômade, tradição de seus ancestrais europeus; entretanto, alguns ainda preferem desmontar seus acampamentos e passam algumas temporadas viajando pelo Brasil (Prado, 2022, p.290).

A relação étnico-racial, assim como as vivências LGBTQIAPN+ e as particularidades da questão de gênero, se faz relevante no cotidiano do povo da roça, que demonstra sua classe e sua diversidade cultural. Muito se compartilha em tradição ancestral e muito se produz e reproduz das relações sociais hegemônicas dominadas pelas barbáries capitalistas. Os diversos preconceitos são uma realidade e se dão, principalmente, regados à presença da igreja católica e instituições do modo de produção capitalista que se desenvolveram nas bases coloniais - como já afirmado anteriormente. Ou seja, é possível observar a pertinência da política colonial que colocou o racismo em *modus operandi*, assim como a divisão de classes sociais, bem como o rebaixamento da figura feminina e a desqualificação pela LGBTfobia - próprias do patriarcado moderno.

⁴⁶ Expressão popular que pressupõe estar com os pés sujos de lama, poeira, terra e afins.

⁴⁷ Forma oralizada da palavra “planta”.

⁴⁸ Expressão popular que marca conexão familiar, sanguínea e consanguínea entre os habitantes.

Essas vivências permanecem, existem e resistem cotidianamente, num contexto de enfrentamento escasso, quando comparados às mobilizações e ações que se dão no espaço urbano central do distrito-sede. Para esclarecer esse movimento, há de reforçar a afirmação de que, apesar da macrozona rural ser muito maior do que a macrozona urbana demonstrada nos mapas regionais, estes locais possuem atenção específica por parte do município. Ofertam, assim, diversas dificuldades no acesso aos direitos, deixando a população à mercê de suas próprias construções da vida, mediados pelos processos legais que, raramente, se atém às particularidades dessas comunidades.

Apesar disso, aqui se compartilham histórias e vivências. Nas comunidades a urbanidade específica promove maior contato constante com a natureza; o cultivo da terra propõe o cuidado e o afeto com o sagrado; as diversas comunidades que se desenvolvem têm por base um matriarcado, fortalecendo as mulheres; e o respeito aos mais velhos que se faz cotidiano. Todos estes fatores, fazem com que, *o povo da roça*, se fortaleça na comunidade, na conexão entre as pessoas e as famílias, dependendo uns dos outros para a co-criação da vida. Um exemplo de ponto cultural comum é a agricultura familiar para a subsistência da população que, por vezes, também acontece de forma comunitária, com o exemplo de Bandeirantes com a “Unidade Coletiva de Produção e Beneficiamento de Hortaliças”.

Assim, a comunidade se fortalece na conexão entre as existências, nos aprendizados e colaborações mútuas, também no que tange à aquisição e desenvolvimento tecnológico, que acontecem de forma lenta. Segundo Viana (2022), o asfalto em Águas Claras somente é instaurado em 1990, a internet em 2009 e, segundo Teresinha de Oliveira, conterrânea, em 1930 com sua chegada, seu próprio pai instalou uma usina de luz. Este não é um fato isolado deste distrito, muitos se formam dessa maneira e ainda necessitam, até a atualidade, de organizações comunitárias para a conquista de diversas tecnologias, muitas vezes, constitucionais. Contudo, a falta de acesso aos direitos básicos considerados pela vida ocidental na modernidade, como o saneamento básico, a estrutura das cidades com asfaltamento, luz elétrica nas casas e ruas, encanamento de água, acontece a partir da mobilização ferrenha da população que, muitas vezes, precisa de anos para a conquista ou mesmo se faz necessário a construção própria e comunitária. Demonstrando o fracasso do sistema que tenta se apresentar como um grande desenvolvedor tecnológico e justo.

Espaços de saúde, educação e lazer, assim como o acesso a assistência social, são frequentemente sucateados e frequentemente acessíveis somente na sede. Assim, considerando que, nas periferias o acesso a direitos constitucionais, por via de bens e serviços, se dá de forma precária, a população dos distritos se desloca assiduamente até a sede para buscar educação, saúde, lazer, cultura, trabalho, etc. Sem nem mesmo o acesso à água potável ou, por vezes, direito à moradia digna, ou oferta de trabalho no espaço de vivência, as lutas para além da classe, muitas vezes são considerados secundários para a população - que se foca no trabalho cotidiano, ou mesmo o abandono da comunidade buscando outras construções de vida nas cidades. Este é um movimento que atinge, principalmente, a juventude, que atualmente se depara com as mudanças tecnológicas drásticas do século XXI.

Na pesquisa realizada pelos professores nas escolas distritais, Dias (2022, p.265), assinala o relato da diretora Ana Rita no distrito de Furquim, que "descreve os estudantes locais como muito tímidos, com acesso precário às tecnologias, e alguns direitos básicos não atendidos". Nesta mesma perspectiva, Silva (2022, p.230), ao realizar mapas falados com alunos do distritos de Cláudio Manoel, torna possível a apresentação da realidade local e demonstra que, por vezes, as casas dos seus alunos são distantes de centros urbanizados, mesmo dentro do distrito - uma urbanidade que oferece acessos restritos. Este não é um fato incomum nestes espaços que, geograficamente, possuem pontos mais urbanizados e outros mais afastados - como sítios, fazendas e chácaras. Isso permite a vivência de uma população que distante do centro urbano do próprio distrito, esteja ainda mais distante da sede municipal que, de fato, é dominante no acesso a recursos - mesmo que ainda precarizados. Portanto, muitas vezes para as crianças e adolescentes dos distritos - além de suas próprias casas, os espaços escolares, igrejas, em alguns casos, quadras e campos de esportes e afins - possuam poucos locais de convívio social e de aprendizado cultural. Segundo Silva (2022, p.243), muitos alunos:

Apontaram o que sentem falta em sua comunidade, como supermercado, local para brincadeiras e encontro entre eles, alguns tipos de alimentos, festas e locomoção para a sede. Aparentemente, a oficina pedagógica desvelou um certo constrangimento em relatar a vida em uma comunidade rural. Gostam de viver lá, mas têm receio de se declararem moradores de um povoado.

Este é um fato que demonstra a vergonha que o povo do campo em sua vivência marginalizada, uma vez que a urbanização tem caráter hierárquico e se impõe como melhoramento do território, atuando como um processo de exclusão das classes subalternas.

Obviamente, este não é um sentimento generalizado, o orgulho certamente está presente em muitos dos moradores, porém, a falta de reconhecimento da história e significado do distrito, seguido da *negligência programada* estatal para com estes locais gera, em muitas pessoas, sentimentos ambíguos relacionados a sua vivência. O que se é mais perceptível quando se observa a juventude que, reconhecendo as possibilidades de mundo imperialista globalizado, vê como desejável a vida urbana, ainda que estejam entre os impasses da vida no campo e a exclusão da vida na cidade. Neste sentido, sem dúvidas, existem as perspectivas pessimistas e fatalistas por parte dos habitantes, assim como existe a glamourização, nostalgia e saudosismo, principalmente por parte da população mais antiga. Logo, deve-se encontrar um meio termo entre a valorização e o reconhecimento que devem estar em consonância com a oferta de qualidade de vida e estrutura para a manutenção do espaço e da vida desta demografia.

Dessa forma, a tese de Santos (1993, p.96) que explicita a forma do acesso aos bens e serviços pela população que se aloca nas periferias – neste caso, os distritos – dependem do transporte principalmente públicos, dada suas condições materiais de reprodução de vida. Afirmado que o “modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do estranhamento da cidade”, Santos (1993, p.96), reforça:

A organização do transporte obedece essa lógica e torna ainda mais pobre os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caros seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias no verdadeiro ciclo vicioso.

Paula (2020, p.71) endossa tal colocação, demonstrando que um dos principais déficits em Minas Gerais é “a precariedade da infraestrutura, sobretudo no tocante aos transportes e à logística”. Atualmente o município possibilita uma política pública da *Tarifa Zero*, porém, as ofertas de dias e horários dos distritos para a sede ainda são limitadas e, entre alguns distritos e subdistritos, quase inexistentes.

Outro ponto a destacar é que, as populações racializadas – maioria no município - demoraram muito para ter acesso à educação que, desde 1824, deveria ser direito inviolável e gratuito, movimento passível de ser visualizado até mesmo em relação às pessoas brancas, que, empobrecidas no sistema social, não podiam arcar com os custos. Quando conquistaram o direito de se educar, a pobreza e o racismo que os aflige tendem a ser obstáculos à inserção real na sociedade e, ainda na atualidade, a história do povo é contada pelo colono, nunca superamos essa fase. Se não é a população que forma o país, o Estado, o Município e os distritos deste, quem é?

O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida. Como consequência desta perspectiva, é necessário que o território em si também seja encarado como objeto de intervenção/ atuação da política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos (BRASIL, *s/d*, p.12).

Para tanto, na conexão entre passado e presente, o território em sua consolidação demarca as demandas, as ofertas e as ausências proporcionadas pelo sistema político-econômico, assim como a conexão entre os indivíduos, formando riscos e vulnerabilidades e potencialidades. Estas podem ser observadas a partir do documento de *Diagnóstico Socioterritorial*, desenvolvido pela Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC) da Prefeitura Municipal de Mariana, em 2020, no qual são citados em maior quantidade as vulnerabilidades em comparação com as potencialidades dos distritos, conforme elencadas por trabalhadores da proteção básica e dos usuários/população em geral, no bojo do *mapa falado*⁴⁹.

Das questões mais recorrentes nestes mapas, estão, o acesso: à cultura e lazer, ao saneamento básico e ao emprego. Outras questões importantes são o transporte público; o acesso à energia; educação e creche; o planejamento urbano que possibilita estradas ruins; e, além de outras, o atendimento médico precário. Ademais, as potencialidades citadas pelos trabalhadores da Equipe Volante distritos são problemáticas como: “Esperança da comunidade de Paracatu”. A esperança por si só, não traz mudança sem organização social, a “comunidade de Paracatu” passou pela perda da terra, da vida e da cultura. As novas cidades construídas pelas empresas internacionais nunca vão substituir a construção de séculos de vivências, nem devolver a vida e a tradição perdida. Outra citação problemática é a reprodução da ideia de “rede informal de proteção” que se dá pela organização comunitária e ajuda mútua. Importante reforçar que esta organização é extremamente necessária e importante nos laços culturais, porém, muitas vezes acontecem devido a precariedade dos serviços públicos. Dessa forma, a “esperança comunitária” ou a “rede informal” se dá, frequentemente, pela necessidade de sobrevivência.

⁴⁹ Os mapas falados são instrumentos participativos de mapeamento de realidades coletivas, compreendendo as demandas, as potencialidades e os déficits na construção de diagnósticos locais. Suas técnicas são variadas, esta ferramenta possibilita o debate com os residentes de um território sobre suas vivências.

Por fim, é relevante reforçar que neste espaço distrital, constituído como periférico, é retirado de nós a possibilidade da vida emancipada, uma vez que: consumir água do rio em seu curso natural, é perigoso; afinal, eles a sujaram de modo que temos que limpá-la para qualquer tipo de consumo, oferecendo risco de vida por exposição à água contaminada - pela ciência e mineração, pelos esgotos a céu aberto, ou mesmo a mudança dos cursos naturais na construção urbana que promove os riscos de enchente. Uma vez que tomam o acesso à terra - a não ser que consigam conseguir comprar - você não pode plantar sua própria comida ou ter seu próprio lar. E por fim, comercializam a comida, cortam as árvores frutíferas e nos deixam implorando para ser assalariados no sistema social e modo de produção capitalista.

Neste sentido, é sabido que estes espaços distritais são ocupados principalmente pelos corpos racializados - pois desde a colônia nunca deixou de ser. De modo que as relações de poder constituídas pela população branca europeia ainda existem e são reafirmadas a todo momento. Contudo, as relações de poder não estão em busca de integrar o branco empobrecido, muito menos aqueles que se alocam nas periferias urbanas e rurais, onde estão a grande maioria da população das remanescentes aldeias e dos resistentes quilombo.

Tal análise aparece neste trabalho a fim de evidenciar a precariedade de certos serviços públicos no município, principalmente para com a população distrital que aparece marginalizada e periferizada. Neste sentido, muitas pessoas dos distritos se afirma somente como um *povo da roça*, sem classe ou raça, porém nas palavras de Florestan Fernandes (2017, p.65) em, *o significado do protesto negro*, “não haverá Nação enquanto as sequelas do escravismo, que afetaram os antigos agentes do trabalho escravo e seus descententes ou dos ditos “brancos pobres livres”, não forem definitivamente superadas e absorvidas”. A população rural, ou melhor, *o povo da roça* aparece possuidor de diversos conhecimentos tradicionais e despossuído de diversos direitos constitucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 4 - “o fruto conclusivo, o florescer continua”. Fotografia autoral do distrito de Cachoeira do Brumado em Mariana, MG.

Meu sagrado sobrevive (Amagalim)

*O que eu vejo?
Vejo essa tentativa
Obscura, quase branca
De lavagem cerebral*

*Insiste em pureza
Acha que ela é branca
Mas afirmo com certeza
Que como a noite, é escura e branda*

*O seu sagrado está morto
Você mesmo o matou
Vive absorto
Não vê quem se tornou*

*Mas digo, a terra tem memória
Dizem até que a realidade é materialista*

*A história não mente, fato
Nos lembramos quando gritavam
“Quem não possui história, não possui
terra; Tudo pertence ao Estado”
– Menos a casa grande.*

A temática que visa a compreensão do *corpo-território periférico* é escassa, apesar de ser grande a sua importância na constituição de uma visão ampliada da sociedade. Essa pesquisa, portanto, possibilitou a *compreensão dos processos históricos que caracterizam o corpo-território dos distritos de Mariana, Minas Gerais*, demonstrando-se essencial para a apreensão dos marcos históricos da região, com enfoque nos povos residentes dos distritos.

Ao concluir o primeiro objetivo específico de catalogação de *algumas das particularidades dos distritos enquanto expressão de território de capitalismo periférico* é possível compreendemos que, os distritos como parte do Município de Mariana, inseridos na terra da mineração do ouro e do ferro, são perpassados por tudo aquilo que engloba a invasão e exploração dos corpos-territórios. Estes locais foram utilizados como ferramenta pelos povos europeus que, na criação da modernidade, se colocam como exemplo de civilização e centro mundial, demarcando a exploração do território na formatação da questão urbana, agrária e ambiental. No domínio do corpo-território a religião aparece na criação de uma cultura específica que conjuntamente com o modo de produção incentiva a invasão para a

mineração, que se faz uma constante até a atualidade. Este modo produtivo, não obstante, continua renovando as barbáries que, desde uma configuração colonial, se apresenta como estrutura da sociedade brasileira. Por isso, apesar da mudança do paradigma político-administrativo, de colônia a país independente, o modo de produção capitalista perdura sobre a população. Em que a formatação urbana-industrial traz consigo as problemáticas da questão habitacional, assim como a relação com a questão agrária que marca a ruralidade distrital no acesso aos bens capitalistas que, dado sua forma produtiva, gera necessidades de subsistência e, de forma cíclica, formata as demandas populacionais.

Por sua vez, o segundo objetivo específico, que visa *caracterizar os povos que formam o corpo desse território distrital*, não se desassocia do primeiro, uma vez que a construção e a disputa pelo território são processos dos corpos que o compõem. Dessa forma, a fim de domar o corpo-território, a religião cristã se insere também na estrutura desta sociedade, trazendo consigo o domínio pela fé que, dialeticamente, constituíam o Estado, cujo estrutura jurídico-administrativo-militar se coloca com instrumento do domínio pela guerra. Estes em conjunto se focam em construir o território de acordo com a cultura europeia, assassinando, escravizando e apagando identidades nativas e africanas e afrodescendentes. A criação do território de acordo com o autoproclamado centro mundial traz consigo diversas violações para com os corpos, extinguindo animais, destruindo o bioma e dominando os seres humanos - proibindo a reprodução de suas culturas e identidades.

A luta pelo território é a luta dos corpos que o compõem, toda cultura da periferia canta a resistência, basta saber para onde os ouvidos se direcionam e o que querem ouvir. Portanto, compreender-se enquanto parte deste sistema opressor, não é ver-se tornado sistema, mas sim, visualizar as mudanças necessárias para a construção e reconstrução da vida que a população quer, de fato, vivenciar. A luta é pela liberdade real, não somente ideal como o sistema insiste em ofertar. Insistimos em uma emancipação materialista, que compreenda a história enquanto dialética indissociavelmente.

Se apropriar do corpo-território enquanto luta-categoria significa - não somente para a profissão, mas para a população - se (re)apropriar do meio em que estão inseridos e da forma de produção da vida. Somente compreendendo o corpo e o território se avança na perspectiva teórico-metodológica proposta profissionalmente em direção a emancipação do sistema capitalista. Uma luta-categoria desde o pensamento indígena e que demonstra sua potência de compor a dimensão teórico-metodológica da profissão, a fim de amparar sua dimensão técnico-operativa e ético-política.

Enfim, espero ter demonstrado ao longo do trabalho a importância do conhecimento sobre esses espaços e suas vivências, uma vez que estamos aqui e queremos permanecer. Neste sentido, incentivo o direcionamento ao aprofundamento das pesquisas que busquem compreender o corpo-território a partir da provocação à abertura de se conectar com cosmogonias indígenas, como a nossa *Borum-Kren*, presente nesse *Território Indígena Uamií*, sob o qual está situado o curso de Serviço Social da UFOP. Para que a nossa luta em buscar a institucionalização do conhecimento, via a universidade, não seja em vão. O que vislumbro é que mais de nossos parentes possam ser desejados, em sua integralidade, para constituir o conhecimento acadêmico em confluência com nossa memória ancestral que está viva e forte!

É por isso que aqui me coloco, para que a sabedoria indígena não seja relegada a uma estante ou uma arma na mão dos opressores, deve-se atingir as instituições governamentais e a população para a transformação da realidade rumo ao Bem-Viver⁵⁰ na casa de Uamií.

⁵⁰ “Um conjunto de ideias aterradas no conhecimento, prática e organização de povos originários de corpos-territórios desde a pré-modernidade” (Pataxó, 2024, p.296).

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Ementa do GTP questão agrária, urbana, ambiental e serviço social. *Temporalis*, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 461–466, 2012. DOI: 10.22422/2238-1856.2012v12n24p461-466. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4088>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo.** 2015. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

AMADE, Pedro. Mineração e desenvolvimento sustentável - estudo de caso: o garimpo de ouro de Monsenhor Horta em Mariana, Minas Gerais. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mineral) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006.

ANDRADE, Leandro Braga de. Entre o arraial e a cidade: Pequenos e grandes comerciantes em Minas Gerais no século XIX. Apontamentos sobre economia e hierarquia social em Furquim e Mariana. *Veredas da História*, v. 3, n. 1, 2010. DOI: <https://doi.org/10.9771/rvh.v3i1.48898>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/48898>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ANDRADE, Leandro Braga de. O ouro que escorre do alambique: riqueza, hierarquia social e propriedade de engenhos em Minas Gerais. O caso da Freguesia de Furquim, 1821-1850. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. *Anais [...]*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6519724.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; MARTINS, Lídia Gonçalves; ANDRADE, Pablo de Oliveira; CARVALHO, Pedro Eduardo Andrade; SQUARSADO, Raquel Corrêa. A Câmara Municipal de Mariana e o patrimônio histórico (1900-2007). In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

BARROS, Eduardo Portanova. O artesanato em Cachoeira do Brumado sob o enfoque de políticas culturais e do “trajeto antropológico” em Durand. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. *Anais [...]*. Manaus: Intercom, 2013. p. 1–15.

BOTELHO, Maurilio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 195–230, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultural/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BUARQUE, Virginia Albuquerque de Castro. *Escrita docente sobre os distritos de Mariana: interfaces entre a história local e a história pública*. 1. ed. Contagem, MG: Editora Escola Cidadã, 2022. 418 p.

CARVALHO, Leonam Maxney. História oral, territorialidades e identidades quilombolas: Furquim, Mariana, Minas Gerais. *Faces da História*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 39–61, 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1281>. Acesso em: 6 fev. 2024.

CIPRIANO, Tamires da Silva; MASCARENHAS, Raquel Mota. Marco legal e mineração em Mariana - MG. *O Social em Questão*, v. 23, n. 48, p. 185–218, set./dez. 2020.

CFESS-CRESS. Assistência social em defesa dos direitos da seguridade social: contribuições do Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de trabalhadores da Assistência Social. Brasília: CFESS, 2011.

COELHO, Nízea. Coletivo indígena participa de reunião na Secretaria de Desenvolvimento Social. *Prefeitura Municipal de Ouro Preto*. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/3044>. Acesso em: 14 fev. 2025.

COSTA, Júlia de Souza. O cotidiano como fonte e desaguadouro da intervenção do assistente social. 2018. 86 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

CYMBALISTA, Renato; CARDOSO, Patrícia de Menezes; NAKASHIMA, Rosemeire. O Plano Diretor de Mariana-MG: a difícil articulação entre planejamento urbano, patrimônio histórico e atores políticos. Disponível em: http://antigo.polis.org.br/wp-content/uploads/o_plano_Diretor_mariana.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DOS SANTOS, Amanda Bezerra (Pankararu). A retomada das indígenas: reflorestando o lugar de mulher. 2023. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf. Acesso em: mar. 2024.

FERNANDES, Florestan. O desencadeamento histórico da revolução burguesa. In: _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo/Curitiba: Contracorrente/Kotter, 2020. p. 115–186.

FERNANDES, Florestan. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017. 160 f.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. v. XXVI, p. 49–57. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas

representações. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, 1998. p. 27–66. Disponível em: https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/termo_de_mariana_1.pdf?m=1525724445. Acesso em: 2 jan. 2024.

FONSECA, Marcus Vinícius. A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana/MG na primeira metade do século XIX. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2015.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar pesquisas. In: _____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41–55.

GOMES NETA, Beatriz Latini. Os nomes de escolas públicas na cidade de Mariana: microtoponímia urbana. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6916>. Acesso em: 7 jan. 2024.

GONÇALVES, Scheilla Nunes. “Mulheres dos escombros”: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GONÇALVES, Thalia Aparecida; COELHO, Tamires Ferreira. Tecendo tramas e experimentações jornalísticas ao perfilar artesãos em Cachoeira do Brumado, Mariana-MG. *Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, v. 4, n. 1, p. 216–234, 2020. DOI: 10.20873/uft.2526-8031.2020v4n1p216. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2526-8031.2020v4n1p216>. Acesso em: 5 jan. 2024.

GTP-ABEPSS. Questão agrária, urbana e ambiental e Serviço Social. Anexo 1: Ementa ampliada GTP (2015–2016). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES(AS) EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016. *Anais [...]*.

HOTT, Ariane Ribeiro; VIANA, Francisca Diana Ferreira. Desenvolvimento local e diversificação produtiva por meio da agricultura familiar: o caso do assentamento Cafundão, Mariana, Minas Gerais. *Agronomia: Jornadas Científicas*, v. 1, p. 242–257, 2020. DOI: 10.37885/200400148. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/desenvolvimento-local-e-diversificacao-produtiva-por-meio-da-agricultura-familiar-o-caso-do-assentamento-cafundao-mariana-minas-gerais>. Acesso em: 8 jan. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: _____. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Temporalis*. Ano II, n. 3, jan./jun. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001. p. 9–32.

JACINTO, Karen de Paula. Um presente de passados: ciclos ininterruptos de exploração do território Uamií até sua conformação ao Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais. 2023. 60 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

LOPES, Izadora. O patrimônio léxico-histórico-cultural em Bandeirantes - Mariana (MG): um estudo toponomástico. *SciELO Preprints*, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7730. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7730>. Acesso em: 26 jan. 2024.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Mariana na aurora do século XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/6dbb4cdb-fa72-4676-a1aa-d80597d46865/content>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MAIA, Letícia Costa de Castro. A questão habitacional como mercadoria: um estudo sobre a ocupação Alto Rosário em Mariana (MG). 2017. 56 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/611>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MARIANA (Município). Diagnóstico socioterritorial – Vigilância Socioassistencial/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Mariana, MG: Prefeitura Municipal de Mariana, 2020.

MARIANA (Município). Distritos de Mariana. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/todos-distritos>. Acesso em: 5 jan. 2024.

MARTINS, Adelice Inês. O trabalho do assistente social no CRAS volante da cidade de Mariana - MG: desafios e possibilidades na contemporaneidade. 2016. 90 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

MARTINS, Vittor Policarpo Souza. Os batuques do silêncio: patrimônio e educação quilombola no município de Mariana (Minas Gerais): uma análise transecular. 2023. 122 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva (Cap. 24 de O capital). *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/56494>. Acesso em: 18 set 2024.

MASCARENHAS, Raquel Mota. Duas faces do mesmo monstro. In: CARRARA, Virgínia Alves; HOST, Claudio H. Miranda (orgs.). *“Questão social”, mineração e serviço social: reflexões a partir da Região dos Inconfidentes*. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2023. p. 57–96.

MASCARENHAS, Raquel Mota. Muka-Mukaú na luta por descaravelizar a cidade e a aldeia. In: ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03406.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2025.

MASCARENHAS, Raquel Mota. O canto do Antropoceno: questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente. 2024. 322 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (orgs.). *Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões,

2019.

MENDES, Louise Aparecida. Avaliação da exposição da população de Passagem de Mariana (MG) aos elementos-traço, com ênfase ao arsênio. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Brasília, 2006.

MORONI FILHO, Elio. Notas para o estudo de capelas do ciclo do ouro em Minas Gerais. *Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34059>. Acesso em: 25 jan. 2025.

NEVES, Sérgio de Matos. Ouro Preto, além do centro histórico: indígenas, mineração e movimentos sociais. Território em disputa. 2022. 124 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOURA, Clóvis. Características gerais. In: _____. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014. p. 75–116.

MOURA, Clóvis. População, miscigenação, identidade étnica e racismo. In: _____. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014. p. 136–180.

NOGUEIRA, Vitória Cássia. Alimentação como constituinte do corpo-território Borum-Kren. 2024. 85 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024.

OLIVEIRA, Amanda Eleutério Rodrigues. Lugar de memória: Cachoeira do Brumado, os artesãos e o artesanato. 2022. 94 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

OLIVEIRA, Fernando Roberto de. Contribuição ao estudo da geologia estrutural e da gênese do depósito aurífero de Passagem de Mariana-MG. 1998. 127 f. Dissertação (Pós-graduação em Geociências – Área de Metagênese) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

PAPO DE MALUNGO. Vila Santa Efigênia. Entrevistadores: Julios Keniata e Tatiele Monic. Mariana, MG, 24 jul. 2024. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0q2W5KIIgiG4oT7nkReGIM?si=913c30b1c3844a75&nd=1&dlsi=5547d49feab0472e>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PASSOS, Flora D’el Rei Lopes. Espaços (con)sentidos? Gestão do patrimônio cultural em Mariana/MG. In: *Paisagem Cultural e Patrimônio*. XV Seminário de História da Cidade e do

Urbanismo, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/83185.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PAULA, João Antonio de. *Minas Gerais: visão de conjunto e perspectivas*. Belo Horizonte: Editora Scriptum, 2020. 159 p., il.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

RAMOS, Leonardo. Ressurgimentos originários – As árvores e as sementes. *Itinerário Fotojornalismo*, 2024. Disponível em: <https://itinerariofoto.wordpress.com/2024/11/22/ressurgimentos-originarios-1/>. Acesso em: 6 dez. 2024.

RAMOS, Leonardo. Ressurgimentos originários – Os frutos. *Itinerário Fotojornalismo*, 2024. Disponível em: <https://itinerariofoto.wordpress.com/2024/11/21/ressurgimentos-originarios-2/>. Acesso em: 6 dez. 2024.

RODRIGUES, Wesley Wallace. “Guerra de posição” na mineração extrativista: uma análise das matérias do jornal Pastoral da Arquidiocese de Mariana-MG sobre o tema no período 2015-2022. 2023. 68 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

ROSA FILHO, Osvaldo. Etnomodelagem: investigando a arte da tapeçaria na comunidade local de Cachoeira do Brumado. 2022. 239 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

SALES, Amanda Sérgio de Oliveira. Formação sócio-histórica de Mariana-MG: uma análise das particularidades da questão urbana. 2019. 83 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 f.

SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO E LAZER (Mariana, MG). Portal do Turismo de Mariana. Disponível em: <https://turismo.mariana.mg.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SILVA, André Fabrício. Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: emoções patrimoniais na (re)construção das identidades no contexto pós-desastre. 2023. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST), Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Ana Paula de Carvalho. Retroanálise da ruptura de uma encosta natural no distrito de Cachoeira do Brumado, município de Mariana - MG. 2023. 73 f. Monografia (Graduação

em Engenharia Geológica) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

SILVA, Maria de Jesus Venâncio. Direito à moradia: reflexões sobre a política pública de habitação no município de Mariana-MG. 2019. 54 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de história da cultura brasileira. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160 p.

SOUZA, Rafael de Freitas e. Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: a Mina da Passagem de Mariana. 2009. 476 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TAVARES, Ruzimar Batista. Atividades extrativas minerais e seus corolários na bacia do alto ribeirão do Carmo: da descoberta do ouro aos dias atuais. Ouro Preto: UFOP, 2006. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/9aeda827-b9d1-410a-9c4b-d1953afa6c52>. Acesso em: 18 maio 2024.

VIEIRA, Lucas Lolli. Curas popular-religiosas: uma análise da prática de cura de Monsenhor Horta em Minas Gerais (1870-1930). In: **JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E SAÚDE**, 2., 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

VIEIRA, Lucas Lolli. Entre Deus e os fiéis: Monsenhor Horta e a cura católica em Mariana (finais do século XIX e início do século XX). 2015. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.